

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO,
HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE, PEAU-CIDADE.

LAURA XAVIER BARROS

**ESPAÇO PÚBLICO, ENTORNO E USUÁRIO.
A QUALIDADE DA RELAÇÃO OBSERVADA NO PARQUE DA LUZ,
EM FLORIANÓPOLIS**

Orientador: Dr. Gilberto Sarkis Yunes

Florianópolis, SC

2010

LAURA XAVIER BARROS

**ESPAÇO PÚBLICO, ENTORNO E USUÁRIO.
A QUALIDADE DA RELAÇÃO OBSERVADA NO PARQUE DA LUZ,
EM FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada como
requisito a obtenção do grau de Mestre
ao Programa de Pós-Graduação em
Urbanismo, História e Arquitetura da
Cidade da Universidade Federal de
Santa Catarina

**Orientador: Prof. Dr. Gilberto Sarkis
Yunes**

Florianópolis, SC

2010

Dedico este trabalho à minha
sobrinha e afilhada Alice com todo meu
amor.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ana Luisa, pela orientação na vida e também neste trabalho e ao meu pai Fernando Celso pelo auxílio na aplicação dos questionários ao programa SPSS e por todo apoio e carinho.

Às minhas irmãs Flavia e Joana e aos meus cunhados, pela amizade, amor e por toda a ajuda e à Roberta, pelo incentivo e ajuda com as imagens.

Ao Roberto, com todo meu amor, agradeço pelo companheirismo e pela força. Extensivo a toda família Modesto.

Aos amigos que sempre me acompanham: Carol, João, Liana, Maíra, Marta e William.

Aos colegas de mestrado, companheiros desta empreitada e aos professores e funcionários do PGAU-Cidade.

Ao professor Gilberto, meu orientador neste trabalho e que também me ensinou muito nas experiências em sala de aula.

Ao professor José Tabacow, Tatiani Passos e Lúcio Dias da Silva Filho, pelas informações disponibilizadas.

As alunas da disciplina de Projeto de Arquitetura 3 do primeiro semestre de 2008, pela ajuda no levantamento de dados da área e aos usuários do Parque da Luz pela disposição em ajudar na pesquisa.

À professora Adriana Portela, da UFPEL, pela ajuda.

À CAPES, pelo auxílio.

Aos membros da banca.

“O mundo vai girando
Cada vez mais veloz
A gente espera do mundo
E o mundo espera de nós
Um pouco mais de paciência...”
(Lenine)

RESUMO

Espaços Públicos como praças e parques, que no passado foram cenário de manifestações políticas e trocas sociais, hoje, em muitos casos, não são mais utilizados desta maneira, tornando-se espaços onde a falta de apropriação pelos possíveis usuários resulta em espaços vazios e sem segurança. Entre os motivos que poderiam levar a este fato destacam-se as relações entre o espaço em questão, seu entorno e seus usuários. Para entender quais os fatores que podem ajudar a tornar um parque urbano bem sucedido, este trabalho tem como base uma pesquisa bibliográfica que destaca autores que tratam dos fatores a serem relevados e trabalhados ao se planejar, projetar, administrar e manter um espaço público para que ele seja atrativo, bem relacionado com seus usuários e bem inserido no seu contexto urbano. Com base nesses autores foi realizado um estudo de caso com a aplicação comparativa entre esses fatores influenciadores de qualidade e a realidade do Parque da Luz, em Florianópolis, o que levou a análise e diagnóstico da estrutura física do parque, de seu entorno e das necessidades dos usuários. A pesquisa se constituiu a partir de levantamentos de dados, de observações e de entrevistas com usuários no local.

Palavras-chave: Espaço Público – Parques – Florianópolis

ABSTRACT

Public spaces such as squares and parks were, in the past, scenario of political demonstrations and social exchanges. Today in Brazil public spaces are rarely used in the same way as the lack of use and appropriation of spaces results in empty and unsafe places. It seems this can be explained by studying the relationship amongst a given public space, its surrounding area, and its users. In order to understand what kind of interventions is needed to make a successful urban park, this study is basis on a literature review which emphasises on researches who study the guidelines for planning, designing, administrating and maintaining a public space. The aim of such guidelines is to keep the public space attractive for users and well set within its urban context. A case study of Parque da Luz in Florianópolis was carried out with the objective to compare the guidelines provided by the literature and the reality of this urban park. The analysis of the quality of spaces in Parque da Luz resulted in a diagnosis of the physical structure of the park, its surrounding area, and the requirements of its users. The work was basis in physical survey of the park, observation of users' behaviours within the park and interviews with current park users.

Keywords:

Public Spaces – Parks – Florianópolis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O ESPAÇO PÚBLICO: CONCEITOS, HISTÓRIA TRANSFORMAÇÕES	10
2. TEORIAS SOBRE O USO PÚBLICO DOS ESPAÇOS DE LAZER PERMANÊNCIA	29
2.1 QUANTO AO SEU ENTORNO	35
2.2 QUANTO AO SEU INTERIOR	52
3. O PARQUE DA LUZ E A CIDADE	90
3.1 OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE FLORIANÓPOLIS: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÃO	93
3.2 O MORRO DA VISTA ALÉGRE	100
3.3 A AAPLUZ E O PARQUE	106
3.4 PROJETOS PARA O PARQUE DA LUZ	113
4. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DO PARQUE DA LUZ SOB PONTO DE VISTA TÉCNICO	124
4.1 ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DO ENTORNO DO PARQUE DA LUZ	125
4.2 ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DO INTERIOR DO PARQUE DA LUZ	154
5. ANÁLISE DO PARQUE DA LUZ SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS	182
5.1 ENTREVISTAS COM USUÁRIOS DO PARQUE DA LUZ	183
CONCLUSÕES	209
BIBLIOGRAFIA	220

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos são locais de uso comum nas cidades onde é possível transitar livremente, interagir e exercer a cidadania. Esses espaços podem ter forma de calçadas, ruas, praças, parques ou outros e se diferenciam dos privados pela possibilidade de acesso.

Entre espaços públicos, que possibilitam o acesso livre, e os privados, aos quais só têm acesso as pessoas permitidas, existem os chamados semipúblicos, que podem ser espaços públicos fechados, com acesso controlado como bibliotecas, museus e outros prédios públicos ou espaços privados de uso público, como shoppings, galerias e alguns teatros e museus.

O espaço público, em geral, é um elemento muito importante para a vida urbana, pois nele se dá a convivência entre pessoas de diferentes faixas etárias, classes sociais, crenças e estilos de vida. Mas enquanto algumas praças, parques e largos apresenta uso intenso, outros espaços públicos não são utilizados como espaços de trocas social e convívio e, pelo contrário, são muitas vezes evitados pelas pessoas. Acredita-se que entre os fatores que levam a este fato estão o sentimento de insegurança nos ambientes públicos, pela má gestão desses espaços, a falta de identificação entre os espaços públicos e seus possíveis usuários e até conflitos entre usuários e o contexto urbano em que os espaços públicos estão inseridos.

Hoje o convívio social, que antes acontecia em espaços públicos urbanos, acontece em locais semipúblicos ou privados,

como centros comerciais, clubes, condomínios fechados e lares, o que reforça a ideologia de que a vida social agora seria privada e segura. Não podemos negar que a vida pública mudou com o passar do tempo e que, portanto, seu cenário também é outro. O problema que se acredita existir é o da falta de convivência entre as mais diferentes pessoas, das mais diferentes classes sociais, culturas e crenças, o que não é oferecido pelos novos espaços de convívio social que, mesmo quando permitem o acesso irrestrito, apresentam uma barreira social invisível à população de baixa renda.

A falta de uso nos espaços públicos incentiva ainda mais o abandono, o vandalismo e a insegurança. Isso que faz com que a cidade pareça território sem dono, que serve apenas para circulação e passagem, e não um espaço para o uso coletivo, onde deveriam ser realizadas também as atividades de lazer e de convívio social.

Pesquisadores que se destacam sobre o assunto como Francis (2003), Jacobs (2007) e a Organização não lucrativa Project for Public Spaces (2008) defendem, acima de tudo, que o maior indicativo de sucesso de um espaço público é a apropriação pelos usuários. Se grupos diferentes de usuários utilizam o espaço em questão, nas diversas horas do dia, para distintas atividades, o espaço público é considerado bem sucedido. Contudo, para que essas pessoas o utilizem muitos fatores devem ser pensados no momento do projeto, administração e manutenção e reavaliadas, de tempos em tempos, nas avaliações pós-ocupação.

Segundo Vargas (in Alex, 2008:10) “A praça, em nossa cultura vincula-se ao conceito de espaço público, acessível a todos os indivíduos, moradores ou visitantes capazes de interagir livremente na mesma base, independentemente de sua condição social”, porém, muitas vezes, esses espaços são projetados ignorando-se algumas práticas sociais, o que pode levar características do local a serem entendidas como fatores excludentes para uma parcela da população.

A inconformidade com esses fatos impulsiona este estudo, que procura o entendimento dos motivos que podem levar o espaço público (especialmente o florianopolitano) ao desuso e, principalmente, busca investigar quais fatores devem ser considerados ao planejar, projetar e administrar um espaço público, contribuindo, assim, para sua melhoria.

Assim, a questão norteadora deste trabalho é identificar quais são os fatores capazes de qualificar um espaço público, de maneira que atraia vários grupos de usuários e se torne um espaço público bem utilizado e, sobretudo, bem sucedido.

Para que essas questões fossem respondidas, buscou-se na bibliografia especializada a identificação destes fatores e, paralelamente, fez-se a análise de um espaço público, o Parque da Luz, em Florianópolis, para que fosse comprovada na prática a relevância desta teoria.

A escolha do Parque da Luz como objeto de estudo deste trabalho se deu a partir do conhecimento da história de luta da Associação Amigos do Parque da Luz e também da conscientização da importância desse local para Florianópolis,

visto que a cidade apresenta poucos espaços públicos para lazer, sendo o Parque da Luz uma das únicas áreas verdes da área central da cidade.

Este estudo dá continuação à pesquisa realizada no trabalho de conclusão do curso de Design Industrial realizado na Universidade do Estado de Santa Catarina, que foi focado na investigação do papel do Designer Industrial, no processo de qualificação do espaço público. A investigação mais profunda da realidade dos espaços públicos abertos, sob o ponto de vista do urbanismo e paisagismo, é a motivação pessoal que impulsiona este estudo, já que, com o conhecimento necessário sobre o espaço urbano acredita-se que profissionais de diversas áreas podem contribuir, em suas escalas de atuação, com a melhoria do espaço público brasileiro.

No Brasil, o tema dos espaços públicos verdes é estudado pelo grupo QUAPÁ (Quadro do Paisagismo no Brasil), iniciado no ano de 1994 e sediado na FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). Este grupo de pesquisa foi formado, segundo Macedo (in MACEDO e SAKATA, 2003, pg.9), “baseado na certeza, na época ainda não comprovada, da existência não só de um patrimônio significativo como de uma forte tradição na concepção e criação do projeto paisagístico nacional”. Entre os estudos realizados pelo QUAPÁ, destaca-se o levantamento dos parques urbanos brasileiros como de grande relevância para esta dissertação.

Já em relação ao Parque da Luz, objeto de estudo deste trabalho, é importante mencionar a existência de dois trabalhos

acadêmicos que trazem grande colaboração sobre o tema: a dissertação de mestrado de Roseméri Jorge da Silva (2008) que traz o movimento de apropriação do Parque da Luz com o foco na educação e a tese de doutorado de Maria da Graça Agostinho (2008), que traz, além de relação entre espaço público e cidadania, um histórico sobre todo o processo de apropriação do Parque da Luz.

Para melhor compreensão do assunto pelo leitor esta dissertação de mestrado se desenvolve em cinco capítulos, além do capítulo de introdução ao tema. Os dois primeiros capítulos apresentam a teoria geral sobre os temas abordados, sendo que o primeiro, intitulado “O Espaço Público: conceitos, história e transformações”, traz a base necessária para entendimento do assunto por meio de conceitos de espaço público e seus diferentes tipos, da evolução dos conceitos e dos espaços públicos através da história, e da transformação das formas de uso e apropriação desses espaços através dos tempos.

No segundo capítulo – “Teorias sobre o Uso dos Espaços Públicos” - buscou-se maior aprofundamento do tema, tratando-se mais especificamente de espaços públicos de permanência e lazer, como praças e parques públicos e, identificando na bibliografia especializada, os fatores que devem ser relevados e trabalhados ao se planejar, projetar, administrar e manter um espaço público para que ele seja atrativo, bem relacionado com seus usuários e bem inserido no seu contexto urbano. No decorrer desta pesquisa bibliográfica percebeu-se que muitos dos fatores defendidos por autores como Jacobs (2003) e Lynch

(1999) como decisivos para o sucesso de um espaço público, não estavam relacionados ao espaço público propriamente dito (parque, praça ou calçada, por exemplo) mas sim ao contexto no qual está inserido (vizinhança, bairro, rua, etc.), portanto, dividiu-se este capítulo em dois subcapítulos: “Análise e Diagnóstico do Entorno do Parque da Luz” e “Análise e Diagnóstico do Interior do Parque da Luz”.

Os dois capítulos seguintes tratam do estudo de caso realizado no Parque da Luz, no centro de Florianópolis. O terceiro capítulo chamado “O Parque da Luz e a Cidade” traz as informações necessárias para a compreensão de como se deu o processo de apropriação desse espaço desde a época em que nele se localizava o cemitério da cidade, trazendo um resumo da luta da Associação de Amigos do Parque da Luz (AAPLuz) em defesa do parque e alguns dos principais projetos já idealizados para o local.

Na busca pela história do Parque da Luz e da Associação de Moradores do Parque da Luz, além de bibliografia existente na área, como a dissertação de Silva (2008) e a tese de Agostinho (2008), recorreu-se também documentos pertencentes ao acervo da AAPLuz. Essa associação teve papel de grande importância para levantamento dos dados contidos neste trabalho, pois além do empréstimo de material e documentos para consulta foi realizada também uma entrevista com um de seus idealizadores, o Senhor Lúcio Dias da Silva Filho. A entrevista foi centrada onde, segundo Quivy (1992:194), não há

perguntas e sim tópicos referentes a um tema que devem ser lançados ao entrevistado e comentados abertamente.

Para realização da análise e diagnóstico da área do Parque da Luz e seu entorno, propôs-se uma abordagem focada em dois pontos de vista: o ponto de vista técnico e dos usuários do parque, dividida em dois capítulos: “Análise e Diagnóstico do Parque da Luz sob ponto de vista técnico” e “Análise do Parque da Luz sob ponto de vista dos Usuários”.

A análise sob o ponto de vista técnico foi realizada por meio de levantamentos da estrutura física do parque e de seu entorno, onde foram estabelecidas relações entre a realidade do local e as condições favoráveis ao sucesso de um espaço público de acordo com o referencial teórico já abordado.

Com base na bibliografia estudada, alguns pontos específicos foram analisados no parque, no seu entorno e na sua relação com os usuários. O cruzamento dessas informações é imprescindível para entender quais problemas o parque apresenta e quais seriam os caminhos possíveis para solucioná-los, por meio de projetos e ações de melhoria.

Assim, realizou-se um levantamento da estrutura oferecida pelo parque, como vegetação, mobiliários, caminhos existentes em seu interior e iluminação e, também, de características de seu entorno como sistema viário, uso e ocupação dos edifícios e principais fluxos de veículos e pedestres, entre outros.

Já o ponto de vista dos usuários foi baseado no levantamento de usos e expectativas dos usuários e, para isso,

foram realizadas entrevistas com frequentadores do parque e observação dos mesmos com a finalidade de descobrir qual o perfil dos usuários do local, quais os usos do parque e quais são as expectativas dessas pessoas para o futuro do Parque da Luz. Este foco é de extrema importância, pois foi a partir da vontade dos usuários, com incentivo da AAPLuz, que se deu a apropriação do local como parque e também por que, como já citado anteriormente, as necessidades dos usuários devem estar em primeiro plano se o espaço público tiver como meta o sucesso.

Entre os dias 15 de Março e 25 de Abril de 2009, foram realizadas entrevistas com cinquenta usuários do Parque da Luz, abordados enquanto utilizavam o local, que responderam um questionário contendo quinze perguntas com respostas de múltipla escolha.

Tal questionário foi elaborado seguindo alguns padrões pertinentes a “Análise Pós Ocupação” (APO), baseado nas obras de autores como Ornstein (1992), Reis (1995) e na análise feita sobre o Parque Moinho Sant’anna, em Lisboa, realizado por Ana Cristina Pinto Braz Duarte e tinha como intenção obter informações acerca dos usuários do Parque da Luz, sobre qual imagem que esses usuários fazem do parque, questões relativas ao entorno do parque e, por último, algumas questões sobre a gestão do local pelos órgãos públicos e AAPLUZ, sugeridas por Lúcio Silvia Filho (presidente da AAPLUZ).

Após a fase de entrevistas no local, os cinquenta questionários aplicados foram passados para o programa de

tratamento estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences) onde se pode dividir os usuários em subgrupos, como por frequência de visitas, idade ou sexo, e cruzar essas informações com algumas questões sobre usos e necessidades desses usuários.

Por fim, o último capítulo expõe as considerações finais cabíveis a este trabalho, relacionando todas as questões nele abordadas e tentando não só fechar o raciocínio sobre o assunto, mas ampliar ainda mais as possibilidades de novas pesquisas e ações neste sentido.

1. O ESPAÇO PÚBLICO: CONCEITOS, HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES

No passado, as formas de espaços públicos se resumiam em praças e ruas, enquanto as edificações, em sua maioria, eram de uso privado. Já, hoje, os espaços públicos podem assumir diversas formas, tais como ruas, largos, avenidas, calçadas, praças, parques urbanos e praias. Em geral esses espaços possuem elementos como iluminação, bancos, caminhos e vegetação, que proporcionam a realização de atividades esportivas, lúdicas ou sociais e também a interação entre a cidade e a população usuária.

O espaço público é aquele de propriedade pública e, segundo Carr et al. (1992), é definido como espaços abertos e publicamente acessíveis aonde pessoas vão para realizar atividades individuais ou coletivas. Dentro desse conceito de espaços públicos podemos encontrar vários tipos de espaços que se diferem por seus usos.

Francis (2003) divide os espaços, que chama de “Urban Open Spaces” (espaços urbanos abertos – que podem ser públicos ou semipúblicos¹) em tipos como parques, praças, ruas, playgrounds, jardins e parques comunitários, pistas de caminhada, sertões urbanos, espaços cobertos, espaços de bairro e a beira d’água. Dentre esses tipos existem subtipos conforme se pode observar na tabela a seguir. É importante ressaltar que os conceitos de Francis (2003) se referem à

¹ Espaços semi-públicos são aqueles espaços de transição entre público e privado. São acessíveis ao público, mas geralmente apresentam restrições ao acesso.

realidade norte-americana, que nem sempre podem ser aplicados aos espaços públicos brasileiros, já que alguns espaços públicos comuns na América do Norte não existem no Brasil. Pelo mesmo motivo, na tabela 1, a nomenclatura utilizada por Francis (2003, pg.6) encontra-se no idioma original, apenas com tradução aproximada para o português.

Tipo / Subtipo de Espaço Público Aberto		Características
Public Parks	Public/ Central Park (Parques Públicos)	Espaço público de grande importância para a cidade. Faz parte do sistema de espaços públicos da cidade e é administrado pelo poder público. Geralmente maior que os parques de bairro.
	Downtown Parks (Parques centrais)	Parques gramados e arborizados localizados na zona central de uma cidade. Podem ser tradicionais, históricos ou recentemente projetados. Administração Pública.
	Commons (Parques Comuns)	Grandes áreas verdes desenvolvidas nas cidades da Nova Inglaterra, que eram utilizadas como uma área de pastagem para uso comum e hoje são utilizados para lazer.
	Neighborhood Parks (Parques de Bairro)	Espaços públicos localizados em bairros residenciais. São publicamente administrados como parte do sistema de espaços públicos da cidade.
	Mini/ Vestpocket Park (Mini- parques)	Pequenos parques urbanos cercados por edifícios; podem conter fontes de água.
Squares and Plazas	Central Square (Praça Central)	Frequentemente fazem parte da história da cidade. Podem ser planejadas formalmente ou existirem a partir da reunião de ruas. Sua administração é pública.

Memorials	Memorials (Memoriais)	Espaços Públicos que homenageiam pessoas ou eventos de importância local ou nacional.
Markets	Farmers Market (Feiras)	Espaços públicos usados para mercados de pulga e feiras livres. Geralmente estas feiras acontecem em apenas alguns horários e muitas vezes utilizam locais existentes como parques, ruas e praças.
Streets	Pedestrian Sidewalks (Calçadas)	Parte das cidades onde pessoas se deslocam caminhando. Geralmente são calçadas e caminhos (planejados ou não) que conectam dois destinos.
	Pedestrian Mall (Calçadas)	Ruas fechadas para tráfegos de veículos e que contêm bancos, vegetação e outros elementos para pedestres. Geralmente são situadas em uma rua principal do centro da cidade.
	Transit Mall (Avenidas)	São vias desenvolvidas para melhorar o trânsito de acesso a áreas centrais. Muitas vezes contém corredor de ônibus.
	Traffic Restricted Streets (Ruas de tráfego restrito)	São ruas utilizadas como espaço público e onde o tráfego de automóveis é restrito para atender as necessidades dos pedestres.
	Town Trails (trilhas urbanas)	Conectam partes da cidade através de caminhos e trilhas por meio de espaços públicos utilizados também para educação ambiental.
Playgrounds	Playground	Espaços públicos destinados à recreação infantil de um bairro. Geralmente apresentam brinquedos e equipamentos para os adultos, como bancos.
	School Yard (Pátios de escolas)	Alguns pátios escolares são planejados como playgrounds e áreas de educação ambiental para a comunidade em geral. Sua administração, geralmente, é competência da direção da escola.

Community Open Spaces	Community Garden/Park (Jardins ou Parques comunitários)	Espaços de um bairro residencial, projetados e administrados pelos moradores do bairro. Muitas vezes ocupam lotes desocupados e contêm playgrounds, jardins comunitários e outros equipamentos para uso da população.
Greenways Or Linear Parkways	Greenways or Linear Parkways (pistas para caminhada)	Áreas naturais de recreação interconectadas por caminhos para pedestres e bicicletas.
Urban Wilderness	Urban Wilderness (Sertões Urbanos)	Áreas preservadas e não desenvolvidas próximas às cidades. Usadas geralmente para cavalgada e passeio com cães. Nestes espaços muitas vezes há conflitos entre usuários e ambientalistas.
Indoor	Atrium (Átrio)	Espaços cobertos que podem ser fechados em alguns horários. Sua administração é privada.
	Marketplace/ Downtown Shopping Center (centros comerciais)	Espaços cobertos de comércio. São privados, mas publicamente acessíveis. Podem ter algumas partes descobertas e sua administração é privada.
Found/ Neighborhood Spaces	Everyday Spaces (Espaços Cotidianos)	Espaços públicos como esquinas e escadarias de prédios que são frequentemente utilizados por pessoas como locais de estar e circulação.
	Neighborhood Spaces (Espaços de Bairro)	Espaços abertos publicamente acessíveis como esquinas e terrenos vazios dentro de um bairro residencial utilizados por crianças, adolescentes e moradores do bairro em geral para atividades de lazer.
Waterfronts	Waterfronts Beaches, Riverfronts, etc (Espaços Beiramar e Beira d'água)	Espaços públicos ao longo de cursos d'água, como praias, beira de rios e lagos, píeres e portos. Muitas vezes podem ter calçadões, ou ser como parques que possibilitam o acesso ao mar, lago, etc.

Tabela 1: A tipologia dos Espaços Urbanos.
Fonte: Francis (2003, pg.6) tradução da autora.

No Brasil, alguns desses espaços citados por Francis (2003) não existem com o mesmo uso e mesma denominação, mas, acredita-se que os espaços públicos mais recorrentes no país estão citados na tabela acima.

Neste trabalho, por ter como estudo de caso um parque público, trataremos com mais ênfase os conceitos de espaços públicos utilizados para lazer e permanência, como parques e praças.

Segundo Marcus e Francis (1998), praça é um local pavimentado, ao ar livre, geralmente circundado ou em contato com ruas em que não há trânsito de automóveis. Geralmente contém características para atrair grupos de pessoas, promover encontros e suas funções principais devem ser sentar, passear, comer e assistir à movimentação.

Já quanto aos parques, existem exemplares públicos e privados que se distinguem ainda mais pelo uso que possibilitam, como, por exemplo, parques de diversão, temáticos, rurais, de exposição, ecológicos, entre outros. No presente trabalho iremos tratar sobre parques urbanos, que são essencialmente espaços públicos localizados dentro dos centros urbanos e caracterizados por serem geralmente maiores que as praças e predominantemente gramados e arborizados.

Além de parques e praças, no Brasil, existem outros espaços muito utilizados como calçadas nos centros das cidades ou em beira d'água como, por exemplo, o calçadão da Felipe Schmidt e o calçadão da Beira-Mar Norte em Florianópolis.

Novas formas de espaços públicos estão emergindo sustentados pelos setores públicos e privados como jardins comunitários e locais que trocam de função em dias específicos, como, por exemplo, a orla do Rio de Janeiro que aos domingos se fecha ao tráfego de veículos, tornando-se exclusivamente utilizado por pedestres e ciclistas.

Os espaços públicos ainda se diferem por seu surgimento: enquanto alguns são produtos do planejamento urbano outros surgem pela apropriação de espaços residuais e sem planejamento formal (CARR et al. 1992). Muitas vezes os espaços públicos são formados por obrigação, somente para cumprir a lei, já que, de acordo com a Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano, mais de 35% da área total da gleba deverá ser destinada a espaços públicos como sistemas de circulação, equipamentos urbanos comunitários, verdes e recreação – de acordo com o Plano Diretor em Florianópolis 10% destes espaços públicos “deverão ser destinados à área verde (parques, jardins, etc.) sendo vedado incluir nesse percentual os canteiros centrais das ruas e avenidas, caso existam;” (Lei Nº 1215/74 Art. 15º).

O que resulta nesses casos em que os espaços públicos são projetados somente para atender às regras é o surgimento de espaços sem localização adequada e sem projeto elaborado para atender às necessidades do bairro em que está inserido. Assim, ao invés de se tornarem locais de convívio, ficam fadados ao desuso, onde imperam a falta de segurança e o medo da violência.

Hoje, entende-se como espaço público aquele que é destinado ao uso irrestrito por todas as pessoas, sem discriminação, apesar de muitas vezes elas se sentirem desconfortáveis diante do “diferente”, de pessoas pertencentes a outras classes sociais, situações econômicas e culturais. Ser público então, muitas vezes, é insuficiente, pois não é condição por si só, para que seja utilizado por todos. Para Paulo César Gomes (in ALEX, 2008, pg.19) para ser público são necessários atributos relacionados com a vida pública e, para promover a atividade pública, deve-se, primeiro, promover a copresença de usuários.

O conceito de espaço público está em constante evolução. Lavallo, em sua abordagem pré-teórica sobre o tema, afirma que o termo “público” recebeu, nos últimos séculos, várias acepções vinculadas a três campos de significação geral: “público versus privacidade, intimidade ou sociabilidade primária; público versus propriedade ou interesse particular; e público versus não difundido, de conhecimento particular ou restrito” (LAVALLE, 2005, pg. 33).

Para Lavallo “os três sentidos gerais de público emergiram e foram adquirindo seus significados em períodos históricos diferentes, sugerindo eventuais mudanças de ênfase na definição daquilo que tem sido considerado socialmente como público” (2005:37).

O autor ainda revela que o uso do termo “público” com sentido de vida pública, com suas conotações de convívio social e de acesso aberto ou irrestrito, começou a ser utilizado para

contrapor o termo “privado” com sentido de “doméstico”, usado na França, no século XIX.

Assim como o uso do termo, o uso do espaço público em si também sofreu mudanças no decorrer da história. As formas de organização da sociedade, ao evoluírem, resultaram em mudanças na organização do território e na utilização dos espaços públicos. Dessa forma, podemos perceber que a história das cidades é marcada em seu tecido urbano que, para Reis (2006, pg. 44), é “o modo pelo qual se definem as relações entre espaços públicos e espaços privados (enquanto propriedade ou posse), entre espaços de uso privado e de uso coletivo”.

Ao redor do mundo diversos movimentos e fatos históricos marcaram as principais mudanças no espaço urbano. Os espaços públicos, que consagraram grande importância desde seu surgimento, como a ágora grega, o fórum romano e as praças de mercado medievais, sempre tiveram como principais funções a convivência e a comunicação social, o mercado, os rituais religiosos e as reuniões políticas. Esses espaços públicos deram origem àqueles que vivenciamos hoje, apesar de algumas funções terem sido substituídas.

Desde a antiguidade clássica têm-se registros do uso de espaço público destinado ao convívio social. Um dos mais antigos exemplos de espaço público aberto existiu na Grécia Antiga. A Ágora era situada na área pública e servia como centro cívico da cidade. Segundo Benévolo (1993) era um espaço aberto, geralmente rodeado por pórticos e outros edifícios públicos de onde as casas populares se alinhavam de forma

desordenada. A Ágora era uma espécie de praça, onde a população se reunia para ouvir as decisões dos chefes. Na Ágora "toda a população ou grande parte dela pode reunir-se como uma comunidade orgânica" (BENÉVOLO, 1993).

Contudo, foi em Roma que as praças se tornaram importantes elementos na organização das cidades. Segundo Benévolo (1993), nas cidades da idade média as praças não são recintos independentes das ruas, mas são largos diretamente ligados a elas. A civilização romana, bem como a grega foi muito importante para a evolução do pensamento, do conhecimento e da organização das sociedades. Seus espaços públicos também serviram de base para organização do espaço urbano ao redor do mundo.

Na Cidade Medieval, também classificado como orgânica (KOSTOF, 1991), o centro é o local mais procurado e onde moram os mais favorecidos economicamente. É no centro que se localizam algumas das estruturas mais importantes da Cidade Medieval como as catedrais, as praças do mercado em que era feito o comércio e se dava o encontro dos habitantes. Percebe-se que já nessa época o espaço público era destinado à vida cotidiana, à satisfação da necessidade dos usuários naquele contexto.

Na Renascença, segundo Benévolo (1993) surgem as regras de perspectiva e os arquitetos passam a ter sua função definida. Devido a isso e as transformações sociais ocorridas neste período as Cidades Renascentistas são objeto de planejamento. Para comportar a população mais numerosa,

graças ao crescimento do comércio, as ruas se tornam mais largas e os edifícios passam a ser elementos fundamentais na paisagem urbana. Nessa época surge a preocupação com o planejamento urbano, destaca-se que, assim, as transformações ocorridas visavam melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Durante o período barroco, o crescimento da população nas cidades e a falta de infraestrutura tornam o ambiente urbano insalubre. Para contornar o problema surgem os primeiros conjuntos urbanos, grupos de edifícios destinados à burguesia que formavam um conjunto monumental. Em meio a este conjunto geralmente havia uma praça onde se implantava uma estátua em homenagem a alguma figura real. Foi durante este período que a cidade de Paris sofreu intervenções que se limitavam a obras dentro do traçado já construído, na formação de novas periferias misturadas ao campo e na destruição das antigas fortificações, que dão lugar aos bulevares. Paris, durante o período Barroco ganha novos espaços públicos. O crescimento da população nas cidades durante o período barroco promoveu grandes intervenções urbanas que visavam à inserção de novos espaços públicos abertos.

Com o crescimento desenfreado, em decorrência da Revolução Industrial, as cidades ficam com seus núcleos pequenos para ser o centro da aglomeração urbana. Benévolo (1993) diz que os centros passam a ser abandonados pelas classes mais favorecidas, suas casas se tornam verdadeiros cortiços, onde vivem os mais pobres e os recém-chegados. A

periferia se torna então um local de novas construções: bairros de luxo, bairros pobres, indústrias e depósitos são construídos nestas áreas. Nos bairros centrais o excesso de construções populares agrupadas não permite que haja espaço para desenvolvimento de atividades ao ar livre. Benévolo (1993, pg. 573) diz que "...ao longo das ruas correm esgotos abertos, se acumulam as imundícies, e nos mesmos espaços circulam as pessoas e os veículos, vagueiam os animais, brincam as crianças. Além do mais, os bairros inferiores surgem nos locais mais desfavoráveis, perto de indústrias e das estradas de ferro, longe das zonas verdes." A Revolução Industrial é apontada como uma das causas do surgimento de problemas sociais e do aparecimento dos bairros pobres. No período de sua abrangência, as cidades se tornaram mais populosas, aumentando assim a criminalidade e a falta de segurança nas ruas.

Após a Revolução Industrial é estabelecido um novo modelo de cidade, que, segundo Benévolo (1993), teve sucesso imediato e duradouro e permitiu reorganizar as cidades europeias, como Paris, e fundar cidades coloniais em todas as partes do mundo. Para Benévolo (1993), ainda hoje este modelo influencia a organização das cidades em que vivemos. É nessa época que ocorre em Paris a Reforma de Haussmann, durante o império de Napoleão III. Um novo programa urbanístico, que buscava enobrecer o ambiente urbano fazendo uso de instrumentos urbanísticos tradicionais, onde os lugares privados se contrapõem aos ambientes públicos. Lugares de espetáculos

e cerimônias são ambientes fechados, reservados e inacessíveis à maior parte da população. Como refere Benévolo (1993), as vias públicas, em que a multidão se encontra e se mistura, agora não passam de lugares de passagem onde as pessoas se ignoram entre si. Nesse período começa o alargamento da vida privada que, segundo alguns autores, como Sennet (1998), é um dos fatores causadores da falta de uso de espaços públicos abertos.

O parque urbano, segundo Kliass (in MACEDO E SAKATA, 2003, pg.7) é um produto da cidade industrial, “nasceu, a partir do século XIX, da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano”.

No Brasil, do século XIX, segundo Macedo e Sakata (2003, pg16), o parque não surgiu da demanda social, como na Europa, já que não possuía cidades do mesmo porte e expressividade urbana que o continente europeu. Aqui, os primeiros parques surgiram “como uma figura complementar ao cenário das grandes elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses” (MACEDO E SAKATA, 2003, pg. 16).

Rio de Janeiro, a então capital, segundo Macedo e Sakata (2003), foi a cidade que mais rapidamente se desenvolveu na época e são criados os seus três primeiros

parques públicos: o Campo de Santana, o Passeio Público e o Jardim Botânico.

Já no século XX, de acordo com Macedo e Sakata (2003, pg. 27) as cidades brasileiras atravessam um período de extrema modernização, com grandes obras de higienização em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que tiveram suas ruas e calçadas alargadas, substituição das construções de tipa e pedra por modelos em alvenaria, a instalação de toda a infraestrutura necessária para a época e de novos espaços públicos como a beira-mar carioca e o sistema de parques em São Paulo.

Nesse século, nos países mais desenvolvidos, os artistas passam a reagir contra a feiúra da cidade pós-liberal, como também é chamada a cidade pós-Revolução Industrial. Decidem assim criar um estilo novo, original e independente dos moldes tradicionais. Surgem arranha-céus e são criados métodos na prática da construção e no urbanismo. A Carta de Atenas (1941) escrita por Le Corbusier em 1933 e fruto das discussões realizadas nos CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna) contém os princípios que definem o urbanismo moderno, traçando novas diretrizes e fórmulas que poderiam ser aplicadas em qualquer lugar do mundo. Segundo a Carta de Atenas (1941) é proposto um zoneamento funcional onde "a cidade deveria organizar-se para satisfazer quatro necessidades básicas", assim "as chaves do urbanismo estão nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se e circular" (CARTA DE ATENAS, 1941).

O Brasil teve sua capital, Brasília, inteiramente planejada de acordo com as premissas do urbanismo funcionalista indicadas pela Carta de Atenas, por isto, tem base nas divisões da cidade conforme suas funções: Circulação, lazer, esporte, diversão, administração, comércio e habitação.

Fato decorrente do zoneamento é que as funções, separadas por áreas, não se cruzam em Brasília. Diz-se que Brasília não tem cruzamentos e esquinas, e tampouco tem ruas, já que estas são vias expressas por onde só passam automóveis e os pedestres devem circular em locais específicos.

Em Brasília, os parques públicos, em sua maioria, não são o que resta da divisão dos lotes. Lá os espaços privados é que são condicionados pelos espaços públicos, formando uma nova relação entre as pessoas e a cidade.

Nas super quadras, que é como chamamos o “conjunto de edifícios residenciais sobre pilotis cercados por renques de árvores, formando um espaço finito configurado em um quadrado de 280 x 280 metros, cuja previsão de uma densidade populacional variava entre 2.500 e 3.000 pessoas” (LAUANDE, 2006), ao invés de os edifícios ocuparem lotes como acontece nas cidades tradicionais, eles ocupam projeções. O solo de baixo dos edifícios não faz parte do condomínio e pelo contrário, é de uso público.

Porém, entre as críticas mais comuns dos brasilienses esta a de que estes espaços não atraem um uso público intenso e acabam sofrendo esporadicamente algum tipo de depredação ou atos de vandalismo. Todas as tentativas de colocar grades

em torno dos edifícios para aumentar a segurança dos moradores, tem sido em vão, pois qualquer alteração é impedida pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), responsável pelo tombamento do conjunto, que faz parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro e da humanidade, visto que está inscrito na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Desde sua inauguração, Brasília recebe severas críticas, entre os argumentos como o de que seu planejamento não foi programado para comportar o imenso número de trabalhadores que ali se instalaram, a cidade foi considerada disfuncional. O urbanismo funcionalista, de uma maneira geral, é muito criticado. A padronização das cidades não proporcionou identificação por parte dos seus habitantes, sendo considerados ambientes impessoais e não convidativos ao uso.

No final da década de 60, algumas cidades do Brasil como Curitiba e São Paulo, onde aconteceram programas de gerenciamento espacial, tiveram a multiplicação dos parques públicos. Nessa época, segundo Macedo e Sakata (2003, pg. 37),

“se inicia um processo de investimento público sistemático na criação de parques, não mais voltados exclusivamente para as elites. Muitas municipalidades estruturaram parte de seu marketing na criação de áreas verdes públicas – parques ou praças”.

No Brasil, outro fator decisivo na alteração do modo de uso do espaço público ocorreu durante os anos de ditadura

militar, conforme conta Sader (1995). Com a instauração do regime militar no Brasil, a partir de 1964, o uso dos espaços públicos brasileiros como locais de manifestação política foi desarticulado: “assistimos tanto ao fechamento de espaços públicos de manifestação política quanto ao fechamento de espaços públicos de convivência social, por onde se coletivizavam experiências sem incidência direta na institucionalidade política” (SADER, 1995, pg.115).

Nos anos de regime militar acontece também a destruição física de alguns lugares culturalmente significativos como praças, parques, botequins e quarteirões inteiros que eram utilizados como espaço de convívio, de intercâmbio de experiências e história sem incidência política direta.

Para o autor, na medida em que a política se torna algo racional e isenta de paixões e interesses o público se dissolve com o alheamento dos indivíduos na esfera privada, ocorrendo o processo que Telles (apud SADER, 1995, pg.115) chama de “destruição e reconstituição do público”.

Nessa época foram construídos novos e enormes conjuntos habitacionais, para abrigar a mão-de-obra no conceito de “cidades-dormitório” em que não foram planejados locais para lazer público, e grandes vias, pois privilegiavam os automóveis e não previam locais para pedestres. Com o tempo e a falta de espaços públicos outros espaços se tornaram cenário para uma então reconstituída vida pública e, assim, feiras livres, salões de baile, pontos de ônibus e botequins se tornaram os novos espaços de encontro.

Nos anos 70, o parque moderno é consolidado “com seu programa misto, contemplativo, e soluções espacialmente elaboradas” e, na década de 80 “são firmados os procedimentos ecológicos como uma bandeira pela qualidade de vida” (MACEDO E SAKATA, 2003, pg. 43), surgindo assim os chamados parques ecológicos.

Assim, através dos séculos XIX e XX, os parques se adaptaram ao estilo de vida e necessidades das cidades e, para Kliass (in MACEDO e SAKATA, 2003, pg. 7)

“A evolução dos Parques Urbanos nestes dois séculos tem acompanhado as mudanças urbanísticas das cidades, sendo um testemunho importante dos valores sociais e culturais das populações urbanas”.

Como vimos, muitos acontecimentos e alterações sofridas pelas cidades e sociedade, através dos tempos, influenciaram as cidades contemporâneas, que herdaram muitas características das cidades do passado.

Ao longo da história diversos movimentos mudaram, ou ajudaram a mudar a perspectiva sobre as cidades. É fato que os problemas da cidade não são todos referentes ao desenho urbano e nem todos podem ser resolvidos com projetos de urbanismo. Os problemas podem ser encontrados em diversos aspectos, muitas vezes são resultados da má conduta política, da falta de segurança pública, da desigualdade social, ou seja, de fatos também contemporâneos e complexos, que surgem e se agravam com o passar dos tempos.

Mesmo entre diferentes países e culturas, os problemas e as possíveis soluções se distinguem e, por isso, não se pode

usar de generalizações quando se trata da relação entre espaços públicos e seus usuários.

O erro em muitas cidades de todos os continentes é que se tenta ter espaços públicos iguais aos europeus, sem levar em consideração as particularidades do local onde está se tentando inserir estes espaços e os problemas que levam os espaços públicos já existentes nestas cidades ao fracasso.

Os espaços públicos de cidades europeias são sempre bons exemplos, quando se trata da boa relação entre estes espaços e seus usuários. Todos querem que os espaços públicos de sua cidade sejam iguais às sempre movimentadas “ramblas” de Barcelona ou os cheios parques de Londres e Amsterdam ou as lindas praças de Viena e Veneza.

De fato, segundo Marcus e Francis (1998), uma pesquisa mostrou que em comparação com cidades dos Estados Unidos os espaços públicos na França são usados por quatro vezes mais pessoas, na Inglaterra dez vezes mais e na Holanda quinze vezes mais. E esta alta-densidade se deve não só aos bons projetos dos espaços públicos europeus, mas também a uma boa relação com os usuários estabelecida ao longo de muitos anos.

O uso dos espaços públicos na Europa, segundo Marcus e Francis (1998), é mais frequente pelo fato de que as cidades europeias foram projetadas para o uso pedestre, enquanto em cidades norte-americanas como Los Angeles, os automóveis seriam priorizados.

Os autores dizem que, nos Estados Unidos, em cidades como Seattle e São Francisco, o uso desses espaços vem crescendo consideravelmente e atribuem esse acréscimo de usuários a tendências como o aumento de pessoas que moram sozinhas e procuram tais espaços para socializar, a crise econômica que faz com que pessoas levem de casa o almoço e comam em espaços como praças, parques e escadarias de prédio e o envelhecimento da população que mora em zonas centrais e que utilizam os espaços públicos para passear e espairer.

Assim, fica mais que claro que, para tornar um espaço público bem sucedido diante seu público, não basta copiar modelos pertencentes a outras épocas ou outras culturas. Deve-se sim, conforme autores a seguir referenciados neste trabalho, buscar-se referências, mas sempre levando em consideração as particularidades do local em questão, o estilo de vida de seus usuários potenciais e a relação com espaços públicos já existentes.

2. TEORIAS SOBRE O USO PÚBLICO DOS ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA OU LAZER

Muitos autores - arquitetos, sociólogos, filósofos - lançaram ideias que questionam e sugerem mudanças para a cidade e a sociedade contemporânea. Suas teorias pretendem resgatar valores perdidos pela sociedade em relação ao uso do espaço ou até mesmo recriar a relação cidade - usuário e, por isso, são pertinentes a este estudo, já que se pretende investigar os problemas e as possíveis soluções para os setores urbanos de uso público.

Entre as principais referências usadas neste trabalho encontra-se Jacobs (2007) que, em seu livro escrito na década de 1960, critica o zoneamento pregado pelo urbanismo modernista e defende a cidade densa, onde as diversas funções e grupos etários coexistem no mesmo espaço, garantindo o controle social capaz de gerar comportamentos eticamente compartilhados. Para Jacobs (2007) o bom funcionamento da cidade deve conter um sentimento de solidariedade entre os transeuntes, similar ao de vizinhança, gerando assim mais segurança aos habitantes num sentimento de personalidade coletiva.

Jacobs (2007) também defende que a rua é a solução para os problemas da cidade, com ênfase na segurança e nas relações sociais, insistindo na coexistência de distintas atividades. Assim como Lynch (1999), Jacobs defende a complexidade urbana capaz de fazer da cidade um ambiente em

movimento, em que a diversidade humana seria capaz de promover um ambiente mais seguro e melhorar a vida dos usuários.

Para Marcus e Francis (1998) já nas Cidades Medievais as praças eram o coração da cidade, um lugar de encontro e de vivência ao ar livre, um lugar para o mercado, celebrações, onde se ia para ouvir as notícias, falar sobre política. Segundo os autores, essas cidades dificilmente teriam funcionado sem as praças, visto que, em alguns países, certos espaços públicos ainda são cenários para movimentos por mudanças políticas. Marcus e Francis (1998) acreditam que, devido à privatização da vida contemporânea, a função dos espaços públicos se tornou obsoleta.

O alargamento da vida privada teria desencadeado o desuso nos espaços públicos, segundo Sennet (1998). Para ele, com a identificação entre a cidade e seus usuários a sociedade voltaria a frequentar o espaço público para fins sociais, tal como antigamente. Essas reuniões da vida pública, que antigamente aconteciam nas praças, segundo Marcus e Francis (1998), foram levadas para lugares privados como shoppings, anfiteatros, estádios, centros de conferência e clubes.

Além das mudanças históricas ocorridas através do tempo e do alargamento da vida privada muitos foram os fatores que levaram à queda da utilização de muitos espaços públicos urbanos. Atualmente tais espaços são utilizados principalmente para circulação e passagem, sendo poucos realmente usados para lazer e permanência. A falta de identificação com os

usuários leva à falta de preservação e de uso, tornando o espaço em questão ao abandonado e o transformando em palco de depredações.

Muitos espaços públicos são bem utilizados e atraem um grande público, mas outros são vazios, inseguros e disfuncionais. A pergunta que fica é: O que torna um espaço público bem sucedido?

Segundo Francis (2003), essa questão pode ser respondida em parte ao analisarmos espaços públicos que não respondem às necessidades dos usuários. Para o autor, se um espaço, por mais belo que seja, não responder às necessidades dos usuários, provavelmente, atrairá poucas pessoas, tornando-se um local vazio, inseguro ou, se usado, apresenta significantes conflitos entre diferentes grupos de usuários ou mesmo entre usuários e a administração do local.

A organização sem fins lucrativos Project for Public Spaces² (2000, pg. 21-29), que tem como missão auxiliar na criação e na manutenção de espaços públicos, cita os nove motivos mais recorrentes responsáveis pela falha de espaços públicos. São eles:

- Falta de bons espaços para sentar;
- Falta de pontos de encontro;
- Entradas pouco sinalizadas e espaços visualmente inacessíveis;
- Elementos e características disfuncionais;

² Project for Public Spaces - disponível em www.pps.org.

- Caminhos que não levam aonde as pessoas querem ir;
- Dominância de locais para veículos;
- Muros ou zonas mortas ao redor dos limites do lugar;
- Paradas de transportes (ônibus, trem, etc.) inconvenientes;
- Nada acontecendo.



Figura 1: Place Diagram.

Fonte: www.pps.org

A PPS ainda sugere quatro ingredientes para o sucesso em espaços públicos abertos. São eles: acessibilidade, atividades, conforto e sociabilidade. Na seguinte imagem (figura1), que segundo a PPS serve para julgar um lugar bom ou ruim, podemos ver esses quatro “qualidades chave” (no círculo laranja), suas respectivas características qualitativas (círculo verde) e seus indicativos (no fundo verde escuro).

Carr et al. (1992) estabelecem três dimensões para um bom espaço público: “Needs, Rights and Meanings”. Em resumo, descobriram que os espaços públicos bem sucedidos são aqueles que atendem às necessidades dos usuários, são democráticos na sua acessibilidade e significativos para a comunidade e a sociedade.

O comum acordo entre todos os autores utilizados é de que sanar as necessidades dos usuários em relação ao espaço público em questão é o requisito básico na criação e manutenção de espaços públicos bem sucedidos.

Ao atender às necessidades dos usuários, tais como atividades, serviços, acessibilidade, aumenta-se a probabilidade de sucesso do espaço público perante a sociedade, que se vê estimulada ao uso, tornando os espaços urbanos mais bem utilizados e seguros. E, por outro lado, quando as necessidades dos usuários não são atendidas, estes não se identificam com o espaço e a apropriação não acontece, tornando o local menos cuidado e utilizado, mais suscetível a depredações e violência.

Como uma forma de reconhecer um espaço público bem sucedido, que atende às necessidades dos usuários, a PPS

(2000, pg. 81) estabeleceu cinco indicadores: uma grande proporção de pessoas em grupos usando o espaço, uma alta quantidade de mulheres usando esse espaço – o que indica um alto grau de conforto e segurança detectado, grupos de diferentes idades utilizando o espaço juntos e em diferentes horários do dia, uma variedade de atividades ocorrendo simultaneamente e, por último, atividades de afeto no local, como beijos, abraços e mãos dadas.

Como a fórmula do sucesso de um lugar pode não trazer resultados tão satisfatórios para um outro local, devemos ter cuidado ao fazer certas generalizações. O que é bom para uma praça espanhola, por exemplo, pode não funcionar para uma praça brasileira. Assim, também devemos tratar com diferenciação espaços públicos de diferentes funções, como praças e calçadas, parques e ruas, pois só dando o tratamento que cada espaço público requer com suas particularidades respeitadas é que podemos transformá-lo em um lugar especial para o grande público.

Com base nisso, foi feito um recorte no que se refere aos espaços públicos que serão discutidos, com mais minúcia, neste trabalho. Como não se deve generalizar tipos de espaços públicos distintos em seu uso e função, aprofundaremos este estudo nos espaços públicos abertos para lazer e permanência, mais especificamente praças e parques. Dessa forma, como objeto de estudo deste trabalho foi escolhido o Parque da Luz, em Florianópolis, por ser um parque urbano e pela alta complexidade de usos desse espaço que se relaciona,

obrigatoriamente, com outros espaços públicos como ruas, largos, avenidas, entre outras.

Propõe-se também, aqui, para melhor exposição dos fatores que devem ser considerados ao se projetar ou reprojeter um espaço público como praças e parques, uma divisão destes fatores em dois subitens: o Entorno do parque e o seu Interior

O motivo dessa escolha é que, ao partir da bibliografia estudada para o presente trabalho, percebeu-se que só características do espaço público propriamente dito não bastariam para garantir sucesso em sua utilização. Para que um espaço público seja bem sucedido é necessário haver uma combinação de fatores sociais, físicos e morfológicos não só no que diz respeito ao seu interior. A área de entorno de um parque, por exemplo, é de extrema importância para sua utilização e pode definir usos e características dos usuários como veremos a seguir.

2.1 QUANTO AO SEU ENTORNO

Tão importante quanto o projeto interno de um espaço público é seu entorno, pois é a partir dele que virão os seus usuários e também é no entorno que encontramos alguns dos problemas que o espaço público pode enfrentar. A relação de um parque com o bairro em que está situado é muito delicada e dependente.

Jacobs discorda da afirmativa de que os parques de bairro são dádivas para os bairros e sua população carente. Pelo

contrário, ela afirma que parques são “locais carentes que precisam da vida e da aprovação conferida a eles” (JACOBS, 2007, pg.97) já que são as pessoas que dão utilidade aos parques e que se essas não os usam fazem deles um fracasso.

A partir da obra “Morte e Vida nas Grandes Cidades” de Jane Jacobs (2007), publicado originalmente em 1961, entende-se que a cidade é um organismo vivo e que um espaço público não é bem sucedido por si só, mas por uma rede de situações favoráveis da qual fazem parte também características de seu entorno. É baseado nos características discutidas por Jacobs (2007) ao defender a cidade como um organismo complexo que estão aqui relacionados alguns dos fatores relativos ao entorno de espaços públicos como parques e praças, considerados importantes na hora de se situar, projetar, reprojeter ou administrar um espaço público.

Importante lembrar que os fatores relativos ao entorno, que podem influenciar o bom relacionamento entre um espaço público e seus possíveis usuários, podem mudar de acordo com o caso em questão, alguns espaços públicos podem apresentar problemas de outras naturezas e devem sempre ser identificados. Os fatores aqui citados não são garantia de sucesso para um parque ou praça, mas podem ajudar nessa busca.

Limites e fronteiras

Limites e fronteiras são ao mesmo tempo essenciais para o entendimento e realização da imagem da cidade pelo usuário e perigosos para sua área de entorno, já que muitas vezes atuam como barreiras.

Segundo Lynch (1999) limite é um dos cinco elementos estruturadores da imagem da cidade e é um elemento linear não compreendido pelo observador como via. São fronteiras entre duas faces, quebras de continuidade lineares como muros ou margens de rios.

Enquanto os limites são importantes para a imagem da cidade, atuarem como fronteiras podem ser prejudiciais para o uso de um espaço público já que, para Jacobs (2007, pg. 285), fronteiras são o “perímetro de um uso territorial único de grandes proporções ou expandido” e, muitas vezes, são, inclusive, barreiras sociais.

Jacobs se refere às influências físicas e funcionais das fronteiras sobre sua vizinhança urbana imediata ao serem formadas por usos únicos em grande proporção nas cidades como linhas férreas, orlas marítimas, grandes parques, vias expressas e campi universitários e diz que locais de fronteira “manifestam tendência extraordinária ao fracasso e à frequência com que, mesmo quando não sofrem degradação material, tendem a estagnar-se – situação que precede a decadência” (JACOBS, 2007, pg. 286).

O problema com as fronteiras, para Jacobs, é que elas costumam formar “becos sem saída” para os pedestres, representando uma barreira e fadando a tornar seu entorno um “lugar morto”. A pouca utilização de uma rua limítrofe, para Jacobs (2007), acaba gerando vazio também nas ruas que levam a ela, não conseguindo gerar uma movimentação de pedestres satisfatória.

“Devido ao uso super-simplificado da cidade em certo lugar, em grande escala, elas tendem a simplificar também o uso que as pessoas dão a áreas adjacentes, e essa simplificação de uso – que significa menos frequentadores, com menos opções de destinos a seu alcance – se autoconsome. Quanto mais estéril essa área simplificada se tornar para empreendimentos econômicos, tanto menor será a quantidade de usuários e mais improdutivo o próprio lugar. Tem início então um processo de desconstrução e deterioração” (Jacobs, 2007, pg. 287)

Quanto aos tipos de fronteiras a autora lista as que permitem a circulação em apenas um de seus lados (como, por exemplo, em conjuntos habitacionais); fronteiras que impedem a interação de ambos os lados (como exemplo linhas férreas, cursos d’água e vias expressas); fronteiras que têm interação de usos em ambos os lados, mas restrita a um período do dia e épocas do ano (como em grandes parques) e fronteiras que têm uso escasso por terem poucos elementos marcantes em uma grande área (como em centros administrativos de área extensa).

As fronteiras também são acusadas por Jacobs de “subdividirem as cidades”, visto que separam as vizinhanças ao contrário do que fazem pela cidade pequenos parques urbanos

que unem vizinhanças em um ponto intermediário, aproximando as pessoas.

Jacobs alerta que devemos evitar a criação de fronteiras desnecessárias na cidade, mas assume que vias expressas, grandes parques e orlas marítimas são necessárias para o funcionamento das cidades. “A questão não é desprezar vantagens como essas ou menosprezar seu valor. É, sim, reconhecer que são benefícios dúbios” (JACOBS, 2007, pg. 294)

Portanto, considera-se que a proximidade entre um parque público e uma fronteira pode ser nocivo para seu uso, já que se não houver atrativos – e ainda houver fatores que repelem o uso, como acontece perto de vias expressas e linhas férreas como defende Jacobs (2007) - no seu entorno as pessoas podem não querer utilizar a área do parque, que correrá o risco de se tornar vazio e inseguro.

Por outro lado, um parque pode também prejudicar uma área da cidade formando uma fronteira, principalmente se ele possuir grande extensão de área e apresentar pouco uso ou usos relacionados com violência e depredação. Neste caso o parque poderá atuar como causador da separação de vizinhanças, como defende Jacobs (2007) e também responsável pela falta de vida de uma área.

Percepção do espaço

Para se locomover em uma cidade e bem utilizar um espaço, seja ele público ou não, é necessário se “guiar” por uma

imagem da área em questão, construída mentalmente a partir de analogias e conexões feitas, mesmo que de maneira inconsciente, com o repertório que se tem acumulado, de aspectos e lugares que já se tenha visto ou visitado, ou que se imagina. Cada um constrói sua própria imagem de acordo com o que percebe no espaço, e esta imagem muitas vezes não confere com a realidade ou com a imagem formada por outras pessoas, pois o repertório base é muito pessoal.

Um importante expoente na percepção dos espaços urbanos é o autor norte-americano Kevin Lynch que em seu livro, “A Imagem da Cidade”, lançado na década de 1960, soma conceitos de arquitetura, psicologia e antropologia em sua pesquisa sobre a cidade, sob o olhar do utilizador.

As pessoas e sua atividades são, para ele, tão importantes quanto os elementos físicos que compõem a cidade e defende que “cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados” (LYNCH, 1999, p.1).

Na pesquisa, que analisou três cidades norte-americanas (Boston, Jersey City e Los Angeles), o autor entrevistou pessoas e pediu que estas fizessem mapas mentais, descrevendo locais de suas cidades. Com base nestes mapas Lynch (1999) conseguiu classificar os elementos estruturadores da imagem da cidade apreendida pelos observadores em cinco grandes grupos: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Para o autor, a arquitetura, os elementos e mobiliários urbanos, bem como as

ruas, praças e bairros são referenciais urbanos capazes de orientar a locomoção das pessoas pelas cidades.

O autor levanta qualidades visuais das cidades capazes de contribuir com a imagem mental que dela fazem seus habitantes. Uma dessas qualidades é a Legibilidade que o autor define como a “facilidade com que suas partes podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente” (LYNCH, 1999, p.3).

Outro conceito usado pelo autor é da Imaginabilidade classificada por ele como “a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado. É aquela forma, cor ou disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis do ambiente” (1999, p.11).

Assim, para que um parque seja atrativo e bem utilizado, é necessário que ele e seu entorno apresentem características que possibilitem e estimulem as pessoas a formarem uma imagem forte e concisa que reforce seu convite ao uso.

Em geral, a boa relação entre a cidade e o cidadão, pregada por Jacobs (2007) e Lynch (1999), contribui para o bom uso dos espaços públicos que a cidade comporta pois, quando as pessoas se identificam e estabelecem uma relação afetiva com os lugares, o utilizam e cuidam como um verdadeiro patrimônio.

Diversidade de usos e usuários

Para que um parque urbano seja bem utilizado, sua vizinhança deve ser movimentada e, para isso, suas ruas e calçadas devem apresentar atrativos que levem pessoas a circularem por ela em diferentes horários do dia e da noite. Segundo Jacobs (2007), pode ser garantido por uma variedade e quantidade substancial de estabelecimentos e outros locais públicos.

A variedade de estabelecimentos comerciais e de locais públicos dão motivos concretos para que sejam utilizadas as calçadas próximas e, com isso, mesmo aqueles locais que por si só não sejam atrativos passam a ser irrigados com circulação de pedestres a caminho dos estabelecimentos.

Alem disso, Jacobs cita que a própria movimentação e circulação de pessoas já é um atrativo para mais pessoas e afirma: “Quanto maior e mais diversificado o leque de interesses legítimos (no estrito sentido legal) que a cidade e as empresas possam satisfazer, melhor para as ruas, para a segurança e para a civilidade das cidades” (JACOBS, 2007, p. 42).

Sobre a densidade demográfica Jacobs (2007, p. 221) afirma que “O distrito precisa ter uma concentração suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos. Isso inclui pessoas cujo propósito é morar lá”. Com essa afirmação Jacobs está defendendo que os bairros devem ser complementados com diversos usos (moradia, comércio, lazer, entre outros) para que haja uma grande concentração de

usos no solo, garantindo também a concentração populacional nas ruas.

A autora também defende a necessidade de usos principais combinados e diz que:

“O distrito e, sem duvida a maior parte possível de segmentos que o compõem, deve atender a mais de uma função principal, de preferência mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura” (JACOBS, 2007, p.167).

Portanto, quando em uma mesma vizinhança encontram-se moradia, comércio e serviços, entre outras atividades, a movimentação das ruas é alavancada.

Assim como Jacobs, Maria Elaine Kohlsdorf, em seu projeto de pesquisa junto a estudantes da Universidade de Brasília (A Cidade como Arquitetura), também defende que o espaço urbano bem sucedido é aquele socialmente utilizado, cujo espaço público deve ser planejado a fim de propiciar os encontros sociais não programados e, ainda, que isso é conquistado através de diversidade de atividades exercidas no local e em seu entorno.

Tanto Jacobs quanto Kohlsdorf, ao defenderem a copresença de atividades em uma determinada área, estão querendo, na verdade, que pessoas diferentes e que não se conhecem pessoalmente convivam anonimamente em um mesmo espaço público.

“Quanto mais a cidade conseguir mesclar a diversidade de usos e usuários no dia-a-dia nas ruas, mais a população conseguirá assimilar e sustentar com sucesso e naturalidade (e também economicamente) os parques bem localizados, que assim poderão dar em troca à vizinhança prazer e alegria, em vez de sensação de vazio”. (Jacobs, 2007, pg. 121)

Assim, um parque localizado em uma área que apresente diversidade de usos e usuários terá maior probabilidade de ser movimentado e, portanto, seguro e atrativo.

Dimensão das quadras

Para que as ruas de um bairro e por conseguinte, seus demais espaços públicos, recebam grande variedade de pessoas e de atividades, Jacobs sugere algumas características físicas que estimulam a copresença e uma delas diz respeito à dimensão das quadras.

Segundo a autora, a maioria das quadras devem ser curtas, ou seja, “as ruas e as oportunidades de virar a esquina devem ser frequentes” (JACOBS, 2007, p.197). Com isso, a autora defende que, ao contrário do que acontece com quadras longas que separam pessoas por trajetos que raramente se cruzam, nas quadras curtas há a possibilidade de se cruzar caminho e fazer um trajeto diferente do habitual, mesmo que se caminhe um pouco mais.

“Por natureza, as quadras longas neutralizam as vantagens potenciais que as cidades propiciam à circulação, à experimentação e a numerosos

empreendimentos pequenos ou específicos, na medida que estes precisem de cruzamentos muito maiores de pedestres para atrair fregueses e clientes. As quadras longas também frustram a tese de que, se espera que as misturas de usos urbanos sejam mais do que uma abstração nas plantas, elas devem provocar a presença de pessoas diferentes, com propósitos diferentes, em horários distintos, mas usando as mesmas ruas” (JACOBS, 2007, p.202).

Segundo Jacobs, com quadras curtas, então, as pessoas se sentem mais motivadas para utilizar ruas que não percorreriam normalmente para não estender seu percurso e, com isso, as ruas se tornam mais movimentadas, o que torna os espaços públicos, como parques, ao seu redor, mais suscetíveis ao uso.

Diversidade de tempos de construção

Outra característica física que Jacobs (2007) defende com a finalidade de aumentar a coexistência de atividades e a consequente movimentação de pedestres em um bairro diz respeito à diversidade de tempos de construção e estados de conservação das edificações ali existentes.

“Centenas de empresas comuns, necessárias para a segurança e a vida nas ruas e nos bairros reconhecidos por sua utilidade e pela qualidade do pessoal, conseguem sair-se muito bem em prédios antigos, mas não são inexoravelmente aniquilados pelos altos custos fixos das construções novas”(JACOBS, 2007, p.208).

O que Jacobs quer dizer é que em prédios antigos, com taxas de aluguel e manutenção mais baratas que as dos prédios novos, há maior probabilidade de se estabelecerem comércios de bairro como pequenas mercearias, açougues, padarias, o que traria mais diversidade de comércio e usuários para o bairro levando seus moradores às calçadas.

Jacobs diz que a diversidade de usuários e atividades pressupõe a coexistência de empresas de rendimentos baixos, médios e altos em uma mesma área e revela que "uma área não fracassa por ser velha e sim se torna velha porque fracassou". Assim, como um processo dinâmico, quando uma área é bem sucedida, as novas construções são impulsionadas e, com o tempo, ganha uma mistura natural de edifícios de várias idades, usos e estados de conservação.

Mais uma vez, em busca da diversidade de usos e usuários, Jacobs estabelece uma nova característica física, que se aplica para o entorno de um parque urbano. Assim, a diversidade de tempos de construção e estados de conservação também pode interferir na procura, na utilização e na segurança de um parque urbano presente no bairro.

Qualidade dos passeios e calçadas

As calçadas, espaços públicos entre as edificações e as vias, destinados à circulação de pedestre, são de extrema importância para a vida da cidade. São elas que garantem à cidade a interação com e entre seus usuários, podendo ser

responsáveis até mesmo pelo aumento da segurança de seu bairro.

Jacobs (2007) defende que a calçada pode apresentar outros usos que não só a circulação de pedestres. Estes usos são relacionados à circulação, mas não sinônimos dela e são considerados pela autora como fundamentais para o funcionamento adequado das cidades.

Ela conta que as cidades grandes estão cheias de desconhecidos e que o principal atributo de um bairro próspero é que, mesmo entre tantos desconhecidos, as pessoas se sintam seguras e protegidas nas ruas. Essa segurança, para a autora, é uma das funções fundamentais das ruas e calçadas.

“Não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou distrito para que as pessoas temam as ruas. E, quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras” (JACOBS, 2007, p.30).

A autora sugere que para que a paz nas calçadas seja preservada sua segurança deve ser mantida não só pela policia mas também por uma “rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneo presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (JACOBS, 2007, p.32).

Para ela, reduzir o adensamento de uma cidade não garante segurança, pelo contrário, uma rua movimentada pode garantir uma segurança não existente em ruas desertas de bairros residenciais.

Jacobs cita três características principais que uma rua deve apresentar para receber desconhecidos e ter segurança como trunfo da presença desses e se tornar próspera:

1. “Deve ser nítida a separação entre público e privado” (JACOBS, 2007, p.36). Estes espaços não devem misturar-se como geralmente ocorre em conjuntos habitacionais.
2. “Devem existir olhos para as ruas, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua” (JACOBS, 2007, p.36). Os edifícios de uma rua devem sempre ser voltados para a calçada de forma a permitir que seus habitantes cuidem do que se passa na vizinhança, mantendo-a assim mais segura.
3. “As calçadas devem ter usuários transitando ininterruptamente” (JACOBS, 2007, p.36). Assim, o número de olhos atentos nas calçadas aumenta como o interesse de quem se encontra no interior dos prédios de olhar para a movimentação da rua.

Segundo a autora, nas calçadas, pessoas que não se conhecem socialmente de maneira íntima convivem de forma a zelar pelo bem estar das outras, principalmente os comerciantes, que ela considera figuras públicas fundamentais, pois conhecem muitas pessoas na vizinhança, estão sempre perto das calçadas e podem supervisionar o bem estar das crianças enquanto se ocupam de suas atividades.

Para crianças, o ambiente das calçadas também é, segundo Jacobs, mais seguro que muitos playgrounds e

parques. Nas calçadas, ao contrário dos espaços criados especificamente direcionados para as brincadeiras infantis, onde a proporção de adultos é baixa, as crianças podem brincar vigiadas pelos olhares de adultos, principalmente os comerciantes vizinhos. Nestas calçadas as crianças não só se divertem com mais segurança, mas também aprendem noções de mundo e cidadania com quem as vigia.

Jacobs diz que para que um parque ou playground seja seguro para as crianças é melhor que ele esteja inserido em uma vizinhança movimentada. Da mesma forma, uma calçada só será boa para recreação se nela houver espaço suficiente para as brincadeiras e uma grande variedade de outras atividades e pessoas circulando.

Nesse sentido, acredita-se que um parque urbano - situado em uma vizinhança de calçadas movimentadas e ruas seguras - se beneficiará destas características tornando-se também bem utilizado.

Para que o uso das calçadas aconteça da maneira mais segura para todos estas devem seguir algumas normas técnicas de acessibilidade, que no Brasil são regidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Quanto às calçadas, vias e passeios públicos, a NBR 9050 (6.1.1 Pisos), define que

“Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). Admite-se inclinação transversal da superfície até 2% para pisos internos e 3%

para pisos externos e inclinação longitudinal máxima de 5%. Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4. Recomenda-se evitar a utilização de padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança (por exemplo, estampas que pelo contraste de cores possam causar a impressão de tridimensionalidade).”

Quanto ao piso de diferenciação tátil, este deve ser utilizado, segundo NBR 9050 para sinalizar situações que envolvem risco de segurança; quando houver ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, como guia de caminamento, ou quando houver caminhos preferenciais de circulação.

A Norma Brasileira também prevê regras para desníveis, que devem ser evitados em rotas acessíveis: desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%), e desníveis superiores a 15 mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados.

Iluminação

A iluminação das ruas de entorno é outra característica física importante para a vida de um parque urbano, já que geralmente à noite, também por estar escuro, as ruas ficam vazias e os índices de violência aumentam.

Jacobs (2007) também considera a iluminação outro fator de extrema importância para a diversidade de usuários, já que

induz as pessoas a andarem em áreas desvitalizadas e a contribuírem, com seus olhos, para a manutenção da segurança.

Porém, a autora ressalva que as luzes não têm efeito algum se não houver olhos e, por trás deles, cérebros atentos. A iluminação também não atrai pessoas à noite sem estar associada a bons atrativos espalhados pelo bairro, como bares, restaurantes e movimentação de pessoas.

Então, para que um parque urbano se torne seguro também à noite, seu entorno, bem como seu interior, deve ser bem iluminado e as ruas devem ser atrativas ao movimento noturno.

Com isso, percebemos que um bairro ou uma área da cidade com qual as pessoas se identificam e bem se relacionam tende a ter espaços públicos mais bem cuidados e utilizados. Por isso, os fatores relativos à qualidade do entorno de um espaço público devem ser relevados ao se analisar um espaço público problemático ou ao se projetá-lo e administrar.

Embora os fatores relativos ao entorno sejam muito importantes para atrair pessoas para um parque ou praça, por si só são suficientes para garantir o sucesso deste espaço. O parque ou praça, para ser bem relacionado com seus usuários deve também apresentar em seu interior características que atraiam as pessoas, despertando o afeto do público e mantendo a identidade com a área em que está inserido.

2.2 QUANTO AO SEU INTERIOR

Como já citado anteriormente, para tornar um espaço público bem sucedido perante seus usuários, é necessário que tanto seu interior quanto seu entorno apresentem características que o torne mais seguro e convidativo.

Assim como o parque, em si, pode ser beneficiado pelo bairro, se bem projetado e administrado, pode também beneficiar um bairro. Porém, esta linha é muito tênue pois, Segundo Jacobs (2007, p.97):

“Parques são locais efêmeros. Costumam experimentar extremos de popularidade e impopularidade. Seu desempenho nada tem de simples. Podem constituir elementos maravilhosos dos bairros e também um trunfo importante para a vizinhança, mas infelizmente poucos são assim. Com o tempo podem tornar-se mais apreciados e valorizados, mas infelizmente poucos duram tanto.”

Jacobs diz que muitos parques não são utilizados pela população e, assim, se tornam espaços destruídos pela decadência, “vazios urbanos desvitalizados” (JACOBS, 2007, p.97) e seus equipamentos são alvos frequentes de vandalismo, o que Jacobs considera muito diferente de desgaste de uso. Seu entorno também sofre com esse vazio, já que as ruas que rodeiam parques impopulares ganham fama de perigosas e são evitadas pela população.

Para que isso não aconteça, Marcus e Francis (1998) listam algumas considerações com a intenção de informar clientes, designers e usuários potenciais dos futuros espaços

públicos. Para que o lugar seja satisfatório, confortável, acessível, significativo e belo, ele deve:

- Ser localizado onde o acesso seja fácil e que possa ser visto facilmente por usuários potenciais;
- Transmitir claramente a mensagem de que o local está disponível ao uso e que deve ser usado;
- Ser de boa aparência e ocupado no seu interior e exterior;
- Ser mobiliado para sustentar as mais prováveis e desejáveis atividades;
- Fornecer sentimento de segurança aos possíveis usuários;
- Onde for apropriado, oferecer alívio ao stress urbano e trazer equilíbrio ao bem estar físico e emocional dos usuários;
- Ser adequado as necessidades do grupo que mais provavelmente usará o espaço;
- Incentivar o uso por diferentes subgrupos da provável população usuária, sem que nenhum dos grupos perturbe os outros;
- Oferecer paisagem que seja psicologicamente confortável nos horários de pico de uso, em relação à insolação, sombreamento, ventilação e semelhantes;
- Ser acessível a crianças e deficientes físicos;
- Atender ao programa político dos administradores do espaço. Por exemplo o programa educacional em centros infantis bem como terapêuticos em hospitais;

- Incorporar componentes que os usuários possam manipular ou mudar de acordo com sua vontade e necessidade;
- Permitir aos usuários a opção de, individualmente ou como membros de um grupo, tornarem-se parte envolvida no seu projeto, construção e manutenção, reivindicando melhorias a participando de eventos especiais;
- Ser fácil e economicamente mantido dentro dos limites do que é, em qual, esperado para este determinado tipo de local;
- Ser projetado com a mesma atenção para ser atrativo visualmente e fazer parte do cenário social. Muita atenção em apenas um aspecto pode resultar em um local desequilibrado e pouco saudável.

Aqui veremos alguns fatores que podem influenciar o bom uso e sucesso de um espaço público de lazer, como parques e praças, quanto as suas características físicas. Esses fatores são, em sua maioria, relacionados com o uso e com as necessidades do usuário e foram retirados da obra de importantes pesquisadores da área.

Embora os fatores em relação ao entorno, também não são garantia de um espaço público perfeito, todavia podem ajudar na busca do bom relacionamento com o usuário, um passo importante para um espaço público bem sucedido.

Localização

Dessa forma, o entorno de um parque urbano é tão importante para sua boa utilização quanto seu projeto e, por isso, quando possível, a escolha de um boa localização para um parque urbano é indispensável. Para Jacobs, as construções ao entorno de um parque são de extrema importância. Elas os envolvem e os delimitam de maneira que criam uma forma definida para o espaço público.

Segundo Jacobs (2007) o parque que é exemplo de perversão provavelmente tem baixa densidade de moradias em seu entorno e muitos escritórios, o que leva todos os seus usuários a utilizá-lo nos mesmos horários e o deixa deserto nas demais horas do dia.

Qualquer uso específico e predominante que impusesse um horário limitado aos frequentadores resultaria no abandono, como acontece em algumas praças americanas que, segundo Marcus e Francis (1998) só são frequentadas no horário de almoço dos trabalhadores de escritórios vizinhos e no restante do dia ficam vazias. E Jacobs (2007, p.108) completa:

“Um parque de bairro genérico, que esteja preso a qualquer tipo de inércia funcional do seu entorno, fica inexoravelmente vazio por boa parte do dia. E aí estabelece um círculo vicioso. Mesmo que o vazio não seja atingido por várias espécies de praga, ele exerce pouca atração devido ao número restrito de frequentadores potenciais.”

Assim, nas cidades, movimento de pessoas atrai mais pessoas e um espaço público vazio, pouco utilizado repele ainda

mais a vida. Portanto, de acordo com Jacobs os parques devem estar localizados onde a cidade tenha a oferecer a maior diversidade possível de usos e usuários, para que o parque se beneficie dessa movimentação. Deve estar localizado, preferencialmente, em uma área onde haja movimentação cultural, de comércio, de escritórios, escolas, residências, bares noturnos e restaurante pelas ruas.

Parques problemáticos, segundo Jacobs, geralmente se localizam em zonas com pouca movimentação de pessoas e este só atrairá usuários se oferecer artigos de primeira necessidades como, por exemplo, atrações culturais, festas, locais para práticas de esportes.

Variedade de usos

Bem como já citado, a variedade de usos no interior de um espaço público, como uma praça ou um parque urbano é muito importante para atrair usuários de diversas faixas etárias e interesses. O uso, para Carr et al. (1992), é o mais importante indicador de sucesso que um espaço público pode ter.

Também Francis (2003) considera que os espaços públicos bem sucedidos são aqueles bem utilizados pelas pessoas, assim, o uso é entendido como um importante requisito a ser considerado no planejamento de espaços públicos urbanos.

Nesse sentido, a variedade de usos em um parque urbano propicia seu uso por uma variedade de usuários, com compromissos diários e necessidades diferentes em relação ao

parque, o que os leva ao parque nos mais variados horários do dia, tornando-o constantemente movimentado. O uso contínuo, para Jacobs se deve “pela diversidade física funcional de usos adjacentes e pela conseqüente diversidade de usuários.” (2007, p.106)

Portanto, para que um espaço público seja bem sucedido, deve, primeiramente, atrair possíveis usuários e, em um parque público, o maior atrativo que pode haver é a possibilidade de utilizar o local para realizar atividades físicas, lúdicas ou sociais, de acordo com a necessidade de cada usuário ou grupo de usuários. Assim, Jacobs (2007, p.112) afirma que

“Se o objetivo de um parque urbano de uso genérico comum é atrair o maior número de pessoas, com os mais variados horários, interesses e propósitos, é claro que o projeto do parque deve promover essa generalização de frequências, em vez de atuar em sentido contrário.”

Para promover essa “generalização de frequências”, citada por Jacobs, através do oferecimento de atividades que supram as necessidades e expectativas do usuário, não existe uma fórmula exata. A própria Jacobs (2007, p.119) nos ensina que “só a vivência e a tentativa e o erro podem indicar que combinações de atividades realmente operam como artigos de primeira necessidade em qualquer parque problemático”.

As ofertas e boa distribuição das atividades, segundo Francis (2003), podem garantir o sucesso do espaço público, diminuindo a possibilidade de conflitos entre os usuários e

depredações. Para ele, o conhecimento das necessidades dos usuários bem como dos motivos que levam aos conflitos garantem o sucesso de um espaço público aberto.

Francis (2003) diz que as necessidades dos usuários foram identificadas por organizações como "The Urban Park Institute" e "Project for Public Spaces" como uma das mais críticas considerações no planejamento, projeto e administração de parques urbanos e espaços abertos públicos. Segundo o autor existem no mínimo cinco categorias principais de possibilidades de uso que devem ser consideradas. São elas: relaxamento, envolvimento passivo (passive engagement), envolvimento ativo (active engagement) e descoberta (Discovery) e diversão.

De acordo com Francis (2003), o relaxamento foi apontado por pesquisas como uma das atividades mais procuradas em espaços públicos e este benefício pode ser garantido pelos efeitos renovadores da água e da vegetação, comumente encontrados em parques e praças públicas.

Envolvimento Passivo é uma forma bastante experienciada por frequentadores de espaços públicos abertos, segundo Francis (2003), e são consideradas atividades passivas sentar, ler, admirar a paisagem, sonhar acordado ou dormir.

Envolvimento Ativo para o autor são aquelas atividades que frequentemente requerem esforço físico e espaços públicos têm longa tradição de satisfazer estas necessidades, pelo fornecimento de espaços e elementos destinados a esportes e outras atividades físicas. Atividades ativas incluem correr, andar

de bicicleta, brincar, praticar esportes ou jardinagem, entre outras.

Descoberta para Francis (2003) é oferecida por lugares abertos públicos que mantêm áreas naturais e até mesmo *playgrounds* educativos. Estes espaços e atividades como jardinagem e brincadeiras educativas podem estimular a descoberta e o aprendizado de seus usuários.

Diversão é uma frequente necessidade do usuário. Segundo Francis (2003) parques temáticos são, na maioria das vezes, locais privados, como os parques da corporação Disney, onde se cobra a entrada para garantir segurança e o bom uso do local. Em espaços públicos abertos geralmente não são oferecidos brinquedos do nível de complexidade de um parque temático, mas *playground*, em pistas de skate, que são excelentes ingredientes para um bom espaço público.

Outro uso de extrema importância para um espaço público é a circulação e se esta é facilitada e agradável atrai, muitas vezes, pessoas que o utilizam somente para cortar caminho. Por isso, a circulação, se promovida em praças e parques e se integrada a outros caminhos, como calçadas, avenidas, e ruas, pode fazer com que os pedestres entrem e saiam do local, movimentando e fazendo parte de sua vida.

Quanto à circulação, Marcus e Francis (1998) citam três formas em que ela pode ocorrer em espaços públicos ao ar livre, como praças e parques. São elas: a passagem, utilizada pelas pessoas apenas para cortar caminho e não permanecem em seu interior por mais tempo do que leva ao trajeto realizado; acesso,

quando as pessoas só utilizam o local para chegar a um edifício situado no perímetro da praça ou parque; cortando caminho e acesso ao interior da praça ou parque, quando as pessoas caminham por dentro do espaço público até chegar a um elemento ou local para realizar atividades.

A circulação é também importante para a cidade, pois a caminhada é uma atividade que beneficia não só o corpo humano, bem como polui menos o ar e provoca menos ruídos. Outro ponto importante quanto à circulação, é que esta atrai usuários que gostam de sentar nos parques e praças e ficar observando o movimento de pedestres.

Segundo Marcus e Francis (1998) a maior porcentagem de pessoas que adentram as praças vindas das calçadas acontecem naquelas praças que possibilitam que o pedestre corte a esquina, e a menor porcentagem acontece nas praças mais estreitas, mas que têm alguma barreira entre a calçada e a praça ou naquelas praças que não servem como via ou passagem.

Portanto, a largura da praça, a ausência de grades entre a praça e a calçada e a falta de barreiras fortes parecem influenciar a incidência de pedestres no seu interior. Os estudos de Marcus e Francis (1998) indicam que praças que não são primariamente vias de passagem proporcionam aos usuários uma permanência mais longa. Esses pesquisadores concluíram que as funções de praças e parques, como facilitadores de circulação e locais calmos -“oásis”- para sentar não são incomparáveis, mas no mínimo distintas e para as duas funções

coexistirem em harmonia elas devem ser situadas em diferentes sub-áreas da praça ou, ao menos, ter uma área de transição entre elas.

Outro uso que merece destaque é a alimentação, que muitas vezes é realizada em praças e parques. Em forma de piquenique em grupo, pequenos lanches ou até mesmo um almoço, as refeições merecem atenção em determinados espaços públicos e, para isso, o responsável pelo espaço em questão deve estar informado sobre as necessidades dos usuários reais ou potenciais. Além de ser mais econômico (quando se traz a refeição de casa), alimentar-se em um espaço que seja agradável e calmo pode ajudar as pessoas a relaxarem do estresse da cidade. Nos EUA, Segundo Marcus e Francis, os espaços públicos são muito utilizados nos horários de almoço e, durante este período, as atividades mais comumente realizadas são relaxamento, alimentação e passeios. A maior razão para levá-los até esses espaços públicos é a proximidade entre a praça e o trabalho.

Em praças, segundo Marcus e Francis (1998), mais variedade de pessoas de diferentes grupos (sexo, etnia, idade, etc.) são atraídas, por causa da proximidade com locais de trabalho, lojas, hotéis e restaurantes. Os motivos que mais levam pessoas às praças são esperar alguém, sentar, comer, dar um tempo e ninguém citou relaxar como motivo para estar nela. Seus frequentadores ficam no local por menos tempo que nos Oasis e reclamam de outros o fazem periodicamente.

Já em parques calmos ou em praças distantes da movimentação e do barulho da cidade, que Marcus e Francis chamam de “Oasis Urbano” as pessoas vão à procura de contato com o verde e para apreciar a paisagem e citam relaxamento como a atividade buscada no local. Esses locais recebem normalmente pessoas que trabalham em locais próximos e que procuram locais tranquilos para almoçar. A maioria dos frequentadores desses espaços permanece um bom tempo nele e não revelam ter problemas com os outros usuários do local.

Assim, percebe-se que, para atividades relaxantes, os locais mais procurados pelas pessoas são aqueles que são tranquilos, afastados do estresse urbano e belos. Porém, um parque com estas características pode se tornar monótono para usuários que busquem outras atividades, como exercícios físicos e brincadeiras, por exemplo. Portanto, para que as necessidades de todos os estilos de usuários sejam atendidas, é preferível que um parque urbano possua recantos específicos para cada tipo de atividade de maneira com que todas estejam presentes, mas cada uma no seu espaço, para que não ocorram conflitos entre os usuários.

Portanto, percebe-se que para um parque ser atrativo e bem utilizado, deve satisfazer as necessidades dos usuários, no sentido de oferecer elementos que possibilitem a realização de atividades condizentes com os diversos grupos possíveis. Conhecer os usuários reais e potenciais de um espaço público é de extrema relevância para seu sucesso frente ao público e,

neste sentido, buscou-se aqui fazer uma generalização quanto aos tipos de usuários mais frequentes em um parque urbano.

Diversidade de usuários

Por óbvio espaço algum, por mais bem projetado e bem administrado que seja, jamais será um lugar de fato se por ele não passarem pessoas ou se nele não acontecerem atividades e interação social. Um espaço público sem seu público, perde o caráter, se torna um lugar estático, sem vida, sem alma. Portanto, o quisito mais importante para que um espaço seja bem sucedido é ser utilizado por pessoas, o que faz dos usuários o cerne de qualquer projeto de espaço público.

Usuários são todas as pessoas capazes de interagir com o local em questão, de diferentes maneiras, não dependendo de suas limitações pessoais. Marcus e Francis (1998) ressaltam que usuários são aquelas pessoas que passam ou permanecem no local em questão, e não aqueles que apenas o observam enquanto caminham por seu entorno. Independente disso, está o fato de que todos, mesmo aqueles que não utilizam o espaço em questão, são ou devem ser considerados como usuários em potencial.

As necessidades do usuário são definidas por Francis (2003), como aquelas condutas e experiências que as pessoas procuram ao desfrutar de espaços públicos. A necessidade fornece o nível básico de suporte à função no espaço aberto, e são os pré-requisitos para haver uma experiência satisfatória ao

ar livre e base para critérios de planejamento do espaço aberto público.

Quando as necessidades de uso não são supridas, segundo Francis (2003), surgem os conflitos que também podem ser decorrentes de convívio inapropriado de diferentes grupos de usuários. Os exemplos incluem conflitos entre usuários de diferentes faixas etárias, sexo ou cultura, mas pode também ocorrer a partir da falta de envolvimento do usuário com o lugar ou com a administração do espaço.

Os conflitos considerados mais graves, geralmente são aqueles relacionados a vandalismo, moradores de rua ou outros usuários “indesejáveis” (bêbados, desempregados, moradores de rua, etc.) e que trazem à tona um problema em destaque e urgente que o domínio público enfrenta: a quem abrange o termo “público” no espaço público?

Marcus e Francis (1998) ao fazerem esta pergunta revelam que, nos EUA, há uma tensão considerável entre as percepções de segurança pública, o conforto da típica classe média americana e os argumentos sobre direitos a todos os membros da sociedade de utilizar o espaço público.

A preocupação com a presença de moradores de rua e outros frequentadores “indesejáveis” trouxe à tona a tendência de, por meio do design de mobiliário urbano e o projeto de espaços públicos, desencorajar-se a sentar ou ali permanecer. Porém, essas restrições atuam não só sobre usuários não quistos, mas com todos os usuários, quanto ao real uso público do local.

Outro ponto que deve ser observado é o motivo de não se querer que os moradores de rua fiquem em espaços públicos, pois não necessariamente estes são responsáveis por atos de violência ou vandalismo. Segundo Marcus e Francis (1998) as pessoas se sentem ofendidas, envergonhadas e culpadas ao verem os menos afortunados nos espaços públicos e esse seria o motivo real para os querer afastados de um espaço que deveria ser do uso de todos. Mesmo se sentindo excludentes alguns usuários da praça pesquisada no livro de Marcus e Francis (1998) disseram se sentir mais tranquilos em um local seguro, limpo e sem a presença de usuários “indesejáveis”.

Ao contrário da tendência acima, Marcus e Francis revelam que praças e parques que são usados com frequência propiciam menos probabilidade de haver problemas com crime, vandalismo ou com a presença de usuários “indesejáveis”.

Por isso, o projeto da praça que a torna convidativa ao uso tem muitas vantagens, mesmo que o excesso de uso possa significar mais desgaste e mais sujeira no espaço em questão.

Quanto ao sexo, Marcus e Francis (1998) mostram que há diferenças de usos e necessidades e, para elas, os homens tendem a dominar o uso da maioria dos espaços abertos, principalmente das praças centrais das cidades americanas, onde foram realizadas as pesquisas presentes no livro das autoras.

Com base nas pesquisas realizadas em Nova York Marcus e Francis (1998) afirmam que praças que têm mais da metade da proporção de usuários do sexo feminino

provavelmente possam ser consideradas boas praças já que a presença de mulheres é um indicador de qualidade.

Outra curiosidade é que, segundo as autoras, as mulheres, ao contrário dos homens, tendem a usar os espaços públicos como praças acompanhadas por um grupo ou formando um casal e os homens geralmente preferem sentar-se nas bordas da praça enquanto as mulheres preferem sentar-se nas áreas mais reservadas do interior da praça. Mulheres usam mais os locais calmos, como os Oasis urbanos verdes e usam menos os espaços públicos centrais, pois são mais sensíveis ao barulho e à poluição do que os homens.

Homens e mulheres têm conceitos totalmente diferentes dos locais públicos centrais e do que procuram neles: mulheres buscam alívio do stress urbano e do escritório e preferem passar seu tempo em um ambiente natural e seguro. Homens, ao contrário preferem locais centrais que permitam a interação social e esperam ser abordados e são mais tolerantes à interrupção. Mozingo (apud Marcus e Francis, 1998), o autor desta teoria, diz que precisamos ver isso como partes de um uso contínuo e não como dois tipos diferentes e separados de espaços. O desafio para quem projeta estes espaços é, justamente, integrar os dois usos em um mesmo espaço público.

Também podemos distinguir os usuários por seus grupos de interesse - como adolescentes que gostam de ficar em um espaço conversando, jovens skatistas, grupos de homens jogando futebol, senhores jogando dominó e mulheres se exercitando - que em comum têm necessidades latentes e

desejos relacionados às atividades que praticam ou gostariam de praticar.

Crianças precisam de espaço físico para correr e elementos que possibilitem atividades lúdicas e educativas e, para que fiquem seguras em um dado ambiente é necessário que os adultos fiquem a uma distância em que possam observar e vigiá-las. Crianças, na maioria das vezes, vão a parques e praças acompanhadas de adultos e, lá, socializam com outras crianças.

Os adolescentes, por sua vez, costumam utilizar os espaços públicos em grupo e buscam aqueles em que possam sentar e conversar, observar o movimento, interagir com seu próprio grupo e muitas vezes também praticam algum esporte e também se alimentam em locais públicos.

Adultos, em sua maioria, vão a espaços públicos acompanhar crianças e até mesmo passear com cachorros e também, frequentemente, utilizam o espaço público para exercitar-se. Quanto aos idosos é bastante comum que usem parques e praças com mais frequência, passando, muitas vezes, a encontrar amigos no local para jogar damas, xadrez ou dominó e conversar.

Os grupos podem e devem conviver em um espaço público, pois a prática da convivência é essencial para todos. Todavia, é importante que se mantenha uma distância e um zoneamento para que não haja interferência exagerada entre os grupos de modo que leve a um conflito. Também quando um grupo (em termos de idade, sexo, classe social ou interesse) se

torna predominante em um determinado espaço, pode acontecer de outros grupos relatarem em usá-lo. Esses tipos de conflitos são responsáveis por tornarem parques e praças rotulados, criando barreiras invisíveis para outros usuários potenciais.

O que vale aqui destacar é que conflitos podem e devem ser previstos, evitados e minimizados, se houver necessidade, durante a elaboração de um projeto de parque urbano ou praça. Conhecendo seus usuários, reais e potenciais e os conflitos que possam vir a acontecer em um espaço público é a maneira mais eficaz que os projetistas e administradores de espaços públicos têm de evitar que o espaço seja segregador e proporcionar, no mesmo espaço, a interação social e a convivência pacífica entre as pessoas.

Acessos e barreiras

Para que um espaço seja público, em toda a amplitude da palavra, é importante que ele esteja disponível e acessível a toda e qualquer pessoa que nele quiser entrar ou circular. Segundo Alex (2008, p.25) “entrar em um lugar é condição inicial para usá-lo”, portanto, a acessibilidade é o fator decisivo para que o espaço seja de fato público.

Hoje, no Brasil, a acessibilidade é defendida pela lei 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, “que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma

de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação” (BRASIL, Lei 10.098, 2000).

No Brasil ainda devem ser consideradas as normas que regulamentam os espaços e equipamentos de uso coletivo. A NBR 9050 (1994) assegura a acessibilidade e "fixa padrões e critérios que visam propiciar às pessoas portadoras de deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, mobiliários e equipamentos urbanos."

Para garantir a acessibilidade deve-se também garantir a aplicação dos princípios do Design Universal que visa à inclusão e o uso indiscriminado por todas as pessoas sejam elas portadores de deficiências, idosos, obesos ou crianças. Seus princípios são: uso equitativo, uso flexível, simplicidade e uso intuitivo, informação e introdução perceptiva, tolerância ao erro, baixo esforço físico e tamanho do espaço para aproximação e uso.

Para a acessibilidade de um espaço público aberto se deve considerar não só os aspectos do local, como calçamento, sinalização rampas e adequação dos elementos e mobiliários urbanos, mas também se deve à acessibilidade do seu entorno que permitirá que todas as pessoas, sem discriminação, possam chegar com segurança ao espaço aberto público. De acordo com a PPS acessibilidade inclui também fatores como Conexão (Linkages), walkability - propriedade que um espaço tem de permitir livre acesso aos pedestres - conectividade (connectedness) e conveniência (convenience) e pode ser mensurada, segundo Francis (2003), pelo mapa de

comportamento de uso, atividades pedestres e dados de trânsito no entorno.

Para Stephen Carr (apud ALEX, 2008, p.25) existem três tipos de acessos: os físicos, os visuais e os simbólicas os sociais. O acesso físico é definido, segundo Alex (2008), pela ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas e segundo Marcus e Francis (1998) as barreiras físicas podem ser de quatro tipos: gradeamento, fosso, arbustos ou desnível. Porém, de acordo com Alex (2008) podemos somar a estes construções e água.

Importante destacar que não se deve entender barreiras físicas como elementos prejudiciais ao espaços públicos, pois elas são capazes de auxiliar na distribuição dos fluxos e das atividades no interior do parque e demarcar por onde as pessoas podem entrar e sair de um parque ou praça.

É também importante que a barreira criada para impedir acesso físico permita acesso visual, pois ver, à medida do possível, o que se passa no interior do local é fundamental para que os usuários se sintam convidados a entrar e utilizar o espaço em questão.

Assim, o acesso visual define, para Alex (2008), o primeiro contato que o usuário faz com o local e cita que “perceber e identificar ameaças potenciais é um procedimento instintivo antes de alguém adentrar qualquer espaço” (ALEX, 2008, p.25)

Além dos acessos visuais e físicos, podemos considerar também o acesso social. Este, “refere-se à presença de sinais,

sutis ou ostensivos, que sugerem quem é bem-vindo ao lugar” (ALEX,2008, p.25) e suas barreiras na maioria das vezes são invisíveis – já que não são barreiras físicas e que o acesso, visivelmente, é público e acessível a todos - e podem ser identificados pela presença de porteiros e guardas na entrada, estilos de atividades, construções e “decoração” que pareçam ser dirigidas a apenas um seletto grupo de usuários, ou a uma classe social específica, ou até mesmo quando um grupo é predominante no espaço e outros grupos não se sentem confortáveis em utilizá-lo.

Barreiras e acessos, portanto, devem ser projetados para marcar o zoneamento e para dirigir o fluxo e as atividades no interior de praças e parques públicos tornando-os mais movimentados, bem utilizados e seguros. Por outro lado, as barreiras devem ser trabalhadas com muita cautela, pois podem ser percebidas por alguns usuários potenciais como impedimentos ou inibidores de uso do espaço em questão.

Forma e estética

Forma e estética, se bem trabalhadas, podem ser responsáveis por grande parcela do poder de atração que um parque ou praça exerce sob seus potenciais usuários. Não existe particularmente, uma fórmula que se aplique em todos os casos com eficácia comprovada, porém, alguns autores já arriscaram teorias sobre como forma e estética devem ser para que os espaços públicos sejam atrativos e bem utilizados.

Um das primeiras obras sobre o assunto, “ A Construção da Cidade Segundo seus Princípios Artísticos” escrito por

Camillo Sitte (1992) na metade do século XIX, traz críticas à cidade moderna onde se percebe um ar saudosista do autor pelos modelos clássicos de espaços públicos.

O livro traz, ainda, o entendimento da cidade como uma obra de arte e não apenas algo estritamente funcional. Usando como exemplos praças de cidades como Viena, Veneza e Florença, Sitte (1992) aponta como a arquitetura conforma esses espaços públicos seguindo princípios como: fechamento, proporção entre largura, profundidade e edifícios principais e praças contíguas.

Para Sitte (1992) a leitura dos espaços públicos pode ser realizada a partir de seus elementos formais, já que acredita que o que constrói um espaço público é a relação deste com as ruas e edificações de seu entorno, e como estes se distribuem, em seu interior. Contudo, este fato não exclui o ponto de vista do usuário na teoria de Sitte, pelo contrário, todos os princípios artísticos defendidos pelo autor auxiliam na beleza da praça e também na compreensão desta pelos usuários tornando-a bem sucedida.

Apesar da importância da obra de Sitte (1992), seria ingenuidade pensar que os princípios defendidos por ele possam, ainda hoje, ser aplicados com sucesso em praças e parques de diferentes cidades, países e culturas. Tanto é que os modelos bem sucedidos europeus, que foram copiados pelos americanos, segundo Marcus e Francis (1998) não tiveram o mesmo destino de sucesso, provando que cada cultura e cada

local são únicos e merecem um projeto específico, condizente com suas necessidades.

Já para Jacobs (2007), para que o parque seja atrativo e desperte o interesse de visitação deve apresentar certa complexidade visual. Segundo ela “a complexidade diz respeito à multiplicidade de motivos que as pessoas têm para frequentar parques de bairro” (JACOBS, 2007, p.112) e, para garantir a complexidade, um parque público não deverá ser facilmente compreendido quando visto de fora e cada um de seus segmentos deverá ser diferente dos outros.

De comum acordo com Jacobs, Marcus e Francis (1998) defendem que o local não deve apresentar obviedade na sua paisagem, redundância de materiais, cores ou texturas - não deverá apresentar cimento ou concreto em excesso, falta de contraste nas cores, falta de verde ou monotonia da organização do espaço. Com diferenças sutis, enfatiza Jacobs (2007), a diversidade de usos que elas possibilitam são acentuadas despertando nos usuários a vontade de experimentação de suas diferentes facetas de usos em diferentes horas do dia, por exemplo, de manhã para exercitar, à tarde acompanhar crianças e à noite para encontrar amigos.

Para Marcus e Francis (1998), as pessoas procuram por complexidade visual no seu redor e por elementos “âncoras” nas quais possam se segurar fisicamente sentando ou se encostando, por exemplo, ou simbolicamente – ficando perto, observando. Portanto, para que um parque tenha a complexidade necessária para garantir sua atração frente aos

usuários, é necessário que possua formas, texturas e paisagens que não sejam monótonas.

Jacobs (2007) defende a centralidade e diz que os bons parques geralmente têm seu centro facilmente reconhecido e fortemente utilizado, podendo ser um local de destaque ou um cruzamento principal. Fato é que as pessoas tendem a se localizar nas áreas centrais dos parques, mesmo quando estas estão cheias e as de periferia vazias.

Sobre o dimensionamento, é difícil fazer recomendações sobre o tamanho ideal, já que cada localização e contexto fazem um lugar ser único. Mesmo assim, Gehl (apud MARCUS e FRANCIS, 1998) propôs para praças uma dimensão máxima de 70 a 100 metros, que é a distância máxima que permite uma pessoa ver eventos deve ser combinada com a distância máxima em que conseguimos ver expressões faciais, que é de 20 a 25 metros.

Por serem geralmente maior que as praças, os parques, para não apresentarem monotonia em termos de forma e estética, devem apresentar ambientes distintos um dos outros e a vegetação, bem como os mobiliários urbanos, pisos e elementos de seu entorno podem, juntos, formar paisagens atrativas e diversificadas.

Assim, percebe-se que, para que um espaço público seja bem sucedido ele deve ter sua forma e seus elementos estéticos trabalhados, em conjunto com outras características citadas neste trabalho, de maneira que torne o lugar mais atrativo e confortável esteticamente e para que, com isso, conquiste

usuários. Por outro lado, a preocupação excessiva com a estética pode comprometer a funcionalidade, já que, segundo Francis (2003), algumas vezes o espaço é projetado para ser visto de uma forma abstrata, tornando-se pouco agradável na escala humana. Essa forma de projetar que privilegia a estética, deixando de lado a funcionalidade, é para Francis (2003, pg.13), uma das mais dominantes barreiras para o aproveitamento humano de um espaço público aberto. Portanto, fica claro que a estética e a forma são extremamente necessárias para atrair os usuários, mas devem ser trabalhadas para quem vivencia o local de seu interior e não de quem o vê através de uma foto de vista aérea.

Conforto

Para que um espaço público seja bem utilizado não basta que seja bonito, seguro e que tenha uma relação saudável com seu entorno. É também necessário que as pessoas se sintam confortáveis.

Conforto, segundo Francis (2003), inclui fatores como segurança, bons lugares para sentar, atrativo e limpeza, podendo ser mensurada através das condições das construções e do entorno e também de estatísticas de crime no local.

Mais específico, o conforto ambiental é garantido pela adequação das características configurativas do espaço incidentes no conforto físico dos indivíduos, em termos de temperatura e umidade, som, luz e qualidade do ar. Para Marcus e Francis (1998), todas as praças projetadas para uso estático

deveriam ter tantas áreas dentro da zona de conforto quanto fosse possível (uma área de condições climáticas agradáveis para uma pessoa situada à sombra e vestindo roupas casuais).

Defensores da importância do planejamento de sol e sombra para garantir conforto em espaços públicos, Marcus e Francis (1998) destacam que uma área deve ser localizada e projetada para receber todo o sol que seu entorno permitir e, para Jacobs, a insolação nos parques é muito importante e que o bom uso de um parque pode ser comprometido por uma área de sombra resultante de uma construção vizinha sobre o local. De acordo com os autores entende-se que o movimento sazonal do sol e as estruturas existentes devem ser levados em consideração para que a praça receba ao máximo o sol do inverno e do verão.

Em locais de inverno predominante deve-se tomar cuidado para que árvores de copas muito grandes não tornem o espaço muito frio e úmido e em locais onde o verão é muito quente as sombras em certos pontos da praça são desejáveis e podem ser garantidas pela vegetação, por elementos como pérgulas e também pelos prédios do entorno. Por isso, é de extrema importância, durante a fase de projeto de um espaço público, que se faça um levantamento completo da incidência do sol, dos ventos predominantes, bem como dos gabaritos dos prédios de entorno. Só assim, se conseguirá áreas ensolaradas, bem ventiladas, ou sombreadas e sem vento – quando necessário - e incidindo sobre as atividades que o requerem.

Iluminação

A iluminação em um espaço público pode e deve se dar de duas formas: a iluminação natural, proveniente do sol e a iluminação artificial, por meio de postes, refletores, spots, luminárias e leds, entre outros.

Para o bom funcionamento de um parque ou praça nas diversas horas do dia deve-se considerar as situações do espaço durante o dia e também à noite como indica Mascaró (2006 a): “Assim como as necessidades e problemas dos usuários são diferentes, durante o dia e à noite, a ambiência urbana diurna e noturna também é, sendo necessário estudar ambas as situações separadamente e, em seguida, integrá-las”.

Mascaró (2006 a, pg.38) diz que a iluminação natural de um ambiente urbano, que é delimitado por pisos e paredes, depende de características do seu entorno, como “orientações da rua, tipo de perfil, fator de céu visível, materiais de fachadas, relações entre cheios e vazios, presença de arborização, infraestrutura, equipamentos, usos e costumes”. Segundo Mascaró (2006 a, pg.40):

“Em termos luminosos, um recinto urbano é considerado como uma situação que, em consequência da morfologia dos espaços arquitetônicos que o conformam e dos elementos que o compõem, gera uma distribuição específica de intensidades luminosas. Descrever essa morfologia significa citar e identificar a pluralidade de elementos que participam nessa estrutura arquitetônica determinante do espaço, como por exemplo, o uso do solo, as características formais e materiais do

espaço, o perfil urbano que se esboça dessa forma, o equipamento urbano interveniente e a presença viva da arborização urbana, entre tantos outros”.

Com veremos a seguir, também a vegetação é responsável pela definição da iluminação em um espaço público. As árvores, bem como as edificações, formam sombras dinâmicas, que mudam durante o dia conforme a posição solar. As sombras podem ser, segundo Mascaró (2006 a) duras ou filtradas, dependendo do anteparo que as projeta.

Para o bom aproveitamento da insolação em locais abertos como praças e parques, Mascaró (2006 a) aponta que devem ser consideradas as características climáticas da cidade em que está inserido:

“ A vegetação, imprescindível nesses tipos de climas, interfere no desempenho luminoso do recinto urbano e de seus edifícios. Árvores de folhas caducas, adequadas para o subtropical úmido na estação fria, apresentam luz natural que variam entre 5% e 65%, segundo a espécie arbórea, sendo consideradas adequadas para a latitude – 30° as que bloqueiam a radiação solar até 20%. Para a região tropical, as árvores nativas de folhagem perene são as mais indicadas. (...)Na estação quente, a transmitância luminosa da maioria das espécies varia entre 5% e 10%, reduzindo significativamente a disponibilidade de luz natural nas janelas sombreadas pelas árvores, mas tornando habitável a cidade” (MASCARÓ, 2006 a, pg.43).

No momento do projeto de um parque ou praça é preciso que, além da iluminação natural, planejar também a iluminação artificial, responsável por manter a visibilidade em noites e dias muito nublados.

Como já citado, a iluminação noturna garante que não se formem barreiras visuais causadas pela escuridão e que, geralmente, estão associadas aos índices de violência e à falta de segurança pública.

Para Mascaró (2006 b, pg.21) “Ilumina-se o ambiente à noite para alcançar certos objetivos sociais (ou econômicos), que incluem segurança, apoio ao desenvolvimento, destaque às áreas históricas ou espaços verdes públicos ou para enviar mensagens”.

De acordo com Jacobs (2007) as luzes ampliam o alcance dos olhos, que ajudam a manter as pessoas atentas aos movimentos suspeitos e também ajudam a estimular que pessoas, por se sentirem mais seguras, transitem em espaços públicos também durante a noite, aumentando o movimento, que estimula mais movimento e por consequência mais segurança, em uma roda viva. Concordando com Jacobs (2007), também Mascaró (2006 b, pg. 22) faz a afirmação: “Ruas bem iluminadas se supõem que sejam seguras porque permitem ver melhor ou, talvez, desanimar os criminosos”.

Para Mascaró (2006 b) a iluminação noturna pode influenciar também na imagem que o usuário faz de determinado espaço:

“A iluminação urbana noturna, assim, deve estar carregada de informações

familiares para os usuários, facilitando o reconhecimento de seu território rapidamente, permitindo que ele se sinta seguro e agradado (quase que inconscientemente)” (MASCARÓ, 2006 b, pg.24)

Por isso, ao se planejar a iluminação noturna deve-se considerar, segundo Mascaró (2006 b, pg. 24), o que se conhece sobre a percepção humana do espaço, o que para a autora “significa que os requerimentos dos planos verticais das ruas e praças devem formar parte das bases do planejamento da iluminação e do espaço urbano”.

Para planejamento da iluminação pública, segundo Mascaró (2006 b) deve-se partir do pressuposto de que a visão é tridimensional e que, portanto, deve-se projetar nas três dimensões principais. A autora indica que, quanto à altura, a iluminação provoca a percepção do espaço público e do privado e, portanto, deve-se considerar a parte do espaço a ser iluminada, “ a luz tem de estar relacionada e proporcionada com o espaço físico que ilumina, por exemplo, uma rua estreita pode requerer que a altura de montagem seja menor que a recomendada genericamente para ser obter uniformidade” (MASCARÓ, 2006 b, pg.24).

Quanto à distância, a autora afirma que a existente entre o ponto de luz e as superfícies verticais “determinam a iluminação de um dado espaço e com este conceito em mente pode-se começar a refinar a iluminação da cidade” (MASCARÓ, 2006 b, pg.24), influenciando na sensação de segurança e

determinando as sombras do espaço delineado e a tangibilidade da forma e da textura de um edifício, valorizando a arquitetura.

Já a perspectiva longitudinal dos pontos iluminados, para Mascaró (2006 b, pg.25), pode auxiliar na locomoção de pedestres já que “torna-se um guia ótico, podendo-se prever o trajeto de uma rua longa antes de que ela termine”.

Assim, um projeto de iluminação para um parque ou praça, se bem planejado e executado, tendo em consideração as possibilidades de sua tridimensionalidade, pode atribuir ao ambiente uma estética mais agradável e atrativa, valorizando elementos, formas e vegetação.

Portanto, podemos constatar que a iluminação artificial pode tornar um parque mais atrativo se trabalhada em harmonia com outros quesitos de projeto e mais seguro, de forma que estimule a presença de mais usuários e o surgimento de bons usos em seu interior.

Vegetação

Com a alta densidade de construções nos centros urbanos, uma corrente de pensamento vem defendendo a existência de áreas arborizadas, que atuariam como “purificadores” do ar poluído e também como um oásis, um local de tranquilidade visual em meio ao caos.

Existem algumas praças sem vegetação, chamadas de “praças secas”, bastante freqüentes em cidades onde o modernismo impera, como Brasília, por exemplo, e, em Florianópolis, a Praça dos Três Poderes é um bom exemplo.

Defensor da existência de vegetação nas cidades, Abbud (2006, p. 27) afirma que

“um dos principais papéis das árvores no espaço público é dar harmonia, regularidade e unidade à paisagem, afastando aquela impressão de caos sugerida pela massa construída descontínua e irregular dos prédios e melhorando as visuais e as escalas para o pedestre”.

A vegetação ainda é considerada por Abbud (2006) como fundamental no projeto de um espaço público, pois é capazes de demarcar áreas, criar barreiras, gerar sombra, além de atuar diretamente na beleza estética do local.

As árvores de copas horizontais (aquelas em que o diâmetro da copa é maior que a altura), segundo Abbud (2006), tornam o espaço mais aconchegante, formando uma cobertura, que produz sombra. Este tipo de árvores, dependendo da maneira com que forem plantadas, podem resultar em diferentes ambientes capazes de proporcionar distintas sensações nas pessoas que frequentam esse locais: se plantadas próximas umas as outras formam uma espécie de bosque horizontal, onde as copas formam áreas de sombras entremeadas por áreas de luz e se plantadas com os caules próximos, formam um bosque vertical, muito mais sombrio.

Já as árvores de copa vertical (diâmetro da copa menor que a altura), como palmeiras e pinheiros, por exemplo, mas, por serem geralmente altas e facilmente avistadas a longas distâncias, constituem em um ótimo marco visual e, quando

plantadas próximas uma a outra, formando fileiras, são capazes de barrar ventos indesejáveis e de formar barreiras visuais.

Além das árvores, a vegetação de baixo porte também tem o poder de interferir nas sensações provocadas por um ambiente. Segundo Abbud (2006), arbustos altos (de até 1,50m) têm o papel de vedar, de fechar o ambiente, formando uma barreira e tornando-o mais privado e aconchegante e arbustos e canteiros baixos têm como principal função criar uma barreira física sem interferir na visualização, protegendo locais de pisoteios, delimitando caminhos; distribuir o fluxo de pedestres e embelezando o local.

É importante ressaltar que a vegetação pré-existente no local em que se planeja projetar um jardim deve ser considerada e mantida, na medida do possível e que muitas vezes o transplante de árvores pode ser executado para melhor execução do projeto proposto.

Segundo Abbud (2006) no paisagismo é possível aguçar sensações diferentes nos usuários a partir do uso de plantas que tenham texturas, cores, cheiros e até mesmo paladar, no caso de árvores frutíferas. É possível criar com as cores e formas das vegetações, e com as diferentes sombras e paisagens que estas irão formar nas estações do ano.

Assim, entende-se que a vegetação é importante não só para o bem estar dos usuários do local e da sua vizinhança, mas também é uma ferramenta importante no projeto paisagístico capaz de interferir no espaço e na sensação que este provoca nos seus usuários.

Pisos e superfícies

Pisos e superfícies têm um importante papel na qualidade de um espaço público frente a sua relação com os usuários. Além de, se bem trabalhados, agregarem muito valor estético ao local, também têm seu papel garantido na distribuição de fluxos, no conforto ambiental e na acessibilidade do parque ou praça em que estiverem inseridos.

A NBR 9050 apresenta algumas normas para Praças, Parque e Locais Turísticos (8.5.3), que define que “Sempre que os parques, praças e locais turísticos admitirem pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados, estes devem ser acessíveis” e os pisos das rotas acessíveis devem seguir as mesmas normas das calçadas, vias e passeios públicos já citadas anteriormente.

Portanto, mesmo com os acessos aos equipamentos de lazer e descanso garantidos conforme as normas, a norma permite que outros pisos e revestimentos sejam utilizados em um parque ou praça, a fim de fornecer comodidade e segurança as diversas atividades que podem ali ocorrer.

Muito comuns em parques públicos, os gramados, para Abbud (2006), se prestam para locais onde ocorram brincadeiras e atividades físicas, porém, algumas espécies de gramados não suportam pisoteios por muito tempo e tendem a deixar de crescer nos pontos afetados. Portanto, é melhor utilizar grama em locais que não serão submetidos a um grande fluxo de circulação, como jardins, áreas para descanso, apreciação de paisagem e piquenique.

Em locais de grande circulação como playgrounds e locais para prática de esportes e atividades físicas deve-se utilizar materiais adequados, lembrando que para crianças pequenas o revestimento deve ser menos rígido como areia – sempre tratada e higienizada – ou gramado resistente.

Já em quadras esportivas, ou locais próprios para práticas de skate, patins e bicicleta os pisos devem ser rígidos e bastante uniformes, já que qualquer desnível pode causar a queda de um usuário. Revestimentos cerâmicos e cimentados são os mais utilizados nestes casos.

Os revestimentos cerâmicos, largamente utilizados em calçadas, apresentam grande variedade de cores e padrões, baixo custo e facilidade de manutenção. Existem revestimentos cerâmicos táteis, que possibilitam que deficientes visuais consigam se locomover com maior facilidade, mesmo em ambientes desconhecidos.

Segundo Abbud (2006) para ambientes externos é importante que a cerâmica do piso possua as seguintes características: “ ser fosca, antiderrapante e com PI3 4 no mínimo”.

Já os cimentados são também conhecidos pelo baixo custo, são muito utilizados para muros, degraus, rampas e pisos e podem receber variações de cores e texturas. Este material também é facilmente encontrado em mobiliários urbanos como bancos, mesas e até lixeiras, o que se deve ao fato de ser

³ Segundo Abbud (2006, p.144) PI é a classificação usada pelos fabricantes para indicar a resistência a abrasão e desgaste da camada superficial. Quanto menos ele for, menos resistente será o material”.

bastante resistente ao uso, a intempéries, ao desgaste pelo tempo e a possíveis atos de depredação.

As rochas, segundo Abbud (2006), são bastante usadas pelo paisagismo, pois são materiais resistentes e esteticamente atraentes, podendo ser utilizadas em estado natural para compor jardins de pedras ou decorar espelhos d'água e piscinas, em forma de placas, revestindo pisos e paredes, em forma de paralelepípedos, muito utilizados para calçamento já que permitem a drenagem da água da chuva com resistência, pedras portuguesas (ou petit-pavés) que se adapta bem a desenhos elaborados e britas, pedriscos e saibros, muito utilizados para cobrir caminhos e trilhas.

Na arquitetura paisagística também é comum encontrarmos muita madeira sendo ela utilizada em pisos, pérgulas, decks, bancos ou brinquedos de playground. Os tipos de madeira mais utilizados hoje em dia são pinus e eucaliptos, provenientes de reflorestamentos e, se previamente tratadas e se receberem manutenção correta, resistem bem aos desgastes do tempo e do uso.

Percebemos, assim, que os pisos e revestimentos são de extrema importância em um espaço público pois eles, se bem utilizados, tornam as atividades mais seguras e agradáveis e ainda são capazes de dividir ambientes e tornar o local mais belo.

Equipamentos e mobiliários

Assim, como a iluminação pode aumentar o uso e a segurança, equipamentos e mobiliários urbanos também são responsáveis por incentivar novos usos e usuários em determinado espaço público. Além de ajudarem a promover essa interação entre o homem e o ambiente, segundo Wall e Waterman (2009, pg.58) o mobiliário urbano, junto com outros elementos que chamam de “detalhes”, atuam como “marcos” (Lynch, 1999), reforçando a identidade do local, auxiliando a distingui-lo de outros e ajudando as pessoas a se locomoverem pela cidade.

Os equipamentos que fazem parte de espaços públicos como praças e parques podem ser pequenas construções de caráter público como banheiros públicos, espaços para churrasco ou pequenas coberturas abrigadas de sol e chuva ou semi-públicos como quiosques, sedes da administração do parque, entre outros. No Brasil, a NBR 9050, que garante a acessibilidade em ambientes públicos, abertos ou fechados, fornece regras para que bebedouros, telefones públicos, mesas para refeição ou jogos, balcões de venda e informações, abrigos em ponto de embarque e desembarque de transporte coletivo, entre outros possibilitem o uso irrestrito.

Já o mobiliário urbano que, segundo Mourthé (1998, p.12), tem “seu papel interativo entre espaços públicos e usuários influencia e é influenciado pelos comportamentos sociais e expressões culturais regionais”, pode ser classificado de acordo com sua finalidade.

Os elementos decorativos são aqueles que têm como função principal o significado ou a beleza estética. Podem ser obras de arte ou de cunho histórico como estátuas e bustos. Já os mobiliários de serviço são aqueles fundamentais para a ordem e o bom funcionamento do local, como lixeiras, abrigos de ônibus, hidrantes, fradinhos e outros.

Os mobiliários de lazer são aqueles criados para dar suporte a atividades de lazer, como equipamentos de esporte, brinquedos de playground, bancos, mesas para xadrez e dominó. Este tipo de mobiliário é muito necessário em espaços públicos que visam ser bem sucedidos, pois são eles que fornecerão os meios para a prática de muitas atividades sociais no local.

Os mobiliários de comercialização são menos comuns em espaços públicos de permanência como praças e parques, pois necessitam de administração privada, geralmente escolhidos a partir de um processo de licitação. Estes mobiliários podem ser permanentes, como pequenas construções tipo quiosques, ou também podem ser temporárias, como barracas e tendas desmontáveis ou pequenos postos de trabalho, como de engraxates, por exemplo.

Já os mobiliários de sinalização são aqueles que ajudam a dirigir o fluxo e identificar a localização das pessoas e são de extrema importância para o conforto do usuário em um parque de grande área. Placas indicativas de trânsito ou de informações sobre o local são bons exemplos desse tipo de mobiliário que é muito útil em espaços públicos de grande extensão como parques urbanos.

E, por último, os mobiliários de publicidade são aqueles exclusivos para propaganda de produtos e serviços, mas também podem conter outra função, como acontece com bancos, lixeiras e abrigos de ônibus que comumente apresentam veiculação de publicidade.

Atualmente, um dos maiores desafios em se tratando de mobiliários urbanos é desenvolvê-los de forma com sejam esteticamente atrativos e de fácil utilização, satisfazendo o uso, mas que também sejam resistentes e que fiquem imunes a depredações.

Para que resistam ao máximo as intempéries, aos desgastes do uso e as possíveis depredações os mobiliários urbanos geralmente são feitos de materiais resistentes e de fácil manutenção, como madeira, concreto, plástico e metais e suas formas devem ser de fácil compreensão e uso.

Para que os equipamentos e mobiliários de um parque ou praça atuem com eficácia, estes devem ser desenvolvidos de acordo com as necessidades do local e de seus usuários, respeitando as normas brasileiras e as regras de acessibilidade. Assim, terão grande chance de atribuir mais valor ao projeto, atraindo mais usuários e tornando o espaço público mais confortável e belo.

3. O PARQUE DA LUZ E A CIDADE

O Parque da Luz corresponde a uma área de 37.435 m² situada nos altos da Rua Felipe Schmidt, na região central da cidade de Florianópolis (Figura 2), e é onde se encontra a cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz. O fato de hoje o local ser entendido como parque por grande parte da população da cidade se deve ao grande esforço da Associação de Amigos do Parque da Luz (AAPLuz) que, junto a cidadãos comuns, trabalharam para transformar a área até então desocupada em um parque público, que hoje apresenta uma estrutura capaz de propiciar o acontecimento de diversas atividades no local (Figura 3).

Neste sentido, veremos aqui pontos importantes desta luta, seus principais agentes e ações, tecendo um apanhado histórico do local. Isso se faz importante para este trabalho, já que o Parque da Luz não é resultado de um projeto urbanístico e sim de ações pontuais de um grupo de pessoas.

Para situar o Parque da Luz no contexto histórico e urbano da cidade de Florianópolis também fez-se aqui um apanhado dos fatos que levaram à transformação do Morro da Vista Alegre, como era chamado no passado o morro onde se localiza o parque, em uma área residual e, mais tarde, em uma área verde de lazer.



① Parque da Luz

③ Beira Mar Norte

② Ponte Hercilo Luz

④ Centro

Figura 2: Situação do Parque da Luz.
Fonte: AAPLuz (década de 90) com intervenções da autora.



- | | |
|-------------------------|---------------------|
| ① FLORAM | ④ Galeria de Pedras |
| ② Quadra de Futebol | ⑤ Totem da Paz |
| ③ Aparelho de ginástica | ⑥ Pomar |

Figura 3: Planta esquemática do Parque da Luz.
Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

3.1 OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE FLORIANÓPOLIS: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÃO

Para entendermos o papel do Parque da Luz no contexto urbano de Florianópolis é que se faz necessária a busca pela história da cidade e de seus espaços públicos desde sua origem. Assim, o que segue é uma tentativa de resgatar, rapidamente, fatores decisivos que interferiram na utilização dos espaços públicos de Florianópolis e, de correntemente, na apropriação do Parque da Luz.

Para compreensão de alguns fatos é importante fixar que o local onde hoje existe o Parque da Luz era chamado Morro da Vista Alegre e era um dos pontos de interesse mais distantes a oeste da praça principal, hoje Praça XV de Novembro. Como veremos mais a diante, até o início do século XIX, a ocupação foi bastante rarefeita nesta direção e a utilização desta área era bastante marginalizada. Por hora é importante voltar ao início da história de Florianópolis para entender como se deu a ocupação da península em que se encontra o parque.

A cidade de Florianópolis teve o início de sua história quando o bandeirante Antonio Dias Velho, fundador da Póvoa do Desterro, escolheu como localização da Capela do Desterro a pequena colina que domina a atual Praça XV de Novembro.

Nesse mesmo local, tempos depois, o brigadeiro José da Silva Paes, então governador da capitania de Santa Catarina, construiu a Igreja Matriz da Vila do Desterro e, em seus arredores, na volta da praça, outros prédios como a casa da

câmara, o quartel e a sede do governo do estado. A praça colonial, segundo Vaz (1991:24) “tornou-se o primeiro espaço público claramente definido como abrigo das atividades coletivas da póvoa” e a partir dela, a cidade ganhou forma.

A vinda de imigrantes das ilhas da Madeira e dos Açores para o povoamento da região foi iniciativa da Coroa Portuguesa, que também estabelecia regras para a construção do espaço público de colônias, como a Provisão Régia de 9 de Agosto de 1747, que utilizou como ponto de partida para implantação da vila a praça principal (hoje Praça XV de Novembro).

Segundo Vaz (1991), para adaptar-se ao relevo da cidade algumas adaptações foram feitas no modelo previsto pelas normas portuguesas: “as ruas que se estendiam a partir da praça formavam malha retangular com base no paralelismo à praia e a própria praça foi adaptada à curvatura leve da praia, ganhando forma retangular” (VAZ, 1991:27).

A ocupação rente à praia é também afirmado por Sugai (1994:13) quando cita que:

“O alinhamento da orla e a localização dos pontos de água potável definiu o traçado das primeiras ruas que surgiram, perpendiculares a praça, direcionadas para leste (Fonte do Campo do manejo) e para oeste da praça (Fonte de Ramos ou do Carioca e Fonte do Largo da Palhoça)”.

Após a Independência, com a intensificação da exportação, o porto tornou-se de grande representação para a rota de exportações e o morro da Vista Alegre era o primeiro

ponto observado pelos navios que vinham em direção ao porto de Nossa Senhora do Desterro. Nessa época, impulsionada pela aceleração econômica, a classe burguesa comercial muda a paisagem do centro histórico com a construção de sobrados, utilização de bondes de tração animal, calçamento nas ruas e iluminação pública. A Praça da Catedral ganha jardim fechado com grades de ferros vindas da Inglaterra e se torna um ponto de encontro dos cidadãos e de passeios dominicais.

Até a primeira metade do século XIX , segundo Sugai (1994) a ocupação ocorreu no vale leste da praça principal, em direção ao Morro da Cruz, já que neste sentido havia um olho d'água e a praia era mais abrigada.

Em 1823 Desterro se torna cidade e de acordo com Vaz (1991:33) “passa a oferecer uma imagem mais definida de centro urbano”. A vida urbana se mantém estável até a década de 60, quando acontece o adensamento da área central e surgem novas periferias com forma tentacular. A classe média multiplica as áreas loteadas e surgem edifícios de apartamentos nas novas avenidas.

Durante o período em que a modernização acelerou seus efeitos, o centro histórico sofreu algumas mudanças. O novo modo de vida e as alterações do comportamento social de seus habitantes influenciaram algumas das principais mudanças, principalmente aquelas ocorridas no uso dos espaços públicos.

O mercado público, que antes se situava em frente à praça, ganha novo prédio na Rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra). Esta foi uma medida também de embelezamento da

praça, que ganhava ares requintados junto com sua nobre vizinhança.

Nessa época as ruas de mais intenso movimento e comércio eram a Rua Augusta (atual João Pinto), Rua da Cadeia (hoje, Tiradentes), Rua do Príncipe (Conselheiro Mafra), Rua do Livramento (Trajano), Rua do Ouvidor (atual Deodoro) e a Rua do Senado, que hoje se chama Felipe Schimidt e é uma das ruas que fazem entorno ao Parque da Luz.

Pelo longo dessas ruas a cidade se desenvolvia, com movimento dominante de pedestres. Os pontos de interesse mais distantes da Praça da Catedral (hoje Praça XV de Novembro) eram, segundo Vaz (1991): o jardim da Praia de Fora (situada no final da Rua do Passeio, hoje Esteves Junior), a Igreja Menino Deus (situada junto ao Hospital de Caridade) e o Cemitério no alto da Rua do Senado (Felipe Schimidt), onde hoje se encontra a cabeceira insular da ponte Hercílio Luz e o Parque da Luz. Esses pontos marcavam os limites da cidade, no entorno da cidade existiam apenas chácaras pertencentes a famílias burguesas.

Esse núcleo central de adensamento estendeu-se tendo como eixos as Ruas Felipe Schimidt e Conselheiro Mafra para noroeste e, para sudeste em direção ao Hospital de Caridade, onde hoje se encontram os limites do Centro Histórico.

Um dos fatores mais importantes do crescimento da cidade foi a construção da ponte Hercílio Luz em 1926, marcando a passagem da dominância do transporte marítimo para o rodoviário e a decadência do porto. A Construção desta

ponte se mostrou indispensável visto que a cidade corria o risco de perder o título de Capital do Estado de Santa Catarina, devido ao difícil acesso à ilha. O projeto inicial da Ponte Hercílio Luz, segundo Sugai (1994:42), previa, além do tráfego de pedestres e veículos, a circulação de trens elétricos, o que nunca veio a ser implantado.

Já no período de construção da ponte, que durou quatro anos, começaram a surgir novos loteamentos, principalmente no bairro do Estreito, e mudanças no direcionamento do fluxo interno e no eixo comercial da cidade, como aponta Sugai (1994:54):

“Com a implantação da cabeceira da ponte, na extremidade oeste da península, ocorre uma mudança na direção do fluxo de escoamento viário principal dentro da área urbana, que agora privilegiava o eixo leste-oeste, assim como as novas vias começaram a ser direcionadas também no sentido da Ponte Hercílio Luz. A ponte constituía-se agora no novo acesso para a Ilha”.

Com o acesso à ilha facilitado pela ponte, obras de alargamento das principais vias começaram a acontecer. A Rua Felipe Schimidt passa a ser a principal via de acesso à ponte, uma vez que seu principal obstáculo, o cemitério municipal, foi removido para o então longínquo bairro do Itacorubi, juntamente com o aterro de lixo da capital.

A ponte trouxe o comércio para o lado sul da Praça XV de Novembro, distribuindo-se ao longo da rua paralela ao mar (Conselheiro Mafra). Depois de um tempo foi Aberta a Avenida

Rio Branco com a intenção de melhor distribuir o intenso fluxo de automóveis na região.

O processo de modernização na área do centro histórico de Florianópolis é fortemente percebido nos equipamentos de transporte coletivo, nas grandes instalações de infraestrutura urbana e equipamentos públicos como avenidas. A intenção de expandir a cidade para o norte da ilha impulsionou a construção da Avenida Beira Mar Norte, nas décadas de 60 e 70, sobre aterro e com a possibilidade de construir edificações com gabarito de até oito pavimentos. A Avenida Beira Mar Norte, segundo Sugai (1994:70), "...além de garantir acessibilidade e a consequente valorização da área norte da península, foi a intervenção viária que procurou diferenciar e definir a marca de modernidade a este setor residencial."

A nova avenida emprestou à Florianópolis o status de modernidade e as obras de aterro sobre o mar deram à cidade novos espaços públicos, mas também a perda de sua referência de proximidade com o mar.

A cidade, assim, foi gradualmente se expandindo por todo o território da ilha. No centro as moradias de dois pavimentos com lojas no térreo foram dando espaço aos edifícios-torre, que trouxeram um novo signo arquitetônico para a capital. A verticalização da cidade contribuiu, juntamente com a poluição do ar e a grande concentração de asfalto, para a formação de ilhas de calor urbanas, o nome dado aos efeitos da urbanização na modificação climática da cidade, geralmente atribuindo acréscimos na temperatura. No caso de Florianópolis

os ventos, típicos de locais próximos ao mar e que tornariam a temperatura mais amena, são bloqueados pelos paredões de edifícios aumentando a temperatura no interior da cidade.

Entre outras medidas, as ilhas de calor podem ser amenizadas com a existência de vegetação densa no interior das cidades e, por isso, a preservação do Parque da Luz se faz tão necessária para o centro de Florianópolis. O alerta para a preservação das áreas verdes vem inclusive da Organização Mundial da Saúde que estipula para o Brasil um índice de área verde de 12 metros quadrados de área verde por habitante para apresentar condições ambientais favoráveis para a vida humana. Segundo dados da AAPLuz, o centro de Florianópolis possui hoje somente 3 metros quadrados de área verde por habitante.

Com a expansão da cidade para novas direções, como já citado, o centro de Florianópolis passa a ser uma área dominada por comércio e prestação de serviços como aponta Teixeira (2002:22):

“A cidade se expande em quase todas as direções da Ilha. O centro histórico é violentamente agredido pela demolição de seus prédios históricos, que dão lugar a edifícios altos, sede de empresas. O centro da capital passa a ser, via de regra, ocupado no período diurno e abandonado à noite”.

Por conseguinte, o centro de Florianópolis é uma área de vida social intensa, sendo nesta área da cidade que até hoje se dá o convívio entre pessoas de diferentes idades e classe social e, até mesmo, nacionalidade. Porém, quando se trata de espaços públicos abertos, podemos apenas destacar os

passeios, o calçadão da Felipe Schmidt, a Rua Conselheiro Mafra, os locais de aterro da Baía Sul e as praças XV de Novembro, Getúlio Vargas, Celso Ramos, Esteves Júnior, dos Namorados, Fernando Machado, Lauro Muller, Etelvina Luz e a Praça Hercílio Luz e o Parque Hercílio Luz, objeto de estudo deste trabalho.

3.2 O MORRO DA VISTA ALEGRE

Enquanto o Centro Histórico da Cidade de Florianópolis se desenvolvia, o Morro da Vista Alegre ou Morro do Barro Vermelho, situado a 30 metros de altitude (PELUSO apud VAZ, 1991:23), era o primeiro ponto a ser avistado por aqueles que chegavam a Desterro em embarcações, rumo ao antigo porto, que se situava nas proximidades da Praça XV de Novembro.

Apesar desse fato a área localizada no extremo oeste da península teve ocupação bastante lenta e rarefeita, dificultada pelas características físicas do sítio como obstáculos topográficos e de acesso.

As praias da península oeste serviam para despejo de todo o detrito e lixo doméstico coletado na cidade e, em 1914 foi construído ali um forno de lixo. O uso da área para atividades “indesejadas” se intensificou quando em 1841 foi construído no alto do morro o primeiro cemitério da cidade, medida que se fez necessária devido às críticas feitas pelos médicos de Desterro, que responsabilizava a prática de se enterrar cadáveres nas

paredes dos templos como sendo um dos agentes causadores de epidemias como cólera e peste bubônica.

Assim o extremo oeste da península onde se encontrava o Forte de Sant'Anna, um dos pontos de interesse mais longínquos da cidade até então, configurou-se como um local desvalorizado e não bem querido pela maior parte da sociedade do Desterro. Lá se situavam os cortiços em bairros como a Figueira onde viviam pescadores, marinheiros e prostitutas (SUGAI,1994:19).

A área permaneceu desprestigiada até o ano de 1926 quando a Ponte Hercílio Luz foi inaugurada, desalojando o antigo cemitério que foi transferido para o, então longínquo, bairro do Itacorubi.

A construção da ponte Hercílio Luz e a remoção do antigo cemitério, que provocou desmonte na área, resultou em uma grande área vazia. Segundo relatos existentes na dissertação de Silva (2008) após a remoção dos jazigos para o bairro do Itacorubi restaram alguns tonéis contendo restos mortais daqueles que as famílias não tinham dinheiro para remoção.

Os bairros situados a oeste da Praça Principal adquiriram um caráter industrial e manufatureiro devido principalmente aos empreendimentos da família Hoepcke como a Fábrica Hoepcke de Rendas e Bordados, fundada em 1913 e a Fábrica de Pontas Rita Maria fundada em 1896 que, como a vila operária, se instalaram nessa região provavelmente pela proximidade com o porto.



Figura 4: O antigo cemitério
Fonte: acervo casa da memória



Figura 5: O espaço residual
Fonte: acervo casa da memória



Figura 6: A construção da ponte.
Fonte: acervo casa da memória



Figura 7: práticas sociais.
Fonte: acervo casa da memória



Figura 8: O morro antes do parque.
Fonte: AAPLuz.

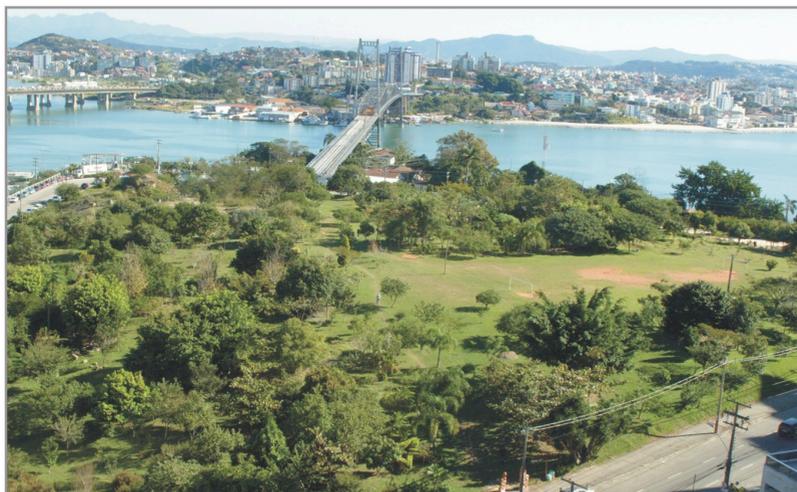


Figura 9: O parque hoje.
Fonte: AAPLuz.

Paradoxalmente, a área em que no passado abrigava as atividades indesejadas da cidade como cemitério, prostituição, despejo de lixo e que já era o primeiro ponto observado pelos que chegavam à cidade, por transportes marítimos, passou a ser a porta de entrada para a ilha de Santa Catarina, por terra. O término da construção da ponte impulsionou obras de abertura de vias de acesso, tanto no lado insular quanto no continental. Assim, a área se irrigava com o crescente número de veículos e pedestres que ali passavam rumo à ponte. A região ganhou maior importância e tornou-se alvo valorizado para a inspeção imobiliária, porém, a área onde havia o antigo cemitério nunca ganhou planejamento ou melhorias, configurando-se como um espaço residual.

Com o fechamento da ponte Hercílio Luz, para veículos, por motivos de segurança, em 1982, a área teve seu fluxo interrompido, sofrendo desertificação. A área formada com a construção da ponte e de suas vias de acesso, que recebeu presença da população nos anos de funcionamento da ponte, voltou a ser um espaço pouco utilizado por pedestres e veículos e, com o passar do tempo, o local foi recebendo entulhos de obras que aconteciam na cidade e lixo.

Segundo constatou Etienne Silva (apud AGOSTINHO, 2008), o local foi, durante algum tempo, localização para circos e parques de diversão em suas temporadas em Florianópolis e ali também havia uma pequena casa, onde existiram associações (como a das Rendeiras da Ilha), clubes e o Albergue da Juventude.

3.3 A AAPLUZ E O PARQUE

A situação de abandono da área residual formada pela retirada do cemitério permaneceu assim durante alguns anos. Ao que aparentava, os órgãos públicos não manifestavam interesse em recuperar a área quando, na década de 80, um universitário e funcionário público chamado Lúcio Dias da Silva Filho⁴ procurou ajuda do mestre em educação e sociologia urbana Etienne Luiz Silva para realizar seu sonho: tornar a ponte Hercílio Luz como patrimônio histórico e construir, na área residual, onde se encontra a cabeceira insular da ponte, um parque para lazer, preservação e educação ambiental.

Segundo Lúcio (informação verbal)⁵, com a finalidade de preservar e manter a beleza cênica e histórica do local, Lúcio e Etienne, juntamente com artistas, educadores e voluntários da capital, criaram o VIDARTE, organização não governamental e sem fins lucrativos que lutou pela criação do parque, batizado de Parque da Luz como homenagem às almas daqueles enterrados no antigo cemitério e também fazendo menção ao nome da ponte: Hercílio Luz.

O Parque da Luz foi, diversas vezes, utilizado como “lixão”, onde eram despejados materiais inutilizados pela enchente e entulhos das novas obras de recuperação. O VIDARTE, assim, procurou parceria de empresas para que o

⁴ Entrevista realizada com Lúcio Dias da Silva Filho no dia 13 de Março de 2009.

⁵ Idem 1.

entulho fosse retirado do local, organizando mutirões para limpeza e recuperação do solo.⁶

Em 04 de Agosto de 1992 acontece o primeiro tombamento da ponte Hercílio Luz, quando o prefeito de Florianópolis, na época, Antônio Henrique Bulcão Vianna, assina o Decreto nº 637/92, tombando em esfera municipal a Ponte Hercílio Luz como Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de Florianópolis. O tombamento municipal engloba a extensão de terra que compreende 10 metros além dos limites das ferragens nas cabeceiras insular e continental.⁷

Cinco anos depois, em 13 de maio de 1997, o então Governador do Estado de Santa Catarina, Paulo Afonso Evangelista Vieira, através do Decreto nº 1.830, homologa o Tombamento da Ponte Hercílio Luz em escala estadual, que abrange cerca de 200 metros além da estrutura da ponte⁸.

Quinze anos depois de a ponte ter sido fechada para tráfego, o movimento conseguiu o tombamento da ponte Hercílio Luz em nível nacional, através da portaria número 78 de 15 de maio de 1997, do ministério da cultura. Esse tombamento pode ser considerado o mais importante das três esferas, pois engloba a área de 1,2 mil metros quadrados, na Ilha, continente e parque marítimo, transformando, assim, em patrimônio histórico, cultural e paisagístico, não só a ponte como também as áreas de suas

⁶ Entrevista realizada com Lúcio Dias da Silva Filho no dia 13 de Março de 2009.

⁷ Fonte: <http://www.ihgsc.org.br/destaque3.htm>

⁸ Fonte: <http://www.ihgsc.org.br/destaque3.htm>

cabeceiras, o que abrange a área onde se localiza o Parque da Luz.

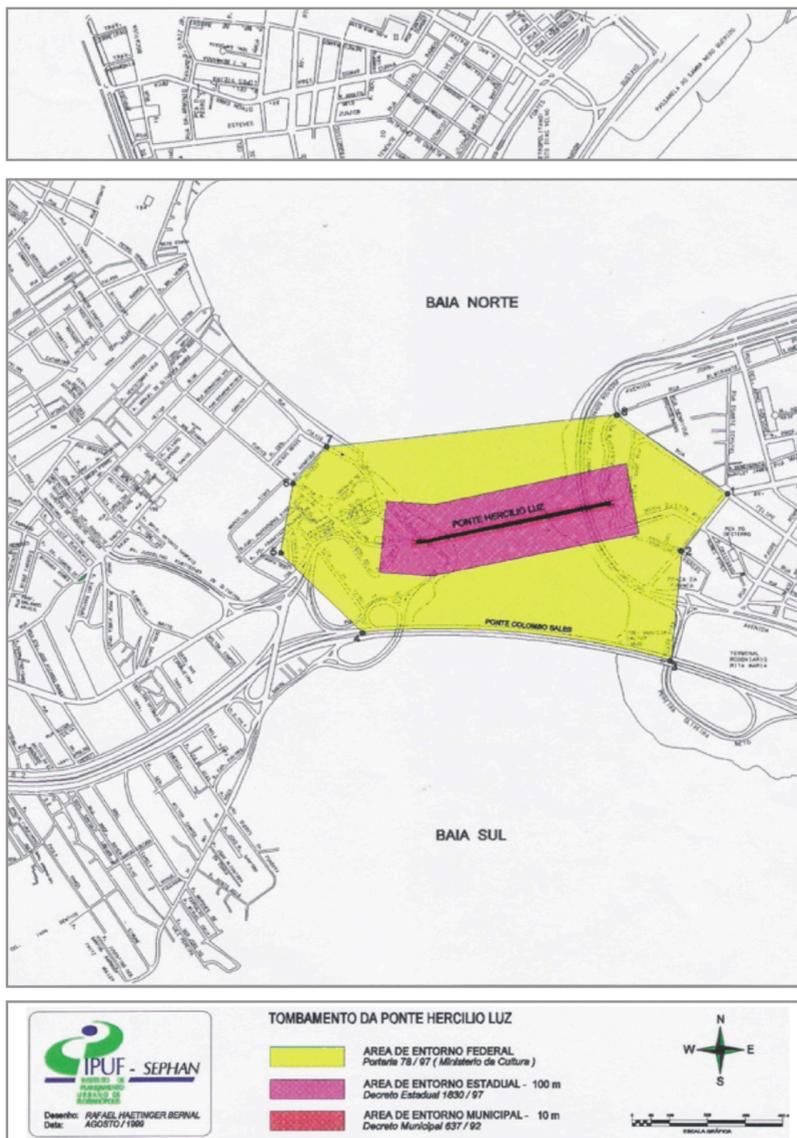


Figura 10: As poligonais do tombamento da ponte Hercílio Luz
Fonte: IPUF.

A Associação Amigos do Parque da Luz foi fundada em 1997 e, desde então, vem lutando para transformar a área em um espaço de lazer. Nestes últimos 20 anos, a área que antes era descampada recebeu plantio de diversas espécies de árvores como Sinanduva, Pingo de Ouro, Goiabeira, Pitangueira, Cinamomo, Guarapuvu, entre outras. Além das mudas de árvores também foram colocados no parque alguns elementos que favorecem sua utilização, como playground, traves para futebol, obras de arte, bancos e lixeiras.

Outra grande luta da associação foi para defender a utilização do local como Área Verde de Lazer (AVL) garantida por lei, já que existiu uma grande ameaça contra isto: no ano de 1989 entrou em vigor a Lei 3.296/89 (de autoria do Executivo) que definia apenas 1/3 daquela área como AVL para uso comum da população e o restante como AMC (Área Mista Central). Esta lei foi revogada pela lei complementar 01 de 1997, assinada pelo Prefeito Dário Elias Berger e que restituía integralmente a área como AVL e ainda suprimia duas vias que estavam previstas para a área e que se localizariam no interior do parque, garantindo que “toda a área de 37.560,00 metros quadrados ficasse protegida como de preservação permanente para as presentes e futuras gerações, como uma Unidade Municipal de Proteção Ambiental. A antiga AMC transformou-se em horto de frutas e vegetação de Mata Atlântica”⁹.

⁹ Informativo AAPLuz, primavera de 2008.

No ano de 1999 o parque foi, finalmente, reconhecido e criado através da lei complementar 051/99 (informação verbal)¹⁰ e a luta que segue é para que o nome “Parque da Luz” seja aprovado.

Ao longo dessa batalha, o local foi alvo de alguns projetos como a sede da prefeitura que se localizaria dentro da área do parque, onde já existia na época o horto com mais de 200 mudas (informação verbal)¹¹. Outro projeto que ameaçou a utilização do parque como área verde de lazer foi o do centro de convenções denunciado pelo jornal “A Notícia” de 22 de Março de 2001 como “...megaprojeto apresentado pela Câmara dos Vereadores, que prevê a construção de um centro de convenções subterrâneo no local” que ocuparia 31,8 mil metros quadrados na cabeceira insular da ponte Hercílio Luz. Esses dois exemplos de projetos que ameaçaram o parque servem para enfatizar a pressão que o local, fortemente valorizado pelo ramo imobiliário, sofreu durante estes anos.

O interesse dos órgãos públicos pela área em questão acontece no sentido de ameaça a este espaço público, visto que, ao longo destes mais de 20 anos em que a associação defende o parque, todos os esforços para garantir a preservação e melhorias para o local vieram por meio de contribuições voluntárias de pessoas físicas e jurídicas, que se comovem e se identificam com a causa. Segundo balanço realizado pela

¹⁰ Entrevista com Lúcio Dias da Silva Filho realizada no dia 13 de Março de 2009.

¹¹ Entrevista com Lúcio Dias da Silva Filho realizada no dia 13 de Março de 2009.

AAPLuz, no ano de 2007, as contribuições somaram 19.279,86 Reais (Informativo AAPLuz, Primavera de 2008).

Os moradores dos prédios do entorno do parque pagam, voluntariamente, uma quantia mensal somada ao valor do condomínio. Essas doações somadas àquelas feitas por empresas e pessoas físicas, através de conta bancária, são as únicas fontes de renda da associação. Este dinheiro custeia o pagamento de um funcionário contratado pela associação – o jardineiro Dário – e também obras para melhorias, a compra de equipamentos e os insumos para o plantio.

A AAPLuz, ao longo das últimas duas décadas, vem lutando não só pela garantia do espaço perante a lei mas também pela absorção do local como parque pelos cidadãos florianopolitanos. Neste processo, de identificação do povo com o parque, podem-se destacar duas correntes: aqueles que, junto com a associação, construíram o espaço, plantando árvores e participando das demais atividades de implementação e aqueles que absorveram o espaço em seu cotidiano, simplesmente utilizando o parque para realizar atividades pessoais de lazer.

Chamar a população para participar das atividades do parque sempre foi um dos métodos utilizados pela AAPLuz para inserir o espaço em questão no cotidiano da cidade. Entre as atividades já realizadas pela associação estão:

- Atividades relacionadas diretamente ao Parque da Luz como o lançamento do Projeto “Parque da Luz” em Novembro de 1988, ato público em homenagem a um de seus idealizadores, Etienne Luiz Silva, em

1997 e eventos para arrecadar fundos para a associação como jantares, chás e seminários.

- Comemorações do Dia Internacional do Meio Ambiente (1988), Dia da Árvore (1996 e 1997), Natal (1996) e Dia da Criança (1997).
- Cerimônias e festas religiosas como Ato de Cura ao Meio Ambiente e Inauguração do Totem da Paz no Parque da Luz, coordenado pelo lama Ganghchen Rinpoche da tara branca em 1998, missa campal com o Padre Wilson em 1999, evento em homenagem a São Francisco de Assis em 1999.
- Atividades culturais, artísticas e para educação ambiental como “Primavera da paz” e “Abraçando a vida” e o primeiro transplante de árvore da espécie denominada Figueira, todos realizados no ano de 2000.

Ao longo das últimas décadas a AAPLuz vem coordenando, com a participação da população, ações que beneficiam o parque como a implantação do bosque de árvores nativas e frutíferas; a inauguração da sede da associação; criação do Jardim dos Cinco Elementos e a construção do totem pela paz mundial; implantação do jardim de plantas medicinais, colocação de placas de identificação das espécies existentes no parque; colocação de 300 mourões com a finalidade de impedir a entrada de veículos no interior do parque, e a colocação de brinquedos (playground).

Projetos associados a comunidades carentes também são práticas comuns no processo de construção e melhoramento do parque. As floreiras e lixeiras do parque foram confeccionadas durante uma oficina de arte em mosaico, realizada pela AAPLuz, direcionada aos meninos do morro do Tico-Tico, comunidade carente de Florianópolis.

A AAPLuz ainda vem, nos últimos anos, lutando a favor da implantação, no local, de um museu sobre a história da Ponte Hercílio Luz e de um Borboletário. Este, segundo a AAPLuz, o projeto, feito em parceria com a a bióloga Malva Isabel Medina Hernández, traria um ambiente de cerca de duzentos metros quadrados propício para as borboletas nascerem e viverem, podendo ser observadas pelos visitantes.

3.4 PROJETOS PARA O PARQUE DA LUZ

Com a abertura da Ponte Hercílio Luz, em 1926, a área onde hoje se encontra o Parque da Luz passou de área menosprezada a “portal de entrada” da cidade.

O fluxo de carros e pedestres que por ali passavam e o orgulho dos cidadãos perante a “nova ponte” ajudaram na valorização da área que, impulsionada pela verticalização do triângulo central, logo ganhou novos empreendimentos imobiliários.

Apesar de nunca ter recebido tratamento paisagístico e de só ter sido legalizado como Área Verde de Lazer na década

de 1990, o área sempre foi alvo de cobiça pelo mercado imobiliário e até mesmo pelos setores públicos.

Dentre os projetos já pensados para área, dos que foram encontrados dados e documentações, podemos destacar:

1. O projeto de prédio para prefeitura municipal, hotel cinco estrelas e do centro de convenções.

O projeto de lei 4.102 de 1989 foi apresentado pelo então prefeito Esperidião Amin e autorizava o executivo municipal a doar parte do terreno onde hoje se encontra o Parque da Luz para realização das obras, que faziam parte de uma estratégia do governo para alavancar o turismo na cidade. Apesar de contar com uma ampla maioria na Câmara, o projeto foi encerrado por luta da oposição, que contava com movimentos sociais e ambientais, entre eles a AAPLUZ.

2. No final da década de 90, o projeto de um centro comercial, de seis andares e um heliporto que, segundo Agostinho (2008) se localizaria próximo ao monumento a Hercílio Luz e que foi proposto por empresas privadas apoiadas por setores da prefeitura municipal, mesmo depois de o Parque da Luz já ter sido criado com aprovação da Câmara Municipal. Segundo Agostinho (2008, p.210) o projeto foi questionado pela AAPLUZ, já que a área pertencia à poligonal de tombamento da Ponte Hercílio Luz, na esfera Federal e sua execução iria interferir com a visibilidade, defendida por lei, da paisagem da ponte.

3. O projeto da sede da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) e da Fundação Municipal de Esportes (FME),

que previa execução no ano de 2002 e envolvia a construção de um prédio, quadra poliesportiva, pista de corrida e jardins. Este projeto ocuparia uma área do parque que, na época, ainda era considerada como área mista comercial (AMC) pela lei, mas não foi bem recebido pelos membros da AAPLuz, que tinha como planos para o lugar a implementação de um núcleo de educação ambiental.

4. O Jardim ofertado pela Associação Nipo-catarinense e projetado por Ruy Ohtake em 2006, em comemoração ao Centenário da Imigração Japonesa no estado. Este projeto, que ocuparia extremidade oeste do Parque da Luz, próximo à Ponte Hercílio Luz, trazia elementos de um típico jardim japonês como plantas típicas orientais, lanternas de pedra, um jardim zen com areia e pedras, um pórtico típico (Tori) e uma escultura projetada pela artista plástica Tomie Ohtake que ficaria localizada ao centro de um espelho d'água.

Este projeto foi rejeitado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) em parecer de 12 de Junho de 2006, alegando que o projeto estava inadequado quanto a escolha do local, já que a área do Parque da Luz onde se localizaria o jardim é a que apresenta maior ligação com a ponte e, portanto, a que mais deve ser preservada quanto a características histórico-culturais.

Segundo parecer do IPUF, também o “Tori” prejudicaria a visibilidade da Ponte Hercílio Luz, que é tombada nas três esferas, e descaracterizaria a área.

5. O projeto de Tabacow para o Parque da Luz está sendo trabalhado desde o ano de 2001, quando o arquiteto foi convidado pela Prefeitura de Florianópolis para projetá-lo em parceria com o IPUF.

Em Janeiro de 2010, segundo Tatiani Passos, gerente de projetos do IPUF, o projeto estava pré-aprovado pela prefeitura e em trâmite para a aprovação. Como a área do parque faz parte da poligonal de tombamento da Ponte Hercílio Luz, o projeto deve ser aprovado pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que solicitou alguns projetos complementares como o projeto luminotécnico e o projeto de drenagem, entre outros.

Entre os pontos considerados para o projeto Tabacow¹² cita:

* A relação entre a vegetação existente e os critérios propostos

- O programa de necessidades em relação ao dimensionamento: o uso atual (plantio, atividades e eventos) e as obras de arte já existentes no interior do parque.

- Características especiais como o afloramento rochoso, que para Tabacow deve ser preservado e destacado.

¹² Informações extraídas do material de apresentação do projeto disponibilizados por José Tabacow.

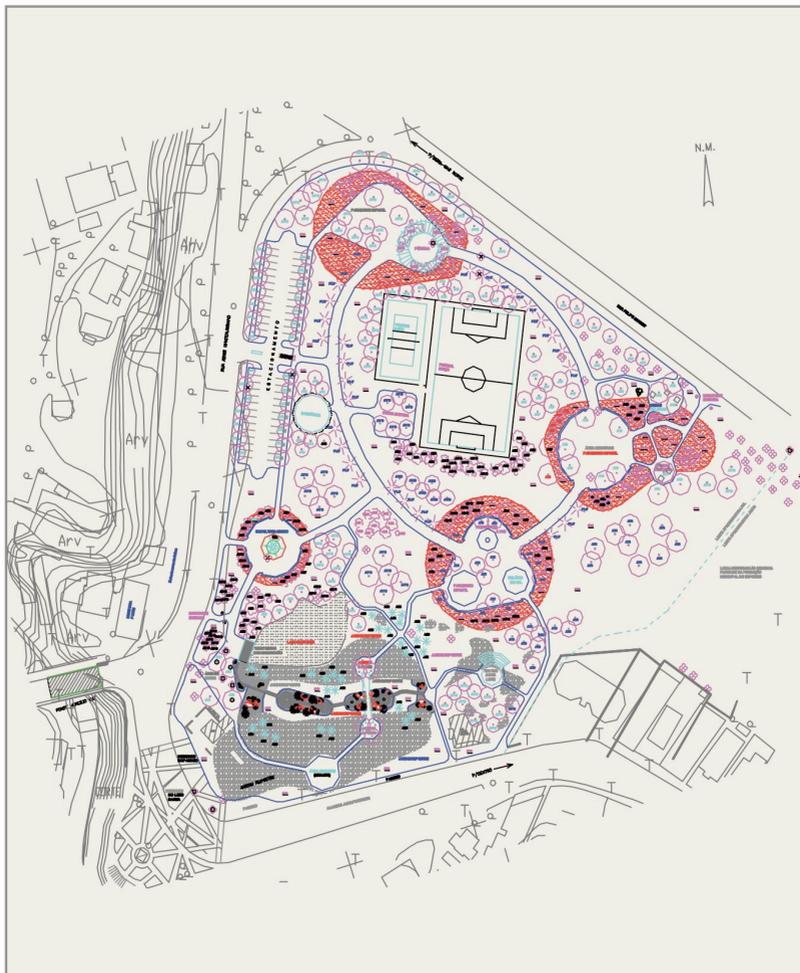


Figura 11: Critérios propostos para projeto do Parque da Luz.

Fonte: José Tabacow.

O projeto de José Tabacow para o Parque da Luz tem como premissa a manutenção das atividades realizadas no local, bem como da preservação da história do parque. Para isso, foi realizado um levantamento completo da vegetação existente no parque, seu atual zoneamento e atividades nele exercidas.

Entre os critérios propostos o autor destaca:

- Visibilidade e equilíbrio entre cheios e vazios.
- Renques de palmeiras acentuando o traçado do circuito principal.
- Grandes agrupamentos de vegetação de mesma espécie.
- Integração entre o jardim existente (Praça Hercílio Luz) e o parque, promovido pela elevação do nível da rua, por onde os carros passariam por cima, e pela manutenção da geometria demarcada pelo piso.

O autor do projeto ainda revelou¹³ que o projeto teve como ponto de partida a circulação principal, em forma radial, criada para permitir práticas como caminhadas, andar de bicicleta e brincadeiras de crianças. Essa circulação alimentaria outras áreas, como quadras esportivas, parquinhos infantis e áreas de estar e contemplação.

¹³ Informação Verbal: entrevista realizada em 9 de Setembro de 2009.

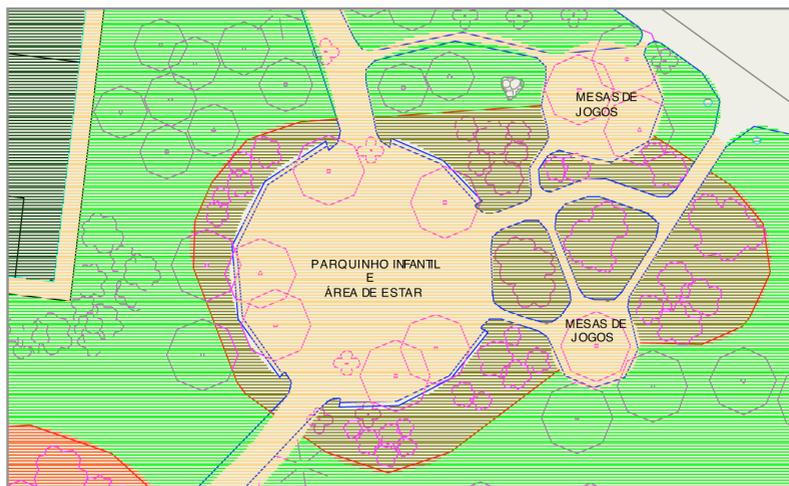
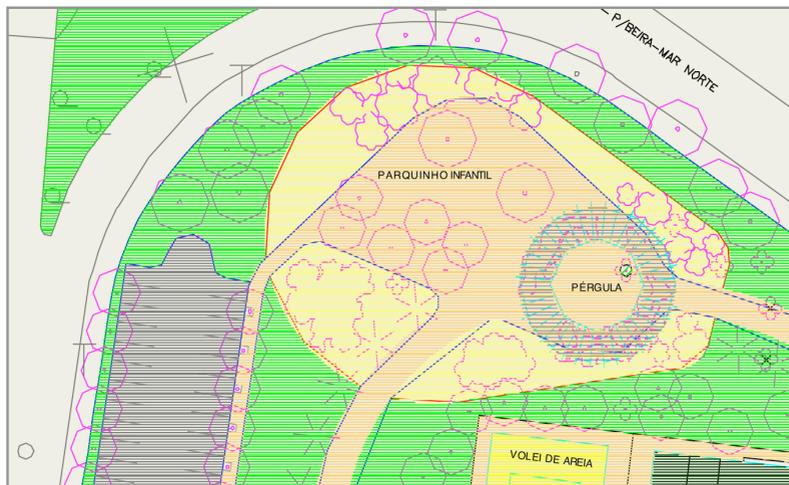


Figura 12: O Projeto de José Tabacow para o parque.
Fonte: José Tabacow.

Além da circulação principal o projeto de Tabacow para o Parque da Luz contempla:

- * Programa de esportes com quadra para vôlei de areia e campo de futebol suíço.

- * Programa de lazer e recreação com três playground para crianças em diferentes etapas com brinquedos produzidos de materiais ecologicamente corretos e que estimulam o aprendizado e os sentidos, áreas de estar, relógio do sol, pérgula, monumento à paz onde já existe no parque o totem da paz, que deve ser preservado.



Figuras 13 e 14: Detalhes do projeto de José .
Fonte: José Tabacow.

O projeto também privilegia a paisagem contendo platôs em diferentes níveis e a integração com o mirante da Praça Hercílio Luz. Também estão previstos no projeto sanitários, um lago, o conjunto jardim rupestre, junto à galeria de pedras que

terá uma coleção de plantas nativas da ilha de Santa Catarina, por onde passará uma ponte que dará acesso a uma espécie de platô mais alto que atuaria como um mirante¹⁴.



Figura 15: Aquarela do projeto de Tabacow para o parque.

Fonte: José Tabacow.

Segundo Tabacow¹⁵, sua ideia foi fazer algo simples, que respeitasse as atividades que já são realizadas no parque bem como sua vegetação e condições naturais. Para ele uma das maiores dificuldades se deu por causa da vegetação existente no parque que, por ter sido plantada aleatoriamente resultou na falta de unidade na composição paisagística e que, por já estar bastante crescida, promove sombreamento excessivo e ambientes fechados e não pode mais ser transplantada.

¹⁴ Informação Verbal: entrevista realizada com José Tabacow em 9 de Setembro de 2009.

¹⁵ Informação Verbal: entrevista realizada em 9 de Setembro de 2009.

Quanto às lanchonetes existentes no Parque da Luz, removidas em Outubro de 2009, segundo Tatiani Passos¹⁶, o projeto não prevê que voltem a existir pontos comerciais no interior do parque. A gerente de projetos do IPUF ainda afirmou que a casa existente na área do parque e que a partir do final do ano de 2009 tornou-se sede da FLORAM deverá ser removida do local.

Também a área de estacionamento foi mantida com área mínima, a contragosto do autor do projeto, ficando reservado para este fim a área onde hoje existe o estacionamento da FLORAM.

Em relação à reabertura da ponte Hercílio Luz para o tráfego, Tabacow¹⁷ revelou que nada específico, sobre o assunto, foi dito ou solicitado para o projeto. Ele acredita que qualquer mudança de uso que ocorra na ponte possa implicar no uso do parque.

De acordo com Tatiani Passos, a ponte que está sendo restaurada, será reaberta e receberá a passagem de um trem de superfície. No entanto, enfatiza que as mudanças previstas não incluem uma estação do trem no local, já que a rota do trem deve passar pela Rua Assis Chateaubriandt em direção à Avenida Beira Mar Norte.

As obras do Parque da Luz estão previstas para serem iniciadas assim que o projeto for aprovado, visto que a verba já está garantida pelo Ministério da Cultura, em cumprimento da Lei

¹⁶ Informação Verbal: entrevista realizada em 14 de Janeiro de 2010.

¹⁷ Informação Verbal: entrevista realizada em 9 de Setembro de 2009.

Rouanet, que institui políticas públicas para a cultural nacional. Segundo Tatiani Passos¹⁸ o projeto deverá estar pronto em dois anos.

¹⁸ Informação Verbal: entrevista realizada em 14 de Janeiro de 2010.

4. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DO PARQUE DA LUZ SOB PUNTO DE VISTA TÉCNICO

Ao longo dos anos de 2008 e 2009 foram realizadas diversas visitas ao Parque da Luz, com o intuito de levantar dados e informações sobre suas características físicas, sobre seus usuários e a opinião que estes têm sobre o local.

Assim, o capítulo de “Análise e Diagnóstico do Parque da Luz” traz o resultado da etapa desta pesquisa, referente aos aspectos físicos e formais do parque e de seu entorno que, como foi explicado nos capítulos anteriores, estão intimamente relacionados com a atratividade e segurança do local e com seus usos, conflitos e outras questões.

Assim, o que veremos a seguir são as teorias do Capítulo Três, aplicadas ao estudo de caso em forma de parâmetros de análise, com a intenção de comparar a realidade do Parque da Luz com o “parque ideal”, baseado nos fatores que ajudam o sucesso de um parque público sugerido pelos autores analisados.

Para melhor compreensão dessa análise pelo leitor, ela foi dividida em entorno e interior do parque, tal qual o capítulo anterior.

4.1 ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DO ENTORNO DO PARQUE DA LUZ

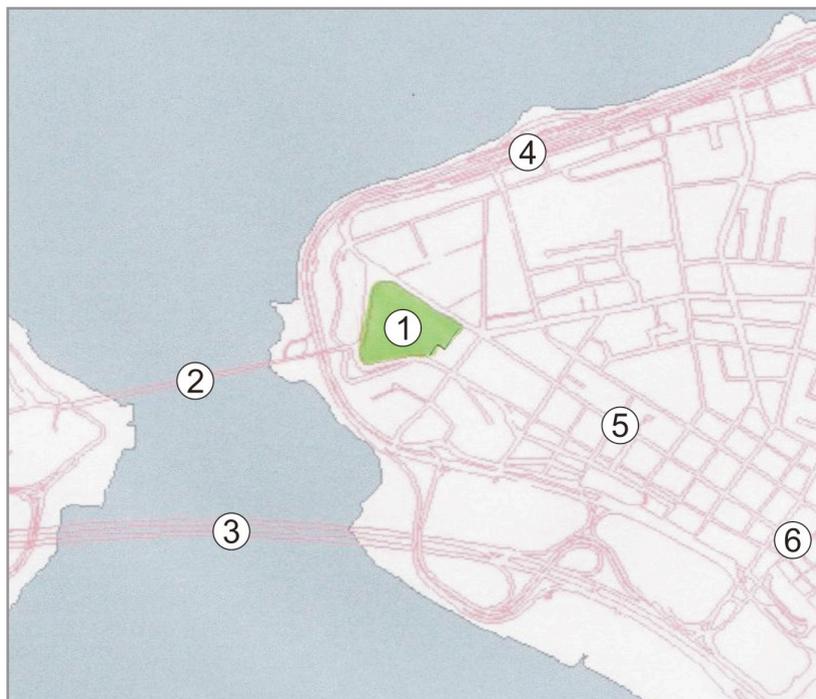
Bem como afirmaram os autores já citados neste trabalho, para que um espaço público seja bem sucedido não basta apenas ter um bom projeto como base. O entorno do parque, ou qualquer espaço público em questão, deve apresentar algumas características capazes de gerar movimentação em suas ruas e, conseqüentemente, mais segurança, atraindo os usuários também para os espaços públicos.

Assim, para que a análise e diagnóstico do Parque da Luz seja realizado de forma condizente com as teorias citadas, foi realizada paralelamente uma análise que tem como enfoque a relação das ruas e pontos de interesse do seu entorno.

O parque apresenta como vizinhança imediata as ruas Hoepcke e Jornalista Assis Chateaubriand e a alameda Adolfo Konder, além da Felipe Schmidt, onde fica sua entrada principal. Nestas ruas e nas demais da vizinhança podemos verificar algumas características que definem o uso da área e interferem na utilização do parque.

No bairro Centro, onde se localiza o Parque da Luz, e próximo a ele encontram-se alguns pontos de grande importância para a cidade como a Avenida Beira Mar Norte, as pontes Hercílio Luz, Pedro Ivo Campos e Colombo Sales, o calçadão da Rua Felipe Schmidt e a Praça XV de Novembro.

Para maior clareza na exposição dessas características procurou-se aqui dividi-las por temas, algumas vezes relacionados de acordo com as teorias já expostas neste trabalho.



- | | |
|------------------------------------|----------------------------------|
| ① Parque da Luz | ④ Beira Mar Norte |
| ② Ponte Hercílio Luz | ⑤ Calçadão da Rua Felipe Schmidt |
| ③ Pontes Colombo Sales e Pedro Ivo | ⑥ Praça XV de Novembro |

Figura 16:Localização do Parque da Luz no centro de Florianópolis.
Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora

Limites e fronteiras

O Parque da Luz localiza-se em uma área elevada da cidade, com um desnível de cerca de 75 metros acima do nível do mar e, portanto, um desnível acentuado em relação a Avenida Beira-Mar Norte. Por causa de sua localização topográfica seu principal limite é constituído pelo imenso e intransponível talude formado pelo corte da Avenida Beira-Mar Norte, que se estende em direção à Rodoviária Rita Maria.



Figura 17: Limite formado pela topografia.

Fonte: autor (novembro de 2009)

A diferença de níveis no caso em questão resulta em uma barreira física e, como afirma Jacobs (2007), gera um hiato de uso. Quando existe uma barreira que impossibilita que pessoas usem o local como passagem rumo a outros pontos de interesse, se o local não apresenta atrativos suficientes, estará, provavelmente, fadado ao abandono.

No caso do Parque da Luz, esse limite do parque não pode ser visto somente de maneira negativa, como uma barreira, mas pode também ser visto como um atrativo, pois a vista que a altura possibilita, junto com o mirante da Praça Hercílio Luz é uma das mais apreciadas pelos moradores de Florianópolis e pelos turistas, e é graças a esta vista que muitas pessoas procuram o Parque da Luz. Portanto, o local apresenta um atrativo – o mirante – capaz de conduzir um certo fluxo de pessoas ao seu limite.

As ruas que cercam o parque também atuam como limites e são elas: Rua Felipe Schmidt ao norte, Alameda Adolfo Konder ao sul e Rua Jornalista Assis Chateaubriand a oeste. Destas as que mais se configuram como limites são as ruas Adolfo Konder e a Jornalista Assis Châteaubriant, que ficam próximas ao “penhasco” formado pelo talude já citado. Estas ruas também atuam como barreiras, pois não apresentam atrativos relevantes, com exceção do mirante e da ponte Hercílio Luz, localizada entre estas ruas. Depois de ser fechada ao tráfego de veículos e pedestres pode ser considerada como uma barreira, pois interrompe o fluxo que poderia vir a acontecer através dela.

Outro limite bem demarcado do parque ocorre em seu interior, próximo aos prédios da Rua Hoepcke, ao leste do parque e da alameda Adolfo Konder, ao sul. Os prédios formam um “paredão” que pode ser visto do interior do parque e, por serem altos em relação ao parque e sua vegetação, atuam como um limite marcado verticalmente e, portanto, de fácil percepção pelos usuários do parque.

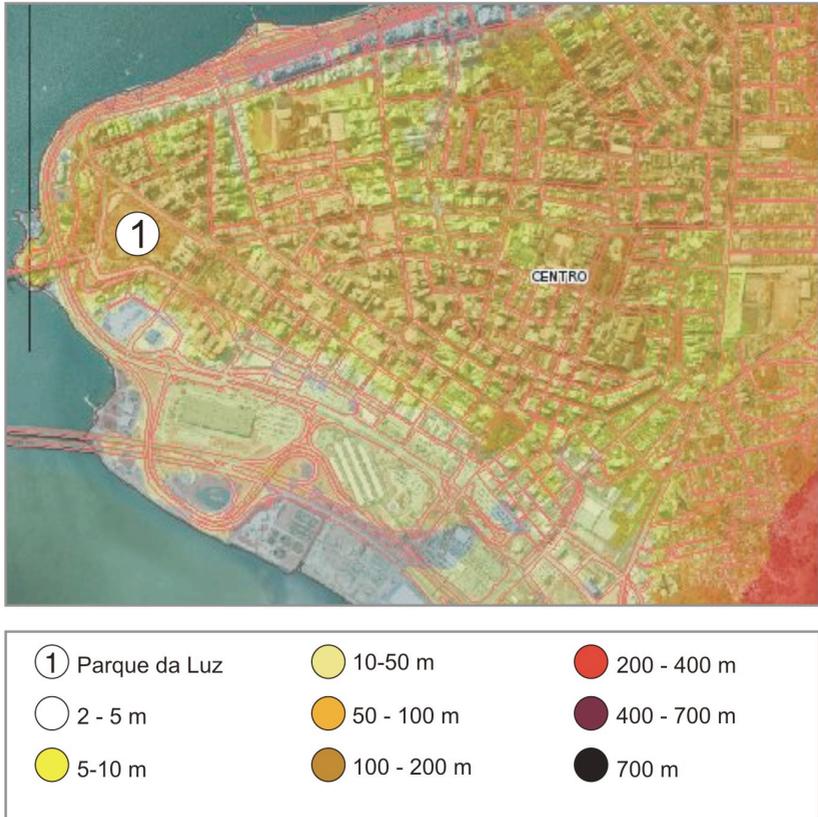


Figura 18:Ortofoto da Hipsometria do local no ano de 2007.

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

Já as Ruas Felipe Schmidt e Adolfo Konder, apresentam grande movimentação, principalmente de veículos. Porém, na altura do parque não apresentam atrativos suficientes para gerar igual movimentação de pedestres, o que é intensificado pela quantidade de ruas paralelas e transversais a estas, que possibilitam cortar caminhos entre a avenida Beira-Mar Norte e a Felipe Schmidt, reduzindo o tempo de caminhada e isolando a área do Parque da Luz.

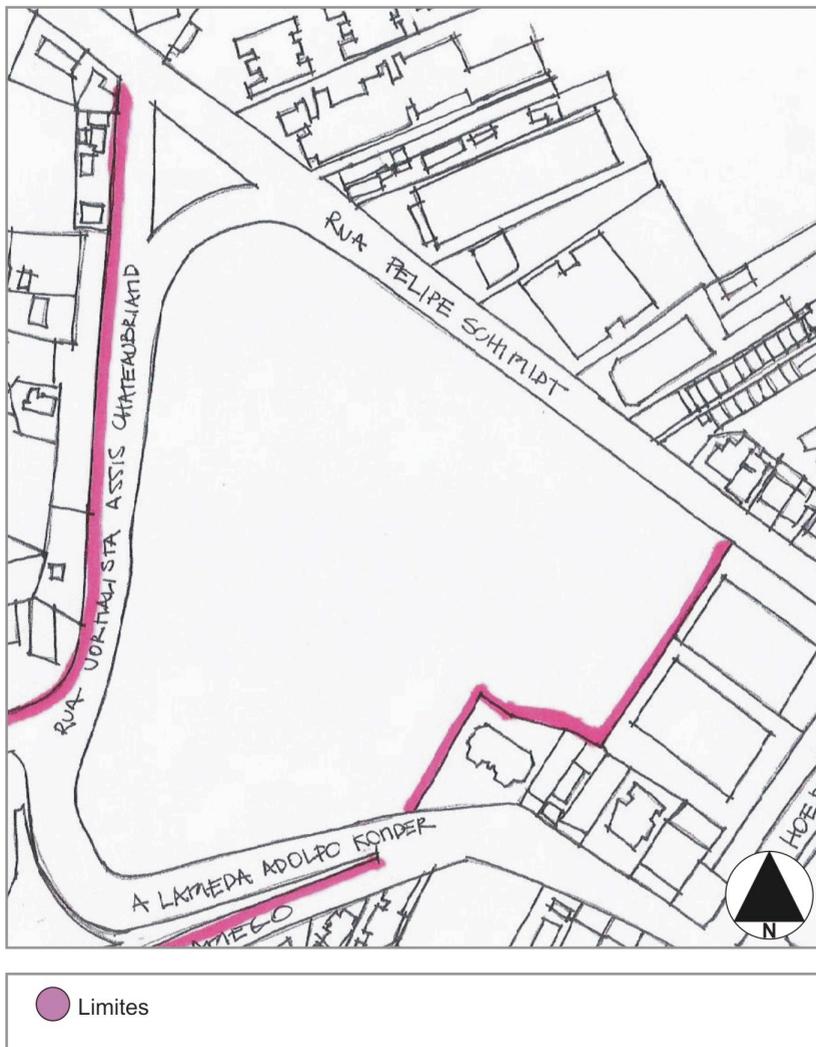


Figura 19: Ilustração dos Limites.

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

Com isso, percebe-se que, exceto pela vista e o parque não existem muitos motivos que levem pessoas aos lados sul e oeste do parque e que, mesmo o lado norte e leste são

prejudicados pela localização geográfica do parque e, principalmente, por sua falta de atrativos como comércio, escolas, etc.

Contexto imediato: fluxos e acessos

A análise do contexto imediato do Parque da Luz se fez necessário para este estudo pois é nele que estão situados os atrativos da região e também os fatores que causam desvios no fluxo de pedestres. A circulação se dá entre um ponto de partida e um ponto final, porém, a trajetória percorrida por cada individuo pode variar de acordo com seus interesses e com características do local em questão.

É comum evitarmos locais que aparentam ser perigosos ou tediosos ou escolhermos passar por uma rua que nos parece mais bonita e interessante, mesmo que esse desvio possa aumentar nosso caminho percorrido. Por isso Jacobs (2007) defende a diversidade de usos, a coexistência de comércio, serviços e residências em uma vizinhança, que pode ser capaz de gerar mais segurança e movimentação, tornando o local mais animado.

Com base em pesquisas e observações no local, pudemos verificar como se dá a circulação no entorno do Parque da Luz e descobrir quais são os principais atrativos de seu entorno.

Quanto ao acesso ao local, foi verificado que o entorno apresenta dois pontos de ônibus, um na rua Felipe Schmidt e

outro na Rua Adolfo Konder, próximo à praça Hercílio Luz. Pôde-se verificar também que o estacionamento no entorno é controlado pela Zona Azul e que as vias de acesso ao local são: a avenida Osvaldo Rodrigues Cabral, que é classificada como via panorâmica insular com faixa de domínio de 35 metros, as ruas Felipe Schmidt, Avenida Rio Branco, Almirante Lamego, Jornalista Assis Chateaubriand, Alameda Adolfo Konder, todas classificadas como coletora insular, a rua Arno Hoeschl que é uma subcoletora insular e as ruas Duarte Schutel, Hoepcke e Henrique Valgas classificadas como Local Insular.

Além do acesso por veículos de transporte coletivo e individual também é percebido o fluxo de pedestres no local, vindos, em sua maioria, da avenida Beira Mar, das ruas Felipe Schmidt e Almirante Lamego e da Avenida Rio Branco. Porém, acredita-se que essa circulação de pedestres não seja mais intensa devido à localização geográfica do parque. Ela favorece a utilização de atalhos muitas vezes desviando do parque, aqueles que vão da avenida Beira Mar ao centro ou vice-versa, e também devido a não utilização da Ponte Hercílio Luz para circulação, o que prejudica o fluxo de pedestres na rua Assis Chateaubriand e na Alameda Adolfo Konder.

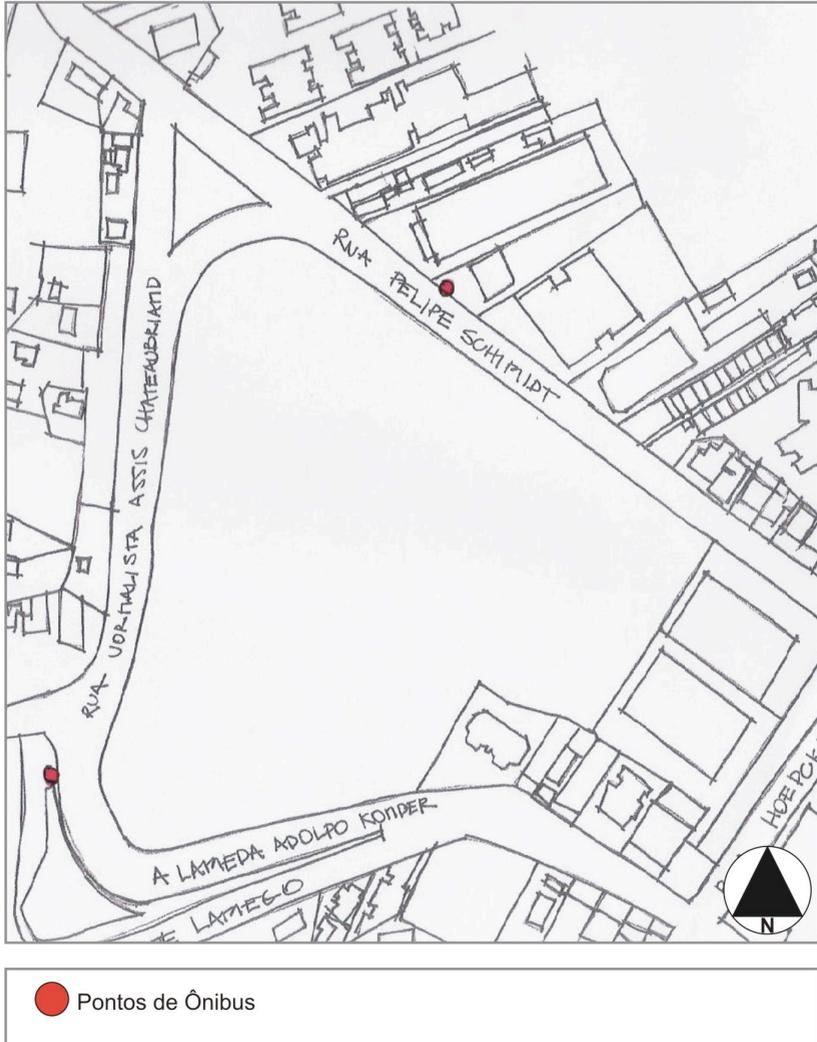
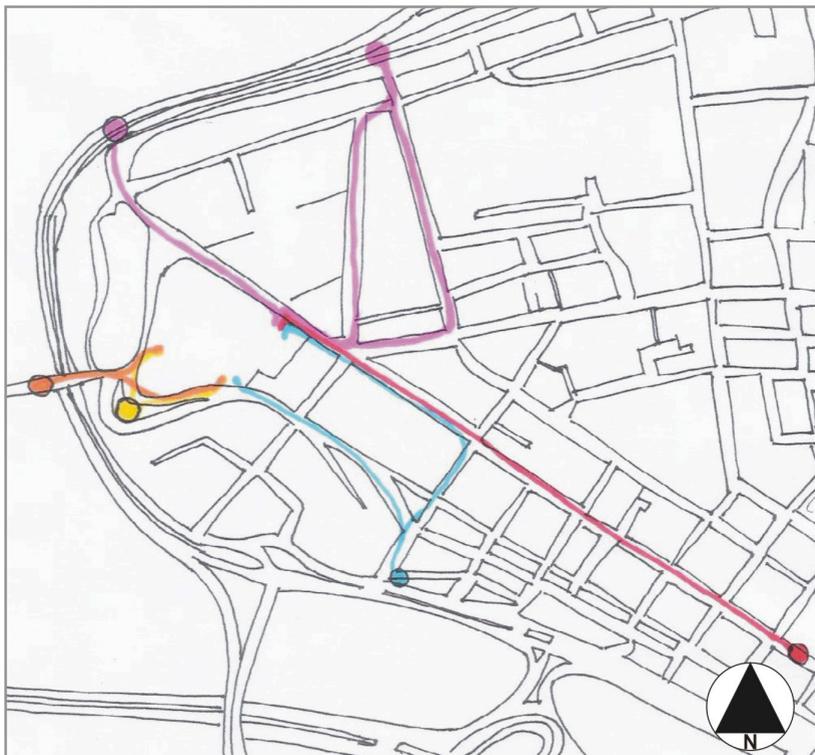


Figura 20: Localização dos Pontos de Ônibus.
 Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

De acordo com a observação do entorno do Parque da Luz foi possível traçar alguns trajetos utilizados por pedestres,

que vão ao parque da Luz a partir de alguns pontos de interesse comum na área.



- | | |
|---|---|
|  Av. Beira Mar Norte |  Calçada da Felipe Schmidt |
|  Mirante |  Rodoviária Rita Maria |
|  Ponte Hercílio Luz | |

Figura 21: Ilustração dos pontos de interesse próximos ao parque.
Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

O primeiro ponto de interesse considerado no entorno do parque foi a Ponte Hercílio Luz que, embora esteja fechada para tráfego de automóveis e pedestres no presente, trará, assim que reaberta, um novo fluxo de pessoas para a região, que virão do continente através da ponte.

Essas pessoas que chegarão pela ponte Hercílio Luz terão o Parque da Luz como “portal de entrada” da ilha, podendo inclusive cortar caminho pelo interior do parque para atingir, por exemplo, o calçadão da Rua Felipe Schmidt e as demais ruas do centro da cidade.

No presente momento, a ponte está fechada e recebendo obras de restauro, portanto, além de atuar como um limite por onde não se pode ultrapassar também atua como um marco, recebendo em suas cabeceiras visitantes que vão até ela conferir o mais conhecido cartão postal da cidade.

O acesso ao parque, mais próximo da Ponte Hercílio Luz fica em frente à ponte, pela Rua Jornalista Assis Châteaubriant. Para a reabertura da ponte seria interessante que esse acesso ao caminho que dele parte rumo ao interior do parque receba tratamento para que fique mais visível.

Outro ponto de interesse próximo ao Parque da Luz é o Mirante situado na Praça Hercílio Luz, onde também fica a estatua de Hercílio Luz. Este mirante é muito visitado por turistas já que revela um dos principais cartões postais da cidade: a vista para baía norte e para as pontas Hercílio Luz, Pedro Ivo Campos e Colombo Salles.

Aquele que vai ao Parque da Luz, a partir do mirante, pode entrar pelo acesso da Rua Jornalista Assis Châteaubriant ou pelo acesso existente na Alameda Adolfo Konder.

Já quem vai ao parque a partir da Avenida Beira Mar Norte, outro ponto de interesse próximo ao parque, tem como mais apropriado o acesso principal, pela Rua Felipe Schmidt. Este pode ser atingido por aqueles que vêm pela Beira Mar Norte até a altura do parque ou por aqueles que cortam caminho pela Rua Duarte Schutel ou por uma das ruas paralelas a ela, a partir da Rua Almirante Lamego.

Na avenida Beira Mar Norte, no lado oposto ao calçadão e próximo ao Parque da Luz, existe um espécie de deck, com alguns mobiliários urbanos próximos para permanência e recreação como mesas e bancos e lixeiras.

Ainda como ponto de interesse próximo ao parque da Luz há o calçadão da Rua Felipe Schmidt e arredores, que se constitui no principal centro de comércio e serviços da cidade. A região, que possui poucos espaços verdes como praças e parques, é favorecida pela proximidade com o parque.

Para aqueles que saem do calçadão da Rua Felipe Schmidt e arredores o acesso principal é o mais adequado.

Outros pontos de interesse próximos ao parque são os hotéis instalados ao longo das ruas Felipe Schmidt, Duarte Schutel e Avenida Rio Branco, e ainda o Terminal Rodoviário Rita Maria. O acesso ao parque mais pertinente para os vindos destes pontos também é a entrada principal, na Rua Felipe Schmidt.

Percepção do espaço

Analisando a relação entre cheios e vazios na área de entorno do Parque da Luz, percebemos que as áreas de ocupação mais concentradas são as da Rua Felipe Schmidt e da Rua Hoepcke, já que é nestas ruas que se situam a maioria dos condomínios verticais e hotéis, com gabarito, entre dez e vinte pavimentos. Por isso, a vista de dentro do parque para essas ruas é dominada por prédios (figura 23).

Já as ruas Jornalista Assis Chateaubriand e Alameda Adolfo Konder apresentam baixa densidade de ocupação, com edificações de apenas um pavimento, em sua maioria.



Figura 22: Visuais a partir do interior do parque.

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.



Figura 23: Vista para Rua Felipe Schmidt.
Fonte: autora (2010).



Figura 24: Vista para a Rua Assis Chateaubriandt.
Fonte: autora (2010).



Figura 25 e 26: Vistas para as ruas Adolfo Konder e Hoepcke.
Fonte: autora (2010).

Referente à análise proposta por Lynch (1999), podemos entender como limites da área estudada as ruas que fazem entorno ao parque, que também são as vias e como nós, os pontos de encontro entre as vias.

Quanto aos elementos que ajudam a formar uma imagem nítida da área pelas pessoas que ali circulam, ou circularam, podemos citar como marcos a ponte Hercílio Luz, o Mirante da Praça Hercílio Luz e o acesso principal ao parque. Todavia, devemos lembrar que esses marcos são relativos, pois cada pessoa faz as associações que lhe são convenientes, como defende Lynch (1999).

Podemos considerar, assim, que a área estudada tem elementos suficientes para ser percebida como uma imagem nítida por seus usuários. Contudo, com os elementos do entorno com o parque, poderia ser mais bem trabalhada, com a intenção de ressaltar a identidade da área como um todo.

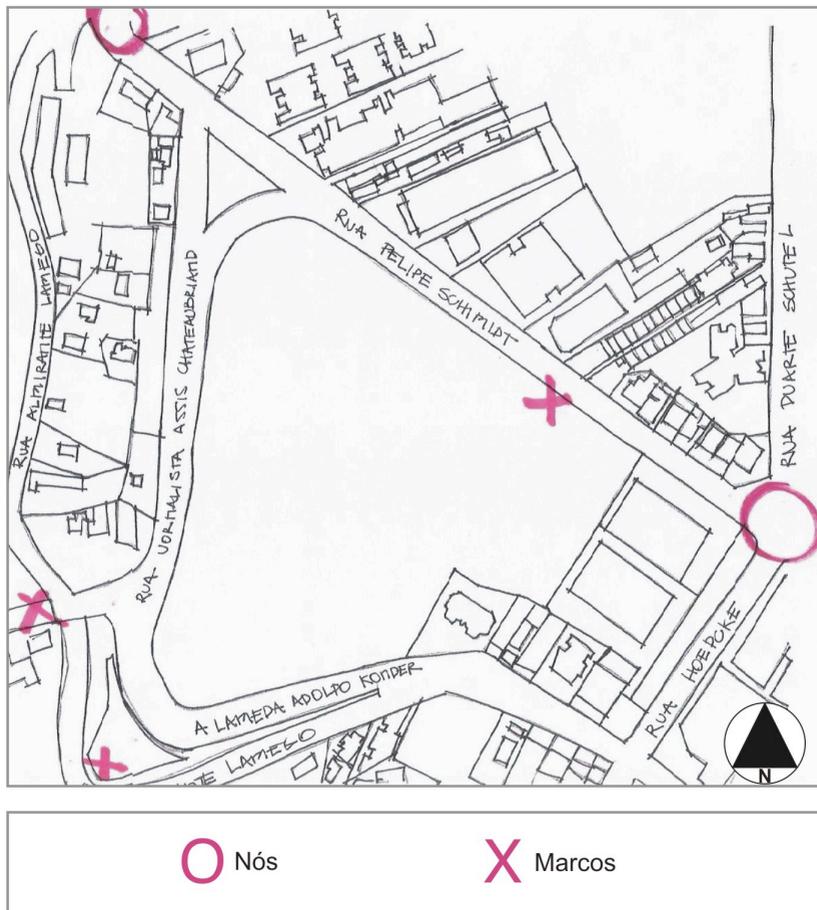


Figura27: Marcos e Nós.

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

Diversidade de usos e usuários

Para que um parque, praça ou outro qualquer espaço público aberto receba usuários de diferentes faixas etárias e interesses é necessário que apresente elementos que atraiam esses usuários. Em seu interior isso é possibilitado pela

existência de elementos que proporcionam a execução de atividades referentes a cada estilo de usuários e, no seu entorno, é de grande importância, como afirmam autores como Jacobs (2007) e Kohlsdorf (2004), que haja edificações que abriguem diferentes usos e que assim aproxime grande variedade de pessoas nos mais diversos horários do dia.

Já na rua Hoepcke encontramos dois condomínios que fazem fronteira com o parque e, no outro lado da rua, um estacionamento de veículos e o prédio da antiga fábrica de rendas e bordados Hoepcke, que hoje serve como serviço público.

Na alameda Adolfo Konder encontram-se alguns edifícios residenciais, bares noturnos e era nesta rua que se situavam dois estabelecimentos comerciais muito frequentados durante as madrugadas, as lanchonetes House e Ponte Cem, que foram demolidas em Outubro de 2009, por funcionarem sem licença.

As quadras das ruas Felipe Schmidt e Hoepcke que fazem entorno ao parque são as que apresentam edifícios de maior gabarito, chegando até a vinte pavimentos. Já na rua Assis Chateaubriand e na Alameda Adolfo Konder predominam edificações de um único pavimento. Nestas ruas existem cerca de dezesseis edifícios residenciais, sendo que destes, alguns fazem parte de conjuntos residenciais e possuem áreas para recreação, o que compete com o parque, fazendo com que seus moradores não utilizem o espaço público com frequência.

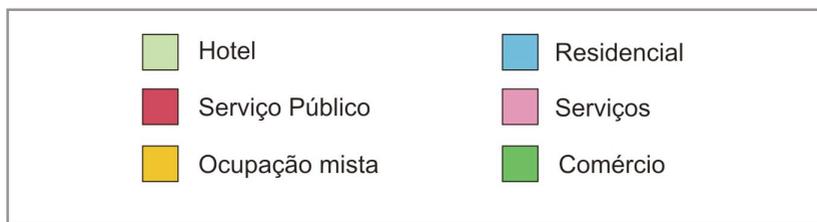
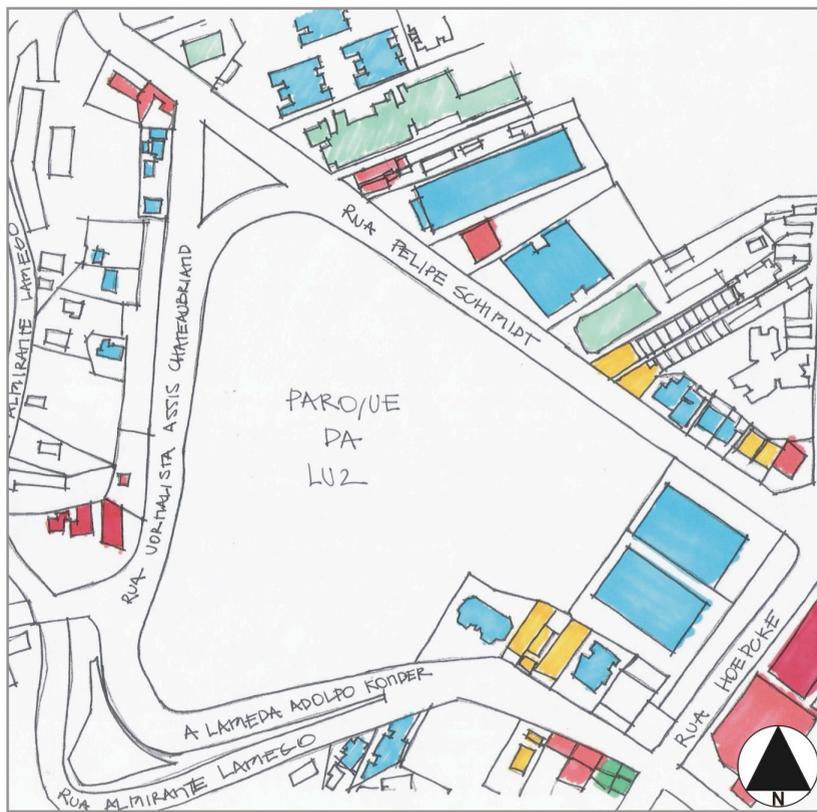


Figura 28: Uso e Ocupação na área de entorno do parque.

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

Com base nessa análise percebe-se que a área de entorno do Parque da Luz oferece uma variedade de usos das edificações, mas que não é suficiente para que, como prega

Jacobs (2007), torne a área movimentada, segura e atraente, nas diversas horas do dia.

Para que isso fosse garantido, acredita-se que a área deveria apresentar mais comércios de bairro e serviços como escolas, por exemplo, que atraísse os moradores da própria região a circular a pé por ali, gerando movimentação e segurança, como defende Jacobs (2007) ao afirmar que a movimentação das calçadas e os pequenos comerciantes são essenciais para a segurança da vizinhança.

Dimensão das quadras

Ao contrário do que defende Jacobs (2007), o tamanho das quadras que fazem entorno com o Parque da Luz não facilitam que os pedestres virem a esquina com frequência o que, segundo a autora, aconteceria com quadras curtas, que estimulam que os pedestres façam caminhos alternativos.

Como podemos ver na figura 29, a Quadra 1, que faz frente ao parque pela Rua Felipe Schmidt, é uma das maiores quadras da região, o que por si só já não estimularia os pedestres a passar por ela, caso não faça parte do caminho habitual, o que se agrava pela sua localização geográfica, próxima à “península”, que conforme já citado, deixa de ser percorrida por aqueles que querem diminuir seu trajeto.

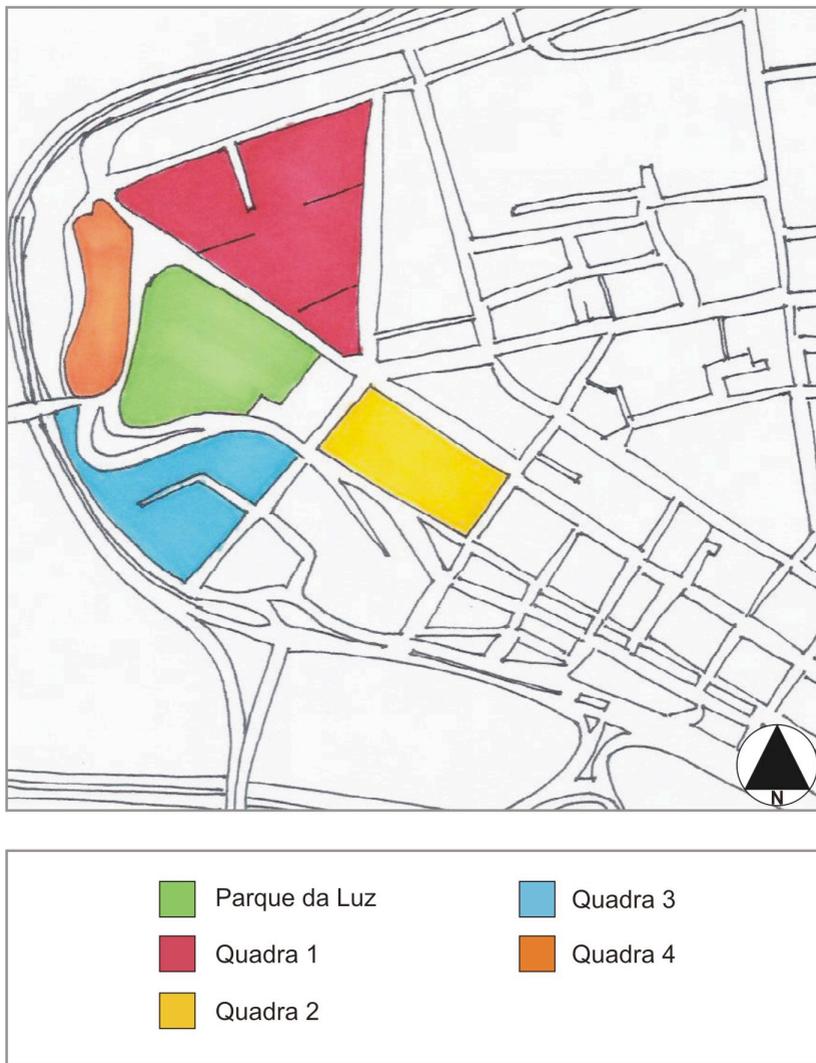


Figura 29: Relação entre as quadras do entorno.
Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

Já a Quadra 2, conforme a figura 29, também é bastante extensa. Outro agravante que não estimula o uso desta sem necessidade pelo usuário é o fato de que apresenta grande

diferença de nível, tornando-se mais alta na Rua Felipe Schmidt e mais baixa em direção à Rua Conselheiro Mafra.

O mesmo ocorre na Quadra 3 que, além de ser bastante extensa também apresenta grande desnível, devido a sua localização topográfica.

E, por último, a Quadra 4, que é a de menor tamanho entre as quatro, e também não atrai pedestres, devido a sua localização em uma espécie de limite topográfico, no alto de um talude.

Assim, percebemos que as quadras que fazem entorno com o Parque da Luz não facilitam em nenhum aspecto, seja tamanho ou localização geográfica, a mudança de trajeto dos pedestres, como sugere Jane Jacobs (2007). Isto somado, a falta de diversidade de usos das edificações, que resulta em poucos atrativos, torna o entorno do Parque da Luz um local de movimentação insuficiente para atrair mais pessoas e tornar o espaço mais seguro e bem utilizado.

Diversidade de tempos de construção

Pela aparência estética das edificações ao seu redor, percebe-se que a área levantada se caracteriza como predominantemente nobre, com construções em alvenaria bem conservadas e de alto padrão construtivo, principalmente nas quadras das ruas Felipe Schmidt. Nela, a maioria das construções são condomínios residenciais e hotéis, havendo

poucos exemplares de construções antigas e em mau estado de conservação.



Figura 30: Prédios da Rua Hoepcke.
Fonte: autora (2009).

Na Rua Hoepcke existem alguns prédios do início do século XX como o da antiga Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke e algumas casas da vila operária. Nesta mesma rua, os edifícios residenciais que ladeiam o Parque da Luz foram construídos há poucos anos (figura 30).

Já nas ruas Jornalista Assis Chateaubriandt e Alameda Adolfo Konder observa-se a presença de construções mal conservadas ou com qualidade de construção inferior ao padrão das outras ruas.

Na Alameda Adolfo Konder há predominância de construções antigas, como casas que abrigam comércio ou serviços em sua maioria, sendo algumas de uso misto (comercial e residencial) e cerca de cinco prédios, todos localizados na face da quadra onde se localiza o Parque da Luz, que apresentam altura de três a quinze pavimentos e ocupação de caráter residencial.

A situação da Rua Jornalista Assis Chateaubriandt é, sem dúvida, a mais crítica de todas que cercam o parque, nos quesitos estado de conservação e estética das edificações pois, nesta rua estão situadas cerca de oito construções em estado ruim estado de conservação, sendo destas três construídas em madeira e as demais em alvenaria.

Essas construções, além de se apresentarem em mau estado de conservação também estão construídas sobre terreno com topografia bastante irregular, onde podem ser percebidos varais de roupas e lixo, como sobras de material de construção, galhos e folhas de árvores.

Ainda nessa rua, próximo à Ponte Hercílio Luz existem algumas construções onde se encontram a sede da AAPLuz, o escritório da empresa de engenharia responsável pelas obras de restauro da ponte e outros serviços relacionados com as obras.

Qualidade dos passeios e calçadas

Ao analisar a pavimentação das calçadas de entorno percebemos que elas se encontram em estado bastante precário

em sua maioria. O estado de conservação das calçadas, bem como sua adequação às normas de acessibilidade (largura, inclinação, diferenciação de piso) são de extrema importância para o bem estar e segurança dos que por ela circulam, tenham estes pedestres ou não, necessidades especiais.

Algumas áreas do entorno do parque, como as calçadas da rua Felipe Schmidt, apresenta alterações de tipo de pavimentação, nível e de inclinação além de pavimentação bastante irregular, com espaços em que faltam ladrilhos ou existem buracos ou elevações de piso. Pode-se perceber que as calçadas da Felipe Schmidt encontram-se em melhor estado nos locais que fazem frente a condomínios residenciais, hotéis e estabelecimentos comerciais de alto padrão de construção. No geral, as calçadas da rua Felipe Schmidt não se encontram dentro das normas de acessibilidade (NBR 9050) quanto à obstrução do passeio, inclinação, existência de rampas e de diferenciação de piso tátil.

A calçada da rua Hoepcke, que fica na quadra do Parque da Luz, como mostra a figura 35, é a que se encontra em melhor estado de conservação, pois fica em frente dos condomínios residenciais de construção mais recente da área. Neste local, a pavimentação é homogênea e adequada às normas de acessibilidade, apresentando rampas próximas a faixas de segurança, diferenciação de piso tátil e largura até maior que o suficiente para a circulação de pedestres e cadeirantes.

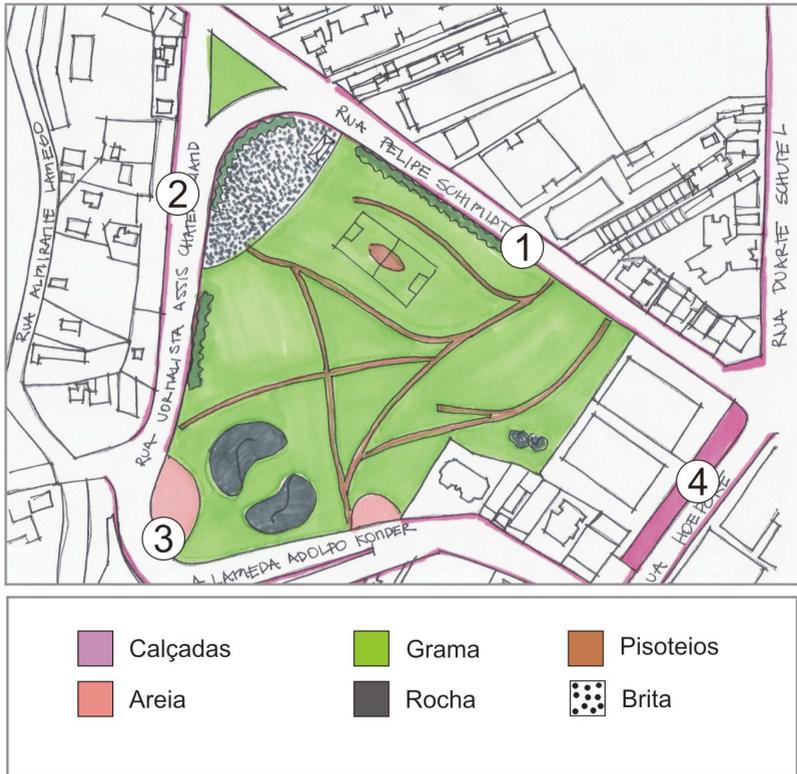


Figura 31: Pisos e superfícies do entorno do parque.
 Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.



Figura 32 e 33: Calçadas das ruas Assis Chateaubriandt e Felipe Schmidt.
 Fonte: autora(2009).



Figura 34 e 35: Calçadas das ruas Adolfo Konder e Hoepcke.
Fonte: autora (2009).

Na calçada da rua Hoepcke, que fica do lado oposto ao parque, observou-se que não se encontra em tão bom estado, apresentando algumas rachaduras e imperfeições, diferenciação de nível e não apresenta piso tátil diferenciado.

As calçadas da Rua Jornalista Assis Chateaubriandt podem ser consideradas as mais precárias, junto às calçadas da Alameda Adolfo Konder, pois em alguns trechos não há calçadas conforme mostra a figura 34, somente meio fio seguido de gramado ou terra e, quando existentes, as calçadas apresentam inúmeras inadequações às normas, apresentando piso quebrado e irregular, com ausência de piso tátil e rampas de acesso a cadeirante.

Por último, na Praça Hercílio Luz, onde fica o mirante, a pavimentação encontra-se em péssimo estado de conservação, apresentando desníveis sem rampas e rachaduras.

Em geral, podemos perceber que as calçadas do entorno do Parque da Luz não apresentam condições favoráveis para a locomoção dos transeuntes, sejam estes portadores de necessidades especiais ou não. Este fator ainda é agravado ao

percebermos que no interior do parque a topografia acidentada e ausência de caminhos calçados ou bem definidos, o que também implica inadequação ao uso por cadeirantes ou deficientes motores e visuais, conforme veremos a seguir.

Iluminação

As quadras que fazem entorno imediato ao Parque da Luz apresentam iluminação por meio de postes com fiação aérea em sua grande parte. Na quadra da Rua Felipe Schmidt, que faz frente ao Parque da Luz, no lado oposto ao parque, podemos perceber a existência de treze postes de iluminação pública e no lado da rua em que se localiza o parque, nove postes sem iluminação, pelas quais passam apenas fiação.

Na Rua Hoepcke há cerca de quatro postes com iluminação e fiação aérea somente na quadra em que se localiza o parque (em frente aos mais novos condomínios da área estudada) e, no lado oposto, existe apenas um poste com na esquina com a Rua Conselheiro Mafra que possui iluminação.

Já a Alameda Adolfo Konder possui postes com iluminação em ambos os lados até a bifurcação com a Rua Almirante Lamego. Nesta altura há iluminação apenas no lado referente ao parque, até cerca da frente da ponte Hercílio Luz. A Praça Hercílio Luz, que fica na Alameda Adolfo Konder, ao lado da Ponte Hercílio Luz, possui cerca de cinco postes de iluminação sem e um com fiação aérea.

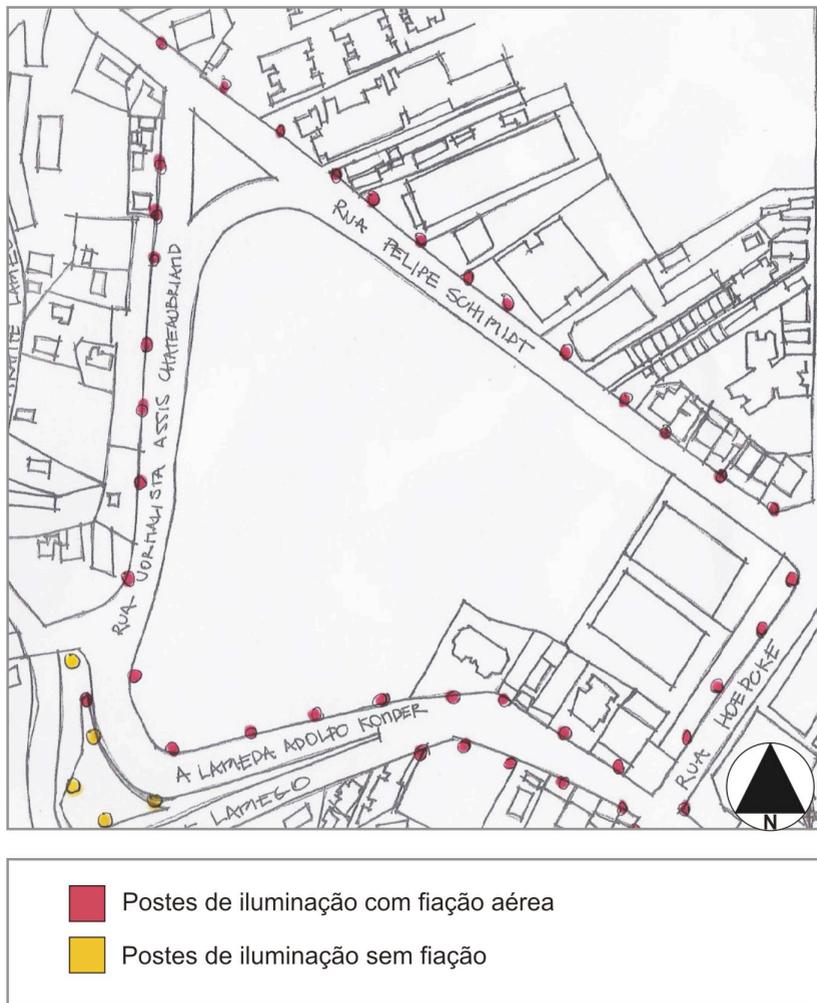


Figura 36: Mapa de localização dos postes de luz.
 Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

E, por último, a Rua Jornalista Assis Chateaubriandt apresenta, na quadra do parque, cerca de nove postes, sendo destes somente quatro com iluminação (dois próximos a cada

esquina) e cerca de sete postes com iluminação e fiação aparente na face oposta ao parque.

Com base nestes dados podemos afirmar que a iluminação na área de entorno do Parque da Luz é suficiente, mas poderia ser mais satisfatória se houvesse postes também dentro do parque e iluminação em alguns postes das faces próximas ao parque, nas ruas Jornalista Assis Chateaubriandt e Felipe Schmidt. A melhor iluminação da área poderia ajudar a inibir algumas práticas noturnas que acontecem no local, segundo relato de usuários, como consumo de drogas e prostituição, como defende Jacobs (2007), ao dizer que uma boa iluminação garante boa visibilidade e, somada aos olhos atentos da vizinhança, gera mais segurança à área.

A área de entorno do Parque da Luz apresenta uma série de contrastes. Enquanto de um lado existe hotéis e condomínios residenciais de alto padrão, de outro se encontram construções antigas e mal cuidadas.

A ocupação dos prédios da área não apresentam diversidade capaz de gerar, como prega Jacobs (2007), movimentação de pedestres e seu decorrente acréscimo da segurança.

Outro fator que intensifica o pouco fluxo de pedestres na área é o fechamento da Ponte Hercílio Luz, que há décadas encerrou a conexão entre continente e ilha pela área e formou uma barreira física, que traz como consequência o “isolamento” da área.

Acredita-se que com a reabertura da Ponte Hercílio Luz as ruas mais problemáticas da área – Alameda Adolfo Konder e rua Jornalista Assis Chateaubriandt – receberão mais uso e atenção, tornando-se mais cuidadas e conectadas com as demais.

Assim, o entorno do Parque da Luz, apesar de ser um local bastante valorizado em Florianópolis, apresenta uma série de problemas e contrastes que interferem na qualidade do parque. Contudo, há potencial para fazer do parque um espaço público bem quisto e utilizado pela população, se algumas mudanças ali acontecerem.

4.2 ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DO INTERIOR DO PARQUE DA LUZ

O Parque da Luz, como já vimos, foi defendido e definido como área verde de lazer a partir do movimento da população e da AAPLUZ. Os esforços dessas pessoas, sem projeto ou conhecimento específico, em torná-lo um verdadeiro parque resultou em um espaço onde hoje existem várias espécies de vegetação e também estruturas que proporcionam certas práticas sociais e atividades físicas em seu interior.

Por mais que estejam, segundo esta análise, longe do ideal para um parque público, a estrutura existente no Parque da Luz é um grande feito da população, resultado de uma grande luta vivida pela AAPLUZ e seus simpatizantes e que deve ser louvada.

Assim, veremos nesta etapa a análise e diagnóstico da estrutura física do Parque da Luz em si, seus usos, conflitos e relações com usuários, com o entorno e a cidade.

Localização

O Parque da Luz ocupa hoje uma área de mais de 37 mil metros quadrados situados nos altos da rua Felipe Schmidt, próximo à área de comércio central e da avenida Beira Mar Norte, um dos pontos mais nobres da cidade. Sua localização também próxima as pontes que dão acesso à parte continental da cidade e às outras cidades da grande Florianópolis também ajudam a atribuir grande valor imobiliário a esta área.

Na mesma quadra em que se encontra o parque existem oito edifícios, com frente para as ruas Hoepcke e Alameda Adolfo Konder, e que atrapalham a visualização do parque para aqueles que estão na Rua Felipe Schmidt ou Rio Branco além de também interferirem na ensolação do parque, como veremos a diante. Nestas ruas e também nas ruas Almirante Lamego e Felipe Schmidt estão localizados condomínios e prédios residenciais de alto padrão.

Próximo ao parque, na Rua Felipe Schmidt e na Avenida Rio Branco, estão localizados quatro grandes hotéis, uma locadora de veículos e o restaurante Lindacap, o que torna área intimamente ligada ao turismo.

O contato da área com o turístico também é caracterizado pela proximidade com a Ponte Hercílio Luz e com

o Mirante da Praça Hercílio Luz, pontos turísticos de grande divulgação e prestígio.

Porém, a vizinhança do Parque da Luz reserva alguns contrastes. Nela, próximo aos condomínios de alto padrão construtivo, encontram-se edificações bastante mal conservadas, que abrigam comércio e de baixo padrão, como pequenas bares, oficinas, boates e lancherias.

Jane Jacobs (2007) defende, como vimos anteriormente, que um parque, para que seja bem sucedido, deve ter em sua vizinhança um uso diversificado. A mistura de escolas, escritórios, residências, bares noturnos e movimentação cultural, segundo a autora, movimentam a área nas mais diversas horas do dia, garantindo fluxo de pedestres na área e o uso do parque.

Portanto, como o entorno do Parque da Luz não oferece motivos suficientes para os moradores e trabalhadores de seu entorno caminharem pelas calçadas (em busca de comércio cotidiano, como padarias e por exemplo, a caminho da escola ou do trabalho próxima) pode-se dizer que este fator prejudica o parque, que deveria ter como vizinhança prédios com maior diversidade de usos.

Zoneamento, fluxos e usos

O Parque da Luz abriga em seu interior elementos que possibilitam a execução de diversas atividades por pessoas de diferentes faixas etárias, sexo, nível social e bairros de origem.

As áreas de maior utilização são aquelas que também apresentam mais fácil acesso e estão situadas em terreno plano. São elas o pomar, a quadra de futebol e as mesas localizadas próximas à entrada principal do parque, pela Rua Felipe Schmidt, o playground, o equipamento de ginástica e os bancos, que ficam perto do centro do parque.



Figura 38: Localização das estruturas de lazer.

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

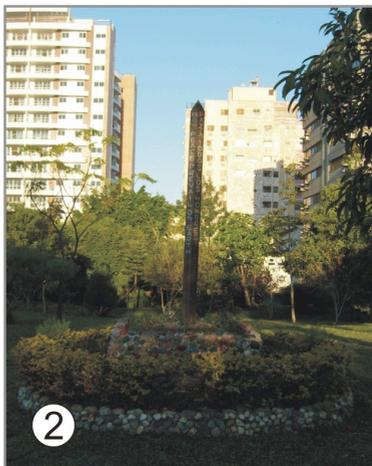
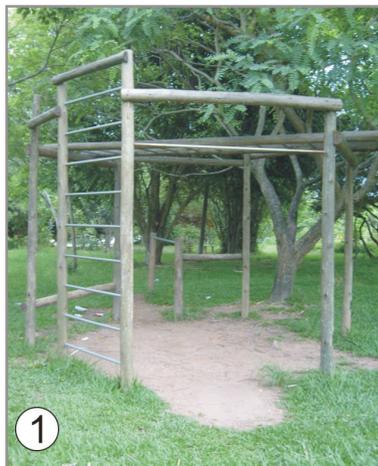


Figura 38 e 39: Equipamento de ginástica e Totem da Paz.
Fonte: autora (2009).



Figura 40 e 41: Mesas e Playground.
Fonte: autora (2009).

Dividindo-se o parque em três grandes áreas (figura 42) de acordo com sua intensidade de uso fica bastante legível que as áreas de menor interesse são aquelas de mais difícil acesso e que não apresentam elementos que propiciam atividades esportivas, lúdicas ou de relaxamento.

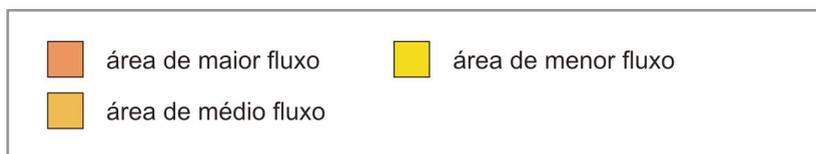
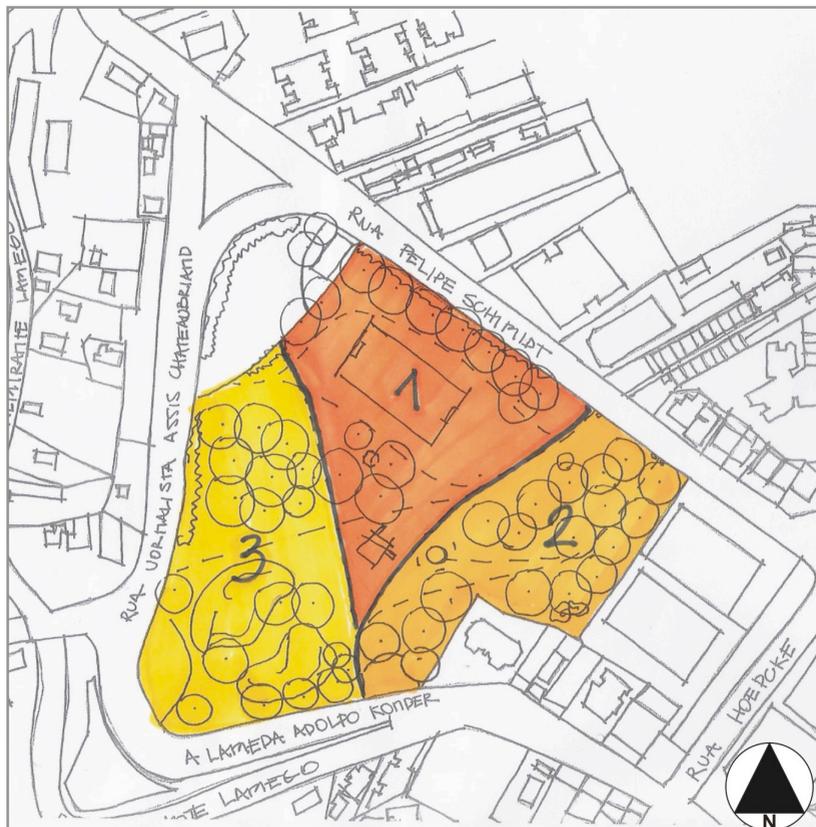


Figura 42: Zoneamento do Parque da Luz.

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

Observando as áreas (figura 42), podemos afirmar que na área 1 o terreno é em sua maior parte plano e é onde estão localizados equipamentos como a quadra de futebol, o playground, o equipamento de ginástica e a maioria dos bancos e lixeiras. Esta é a área mais utilizada do parque e também a mais acessível.

Já na área 2 encontramos vegetação mais densa que cria ambientes mais fechados. Esta área possui um acesso pela rua Felipe Schmidt e uma pequena trilha formada por pisoteios que leva em direção ao centro do parque e é nela que se encontram as árvores frutíferas que caracterizam o pomar.

Na área 3, que fica próxima à Ponte Hercílio Luz e Praça Hercílio Luz o terreno apresenta topografia bastante acidentada, provocando áreas de declives e aclives bastante acentuados, que, juntamente com a vegetação densa e a formação rochosa, formam ambientes fechados. Esta área apresenta um acesso pela Alameda Adolfo Konder e outro pela Rua Jornalista Assis Châteaubriant, próxima à Ponte Hercílio Luz, mas apesar dos caminhos que levam destes acessos ao interior do parque esta área do parque é de acesso difícil.

Acessos e barreiras

O Parque da Luz oferece, ao todo, seis acessos ao seu interior. Em sua maioria estes acessos são marcados por elementos verticais, como portais ou totens.

Pode-se dizer que o acesso principal do parque se encontra na Rua Felipe Schmidt, pois é nele que se encontra o maior pórtico e a placa com o nome do parque. É também a partir deste acesso que podemos observar o principal caminho (mais marcado por pisoteios) e dele bifurcam os demais.

Logo à esquerda desse acesso encontramos um outro secundário (ao lado do prédio que faz esquina com a Rua Felipe Schmidt), que leva diretamente ao pomar, por um caminho de pisoteios que se encontra no interior do parque com outros caminhos.

Esse acesso é marcado por uma espécie de pórtico e ladeado por barreiras, de um lado tela de arame e de outro elementos verticais bastante baixos, que lembram fradinhos.

Seguindo pela Rua Felipe Schmidt em direção à Rua Jornalista Assis Châteaubriant, percebemos a presença de um talude, que se torna mais alto e intransponível à medida que nos aproximamos da esquina. Este talude é uma das barreiras mais marcantes do parque, pois o acesso por esta área se dá apenas por uma escada.

Próximo à esquina, entre as ruas Felipe Schmidt e Jornalista Assis Châteaubriant, encontra-se a sede da FLORAM (Fundação Municipal do Meio Ambiente), que ocupou a casa após processo de reintegração ocorrido em agosto de 2009, e também um estacionamento, onde recentemente foram colocadas correntes, plantas e elementos em madeiras que constituem barreiras físicas, com intuito de limitar o acesso ao estacionamento apenas aos interesses da FLORAM. O acesso

ao parque pelo estacionamento da FLORAM é possível devido ao acesso recentemente feito no local, demarcado com peças em madeira.

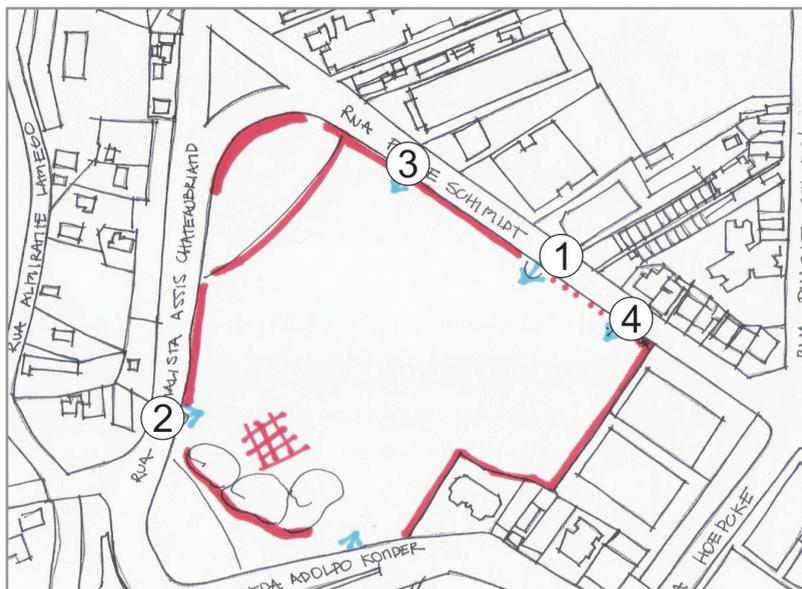


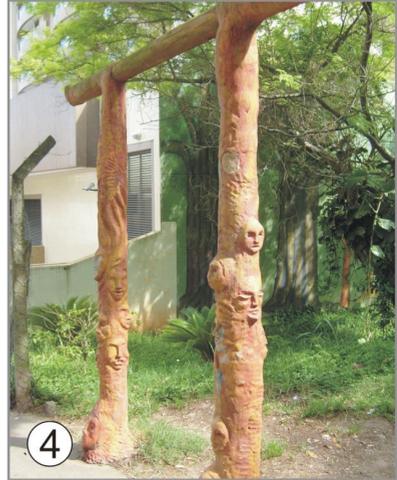
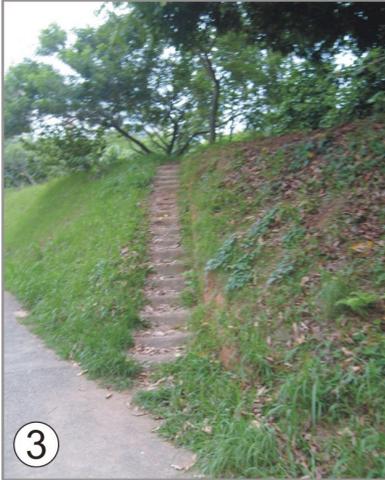
Figura 43: Acessos ao Parque da Luz.

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.



Figuras 44 e 45: Acesso principal e secundário.

Fonte: autora (2009).



Figuras 46 e 47 : Acessos secundários.
Fonte: autora (2009).

Subindo pela Rua Jornalista Assis Châteaubriant, depois do estacionamento da FLORAM, encontramos uma área sem barreira no limite entre o parque e a calçada, porém, a entrada por este espaço se faz dificultada, já que logo em frente há um aclave na topografia do terreno, constituído por rochas e vegetação.

Ainda pela Rua Jornalista Assis Châteaubriant existe um acesso ao parque, marcado por uma espécie de pórtico formado por dois totens azuis e pelo caminho de pisoteios, que passa por meio a rochas e leva até o centro do parque onde se encontra com outros caminhos. Este acesso fica em frente ao escritório da empreiteira responsável pelas obras de restauro da Ponte Hercílio Luz.

Em frente à Praça Hercílio Luz, na Alameda Adolfo Konder, o acesso ao parque é impossibilitado pela existência de

rochas e pela topografia acidentada que formam uma espécie de barreira natural.

Na Alameda Adolfo Konder encontramos o último acesso ao parque, percebido apenas pela marca de pisoteios no chão que sugere que este acesso foi feito pela necessidade dos usuários, certamente, ao atravessar o parque, a fim de alcançar seus maiores atrativos e a Rua Felipe Schmidt.

Importante lembrar que quando falamos de acesso restrito ou difícil estamos nos referindo ao acesso de pessoas sem deficiências físicas, já que no caso dos deficientes físicos o acesso ao parque é ainda mais dificultado, pois não apresenta estrutura de rampas, passarelas ou de pavimentação que permitam a inclusão.

Portanto, para que o acesso ao local seja oferecido de forma indiscriminada deve-se optar pelo uso de superfícies planas, que formem caminhos, que levem aos pontos mais importantes de seu interior. Além disso, o parque seria mais convidativo ao uso se o pedestre que circula em seu entorno tivesse maior visibilidade de seu interior, de forma que alguns de seus equipamentos de lazer pudessem atrair quem está do lado de fora do parque.

Por último, quanto aos portais de entrada, apesar de não serem essenciais, dirigem o fluxo para o interior do parque e, portanto, seria interessante que houvesse acessos tão bem sinalizados ou desobstruídos, como o acesso principal nas demais ruas que circundam o parque.

Forma e estética

O Parque da Luz, como vimos anteriormente, nunca recebeu projeto paisagístico e sua forma e características físicas são resultado da boa intenção dos usuários e da AAPLuz que, em inúmeros multirões construíram bancos, lixeiras e outros elementos e mobiliários, plantaram inúmeras espécies de árvores, flores e hortaliças.

A forma física do parque, como também já foi comentado, é resultado do processo de ocupação da sua área e de seu entorno, uma área que resistiu ao tempo e a diversos usos e que finalmente foi legalmente definida como uma área verde de lazer.

Com tudo isso, podemos afirmar que, apesar da falta de tratamento estético apurado e de projetos por parte do poder público, o Parque da Luz possui uma identidade forte, de um espaço que se fez pelos usuários. Porém, para que este espaço se torne ainda mais popular e querido pelo povo de Florianópolis é imprescindível que mudanças estéticas e funcionais aconteçam, com base em um projeto bem estruturado e executado.

Por ser uma área relativamente grande, pode-se considerar que o parque apresenta certa monotonia, pois a paisagem de seu interior é quase toda formada por massas de vegetação, rochas e bancos em madeira, e suas áreas de maior apelo são a quadra de futebol e o playground.

Os ambientes do parque não são demarcados por pisos ou elementos que o distingam, como sugere Francis (2003),

tornando-os espaços um pouco repetitivos. Também a centralidade, como sugere Jacobs (2007), não é bem marcada. Existe próximo ao que poderíamos chamar de centro, o playground e o Totem da Paz com bancos, mas não são elementos com o destaque ou uso que os justifique como centrais.

Fora estes elementos, pode-se dizer que o restante deles não atribuem ao local nenhum significado ou identidade, são apenas funcionais, quando chegam a tanto, visto que muitos desses elementos e mobiliários se encontram em um estado precário de conservação, que não permite seu uso.

Um elemento bastante significativo para o parque é a vista que esse possibilita para a baía norte e para as pontes e que, no entanto, tem sua visibilidade barrada pela vegetação e topografia acidentada. A vista poderia atuar como elemento “âncora”, possibilitando que os usuários do parque pudessem usar a contemplação como uma das atividades realizadas no local, como sugere Marcus e Francis (1998).

Os locais do parque, que são voltados para a bela vista e que são protegidos pela vegetação e pela topografia formando barreiras visuais, ao invés de possibilitarem a visualização da paisagem, formam espaços escondidos, onde ocorrem usos indesejáveis para a maior parte da população, como o consumo de drogas. Esses locais, por possibilitarem práticas ilegais e por não serem facilmente visualizados de outros pontos do Parque da Luz, acabam sendo temidos e evitados por grande parte dos usuários do parque.

Portanto, o parque necessita de um projeto que vise promover áreas demarcadas para cada tipo de atividade, proporcionando aos usuários mais conforto e segurança e gerando mais complexidade por meio de diferenciação de formas, texturas e paisagens.

Conforto

Quanto à incidência solar, o Parque da Luz apresenta áreas ensolaradas, como no caso da quadra de futebol e playground, entre outras e áreas bastante sombrias, devido à presença de vegetação bastante densa em algumas delas (como a do pomar, por exemplo) e prédios bastante altos em sua cercania (em torno de 10 a 20 pavimentos).

Com isso, percebemos que o parque apresenta grande porcentagem de áreas sombreadas, o que vai contra os argumentos de Jacobs (2007) e Marcus e Francis (1998), que defendem que o espaço deve ser localizado e projetado para receber o máximo de sol possível, evitando que construções barrem sua passagem. A sombra deve ser reservada a áreas em que se faz necessária, como em áreas destinadas à prática de esportes ou relaxamento.

Como em Florianópolis, as estações são bem definidas, característica do Clima Sub-tropical úmido, a sombra no parque é bem-vinda, principalmente no verão, mas deveria ser planejada para que atuasse somente nos locais almejados.

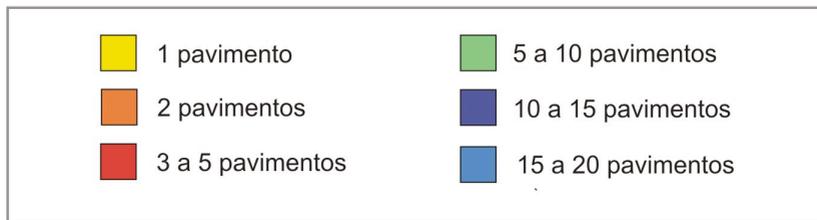
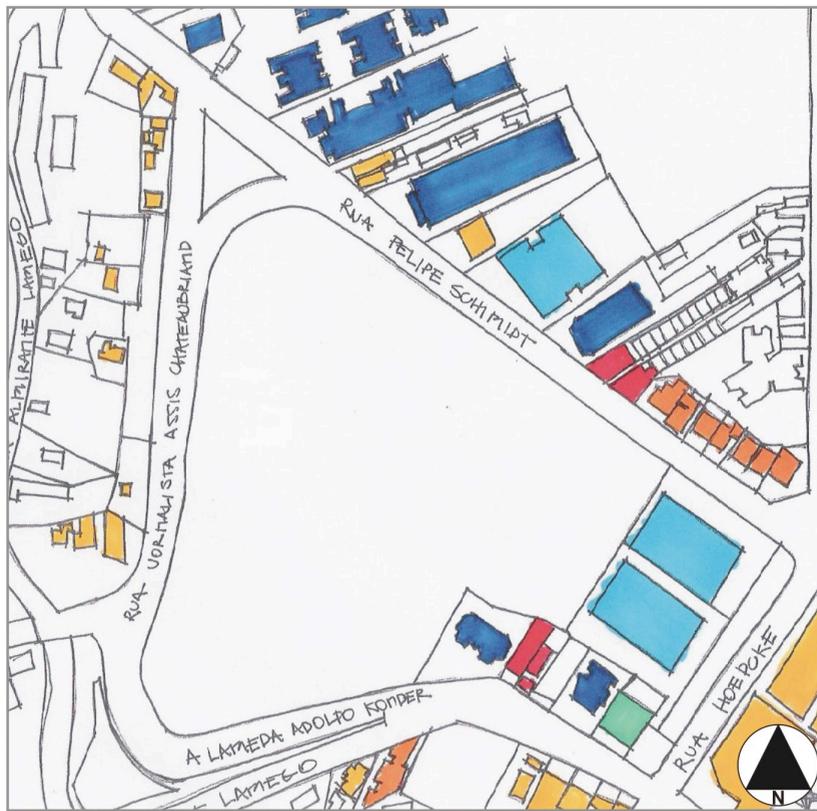


Figura 48: Gabarito dos edifícios do entorno do parque.

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

Iluminação

Como vimos anteriormente a iluminação de um espaço público ao ar livre deve ser planejada tanto para o dia quanto para noite. Durante o dia, a iluminação natural se dá através da incidência solar no local e é influenciada por suas características, tais como materiais de fachadas no entorno, relações entre cheios e vazios, presença de arborização, infraestrutura e equipamentos.

O Parque da Luz apresenta em seu entorno muitos prédios com altura de 10 a 20 andares, o que provoca sombras no local em alguns horários do dia, sobretudo os prédios da rua Hoepcke, que se encontram no mesmo quarteirão do parque. Os prédios são em sua maioria de alvenaria com janelas em vidro, o que não representa ao parque excesso de iluminação refletida.

Já no interior do Parque da Luz, encontram-se grandes massas de vegetação, em sua maioria de médio a grande porte, que são responsáveis por muitas áreas sombreadas. A área do parque relativa ao pomar é a de vegetação mais densa, o que resulta em sombreamento excessivo e agravado em algumas horas do dia pela proximidade com os prédios da rua Hoepcke.

A infraestrutura e os equipamentos existentes no parque não representam barreira para a incidência do sol e em alguns locais onde existem equipamentos de lazer e esportes, como a campo de futebol por exemplo, não há vegetação em excesso, o que permite uma boa luminosidade.

Quanto à iluminação artificial, pode-se considerar que o entorno do Parque da Luz apresenta uma satisfatória concentração de postes de iluminação, porém todos localizados no lado oposto ao parque. No seu interior a iluminação é inexistente, tornando-o escuro à noite, o que, de acordo com Jacobs (2007), ajuda a criar barreiras visuais, tornando o espaço menos seguro e espantando usuários.

Portanto, o parque necessita de um projeto de iluminação que possibilite a prática de atividades com segurança também à noite, o que pode atrair usuários neste turno e atribuir ao local mais movimentação e, conseqüentemente, mais segurança.

Vegetação

O Parque da Luz apresenta variadas espécies de vegetação, que são fruto das inúmeras atividades de plantio realizadas pela AAPLuz ao longo de mais de 20 anos. Graças a estas iniciativas, o parque hoje é uma das únicas áreas verdes do centro da cidade, o que traz inúmeros benefícios para sua área de entorno.

As atividades de plantio já citadas resultaram na existência de mais de 150 espécies, que formam bosques, jardins e até mesmo hortas no interior do parque. No interior do parque podemos verificar espécies como Ipê, Sinanduva, Flamboyant, Guarapuvu e Sinamomo e na área do pomar árvores frutíferas como Goiabeira, Pitangueira, Jaboticabeira,

Mangueira e Bananeiras que muitas vezes têm seus frutos colhidos e apreciados pelos usuários do parque.

O mesmo acontece com a área de horta, que apresenta hortaliças e leguminosas e nas demais áreas do parque podem ser encontradas flores como rosas e girassóis e até mesmo algumas plantas medicinais.

Apesar da imensa variedade podemos perceber que a vegetação no parque foi plantada de maneira aleatória e sem planejamento, visto que em muitos locais as árvores estão muito próximas umas das outras, resultando em um emaranhado de raízes, no espaço limitado para as copas e em áreas bastante fechadas, onde a sombra das árvores torna o ambiente escuro e úmido.

Como sugere Abbud (2006) no Parque da Luz a vegetação é muitas vezes utilizada para delimitar ambientes como acontece na área de limite próxima a Rua Felipe Schmidt e entre o playground e a quadra de futebol. Porém, muitas vezes a vegetação densa provoca a conformação de barreiras visuais, o que pode implicar em áreas reservadas ou escondidas que possibilitam usos não desejáveis.

Algumas áreas que deveriam ser sombreadas devido às atividades que abrigam, como as mesas próximas a Felipe Schmidt, o playground e o equipamento de ginástica, estão de acordo, pois se localizam próximos a árvores altas e de copas largas, que produzem a sombra desejada. Mas a existência de vegetação alta em outros pontos, como os próximos a Alameda

Adolfo Konder acabam tapando a vista, cuja visualização deveria ser privilegiada.



Figura 49: Arborização do Parque da Luz.
Fonte: AAPLuz.

Assim, percebe-se que apesar do louvável feito pela AAPLuz de garantir inúmeras espécies ao parque deveria ter havido um maior planejamento para que a localização das árvores plantadas não formasse conjuntos tão densos que promovem sombra em demasia e ambientes fechados no interior do parque.

Pisos e superfícies

O Parque da Luz não apresenta em seu interior grandes variações de pavimentos. Sua maior parte é constituída por

gramado com alguns caminhos e espaços demarcados por pisoteios feitos pelos próprios usuários.

Na área próxima a Praça Hercílio Luz podemos perceber a existência de rochas, que tornam a topografia bastante acidentada neste trecho.

As áreas onde se encontravam as lancherias, retiradas em Outubro de 2009, se encontram cobertas com areia e a área onde hoje existe o estacionamento da FLORAM é coberta por brita.

O entorno do parque, com exceção da área entre as ruas Jornalista Assis Châteaubriant e Alameda Adolfo Konder, é arrematado por calçada. Quando existente a calçada muitas vezes apresenta irregularidade de níveis, largura e materiais e se encontram bastante deterioradas.

Na Praça Hercílio Luz existem diferentes tipos de calçamentos e níveis, demarcando as áreas de jardim dos locais de passagem e do mirante. Já as ruas que circundam e dão acesso ao parque são pavimentadas e se apresentam em bom estado.

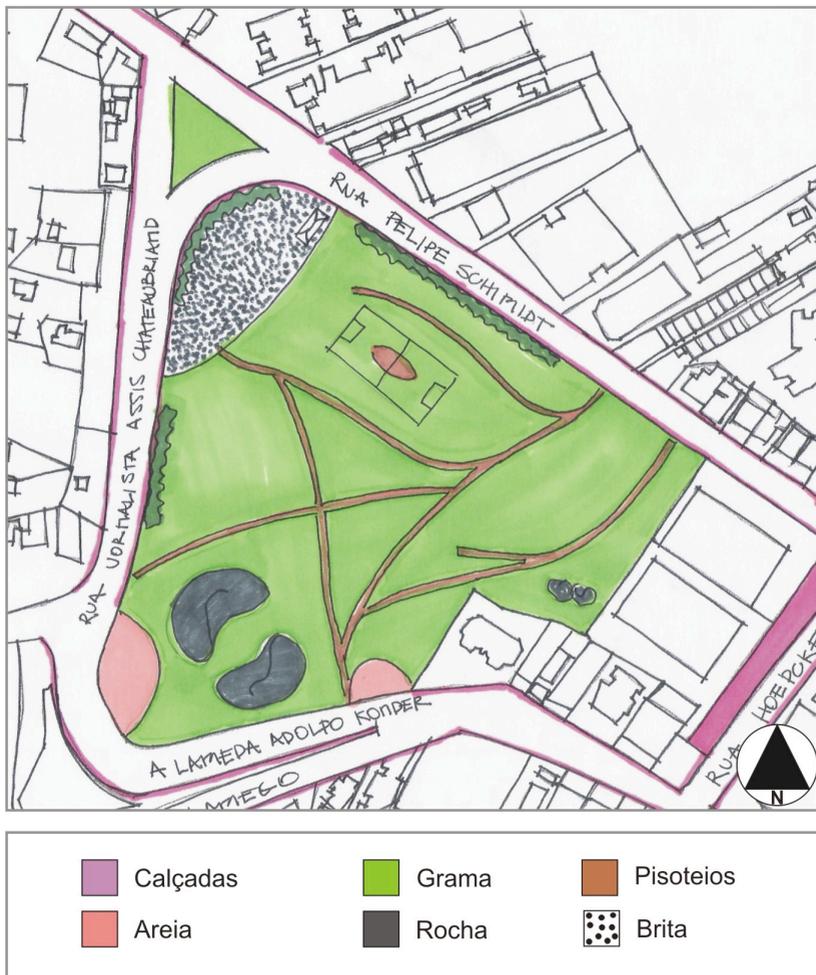


Figura 50: Pisos e superfícies no interior do Parque da Luz..

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

Equipamentos e mobiliários urbanos

Os equipamentos e mobiliários urbanos do interior do Parque da Luz foram considerados, segundo esta análise,

insuficientes e em mau estado de conservação. Sua produção pode ser percebida como artesanal, visto que entre os materiais de que são feitos encontram-se a madeira, o concreto e a cerâmica.

Segundo Lúcio Dias da Silva Filho, da AAPLuz, alguns desses mobiliários foram executados em espécies de mutirões ou em oficinas de técnicas artesanais, como a de mosaico, que resultou em floreiras e lixeiras feitas pelos meninos do morro do Tico-Tico, em Florianópolis.

Foram contabilizados cerca de nove bancos, alguns feitos com toras e tábuas de madeira e outros com base de concreto e assento em madeira. Todos apresentavam pintura descascada e alguns tinham altura do assento abaixo do ideal.

Quanto às mesas para refeições e jogos foram encontradas cerca de oito exemplares, alguns feitos com toras e tabuas de madeira e outras de concreto. Algumas mesas não apresentavam tampo, bem como alguns bancos não apresentavam assento, apenas as toras de madeira e todas estavam em desacordo com a NBR 9050, que prega que quando mesas ou superfícies para refeições ou trabalho são previstas em espaços acessíveis, pelo menos 5% delas, com no mínimo uma do total, deve ser acessível para portadores de cadeira de rodas e, portanto, não devem conter um banco e sim espaço para aproximação do cadeirante.

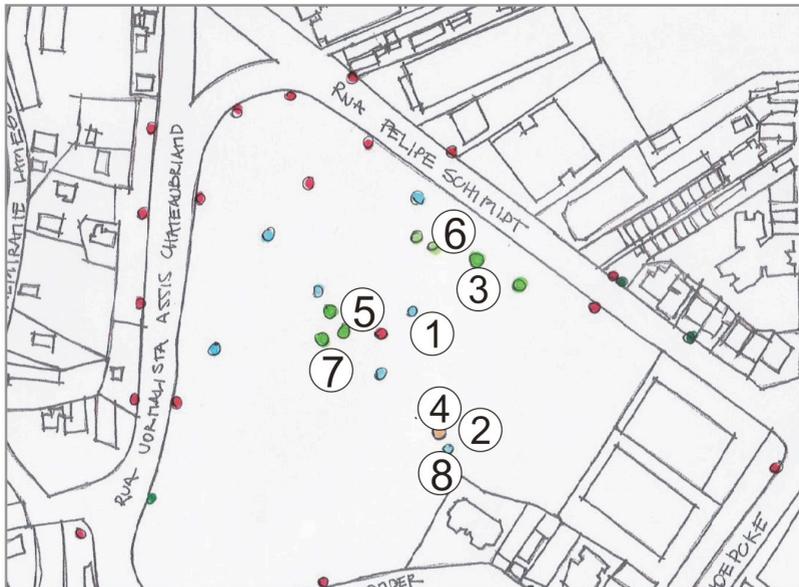


Figura 51: Equipamentos e mobiliários do Parque da Luz.
 Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.



Figuras 52 e 53: Bancos no interior do parque.
 Fonte: autora(2009).



Figuras 54 e 55: Sinalização e lixeira.
Fonte: autora (2009).



Figuras 56 e 57: Mesas e Playground.
Fonte: autora (2009).



Figuras 58 e 59: Equipamento de ginástica e totem.
Fonte: autora (2009).

Foram localizadas lixeiras de diferentes tipos no parque, algumas em concreto revestido de cerâmica compondo mosaico, confeccionadas na oficina dirigida aos meninos do morro do Tico-Tico, outras são feitas de tonéis de plástico e as demais são similares às lixeiras presas em postes existentes nas ruas de Florianópolis.

Quanto a equipamentos de lazer, no interior do parque encontra-se a quadra de futebol com duas traves, que garante o acontecimento de partidas de futebol entre amigos, principalmente nos finais de semana. Alguns usuários deste espaço revelaram que possuem redes que são fixadas nas traves antes das partidas. A área onde existe a quadra de futebol é bastante plana e parece ser adequada para a prática do esporte.

Já a estrutura de playground, situada mais próxima ao centro do parque, é constituída de madeira possuindo elementos como escorregador, redes, barras e plataformas que possibilitam às crianças o desenvolvimento de brincadeiras lúdicas e criativas associadas à atividade física. Este equipamento encontra-se em perfeito estado de conservação e em terreno plano e ensolarado, próximo a bancos e mesas, de onde os adultos responsáveis podem vigiar as brincadeiras. Este espaço foi percebido como bem utilizado e seguro para crianças com idade adequada para uso do tipo de equipamento, porém, poderiam existir mais espaços para sentar em seu redor, para melhor observação pelos adultos acompanhantes.

Outro elemento dirigido de certa forma ao lazer é o equipamento de ginástica, localizado entre a quadra de futebol e ao playground. Este equipamento é feito em madeira e metal com barras que possibilitam a prática de exercícios de alongamento entre outros. Apesar do bom estado de conservação aparente, este aparelho não proporciona segurança ao seu usuário, visto que não é acompanhado de sinalização indicativa de uso, cabendo ao usuário “criar” ou saber a maneira adequada de utilizá-lo.

O mobiliário de sinalização é praticamente inexistente no parque, pois nele não se encontram placas que indiquem direções ou mapas. Há no local apenas algumas placas com mensagens de preservação, solicitando que as pessoas não joguem lixo no chão ou que ajudem a preservação da vegetação e algumas placas com indicação das espécies existentes, como uma espécie de catalogação.

A sinalização dos acessos é feita através de elementos verticais, como esculturas e no acesso principal há também um mosaico fixado no chão formado a figura de um sol. E os elementos que barram o acesso nos demais limites do parque são geralmente feitas de toras de madeiras pintadas ou não, ou com telas aramadas ou com elementos vegetais ou topográficos, como taludes e plantas.

Em alguns locais, os canteiros são cercados por garrafas PET (politereftalato de etileno) e o canteiro que circunda o Totem da Paz é feito em concreto revestido de cerâmica compondo mosaico.

Assim, apesar do grande esforço realizado pela AAPLuz e por membros da comunidade em confeccionar mobiliário urbanos para o parque, estes ainda se encontram em quantidade insuficiente e, em certos casos, há inadequação às normas de acessibilidade. Além disso, bons mobiliários demandam constante manutenção, já que a degradação destes pelo clima e uso são inevitáveis, exigindo constantes reparos e substituições de peças, o que pode custar relativamente caro.

Os mobiliários e equipamentos estão intimamente ligados ao uso e atividades realizadas no local, pois são eles que fornecem a ambientação para que práticas físicas e sociais aconteçam. Portanto, devem ser projetados e localizados de forma que forneçam ao local e a seus usuários mais conforto, segurança e também contribuam para a valorização estética do local, bem como para formação de sua identidade frente à comunidade.

O Parque da Luz, que é um espaço público, construído pela ação popular e sem seguir projeto prévio, apresenta em seu interior características e elementos que possibilitam a execução de diversas atividades físicas, lúdicas, educativas e sociais.

Por meio desta análise percebemos que o parque apresenta condições favoráveis ao uso, mas que poderiam atrair ainda mais pessoas se estivessem adequados às necessidades dos usuários, sobretudo quanto à acessibilidade.

Alguns problemas e conflitos percebidos no local poderiam ser minimizados com um projeto bem estudado e que privilegie algumas atividades que ali já ocorrem.

Portanto, percebe-se que o Parque da Luz possui uma base satisfatória, que algumas intervenções e melhorias, podem levá-lo ao sucesso.

5. ANÁLISE DO PARQUE DA LUZ SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS

Após a análise e diagnóstico realizado aqui sob o ponto de vista técnico, elaborado a partir das teorias de pesquisadores renomados, vê-se a necessidade de estudo das características do parque sob ponto de vista dos usuários, já que foi a partir das ações da população de seu entorno que o parque passou a existir e que serão estas pessoas as mais atingidas pelas mudanças que podem ali acontecer.

Assim, veremos aqui a pesquisa realizada no Parque da Luz, que consistiu de observações de comportamento e de entrevistas com usuários, com a finalidade de reconhecer o perfil de quem o utiliza e suas reais expectativas e necessidades em relação ao parque.

Cabe lembrar, também que, apesar da estrutura existente, o Parque da Luz ainda é inexplorado por grande parte da população de Florianópolis que desconhece as qualidades do parque e são influenciados pelo pré-conceito de que o local seja perigoso. Isso em muito tem relação com sua utilização noturna já que moradores das proximidades afirmam que neste turno o local é utilizado como ponto de prostituição e uso e venda de drogas. Durante o dia, o parque costuma ser utilizado por adultos e crianças que buscam a realização de atividades típicas de locais ao ar livre como passeios, práticas esportivas, encontros e brincadeiras.



Figura 60: Prática de Tai-chi-chuan no Parque da Luz.
Fonte: autora.

5.1 ENTREVISTAS COM USUÁRIOS DO PARQUE DA LUZ

Como o Parque da Luz é um espaço público, que tem a característica ímpar de ter sido construído e mantido pelo esforço da população, que também é quem faz uso de seu espaço, percebeu-se necessário para este trabalho saber a opinião, interesses e necessidades de quem verdadeiramente o utiliza.

Entre os meses de Março e Abril de 2009 foram realizadas entrevistas com cinquenta usuários do Parque da Luz. As pessoas foram abordadas no interior do parque, enquanto realizavam atividades diversas e responderam o formulário em anexo.

Pontos de maior interesse no Parque da Luz

De acordo com os questionários aplicados e a observação de comportamento dos usuários do Parque da Luz conseguiu-se mapear os pontos de maior interesse dos usuários do parque.

Percebeu-se que a área mais utilizada do parque encontra-se a direita do acesso principal onde se encontra o campo de futebol no qual grupos de pessoas se reúnem para a prática do esporte, principalmente em finais de semana, e onde ocorrem as práticas de tai-chi-chuan, que chegam a reunir cerca de vinte pessoas nas manhãs de segundas, quartas e sextas-feiras.

Próximo à quadra estão localizadas algumas mesas com banquinhos que, apesar de encontrarem-se bastante depredadas, são frequentemente utilizadas para atividades como alimentação, conversa, leitura, descanso e contemplação.

Outras áreas também bastante utilizadas, porém com menos intensidade são o playground, onde crianças brincam sob os cuidados de adultos, os equipamentos de ginástica e os bancos próximos ao “Totem da Paz”, usados por pessoas que vão ao parque com amigos, familiares ou acompanhados de seus cães.

Já na área onde se encontra o pomar podemos observar uma frequência de usuários mais moderada. O local onde se encontram variadas espécies de árvores frutíferas recebe apenas

visitas rápidas de pessoas que por ali circulam, fazendo caminhadas, muitas vezes acompanhadas de cachorros ou com intuito de colher frutas.

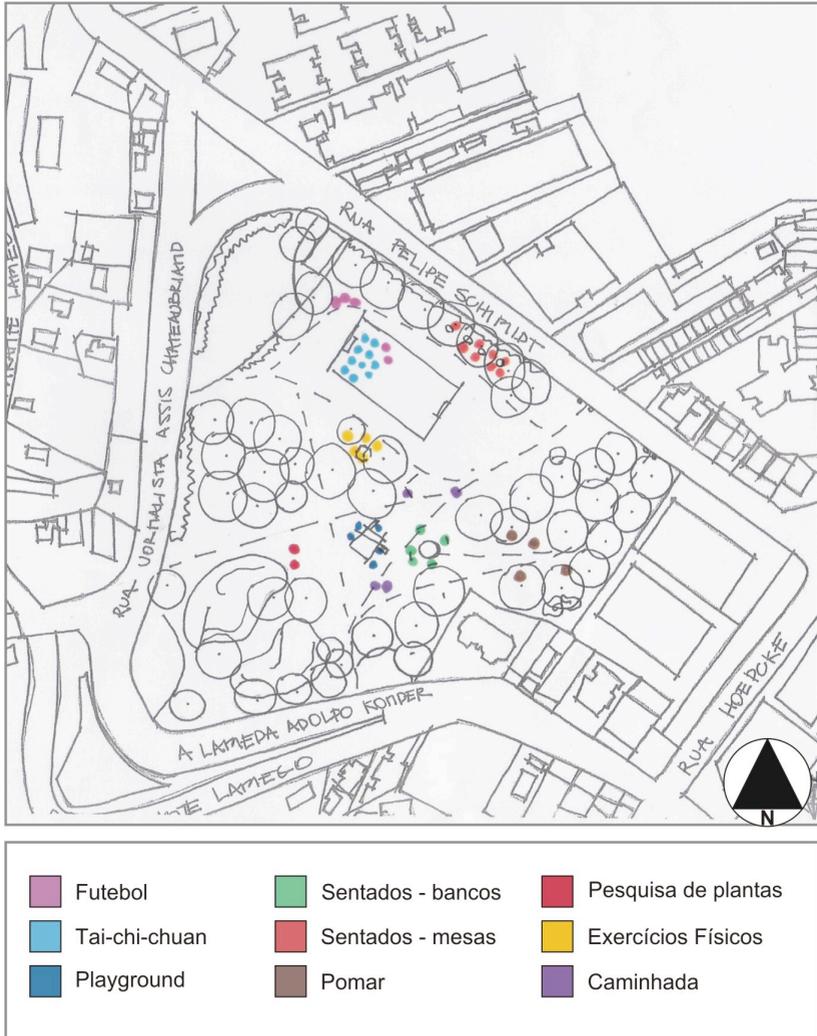


Figura 61: Localização dos entrevistados.

Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com intervenções da autora.

As demais áreas do parque são menos utilizadas principalmente devido à dificuldade de acesso. A área próxima à Alameda Adolfo Konder apresenta topografia bastante acidentada e massa de vegetação densa, provocando ambientes mais inclusos que propiciam atividades ilícitas como uso de drogas e que, por isso é evitada por parte dos usuários do parque.

Perfil do Usuário

Com base na primeira parte do questionário pode-se tecer o perfil do usuário com base na sua faixa etária, procedência e motivo da visita ao local.

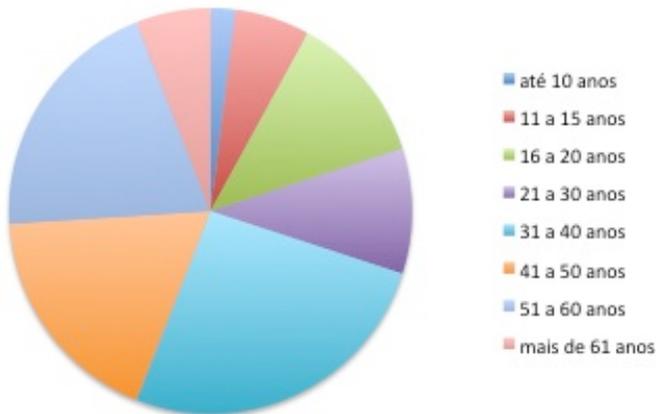


Figura 62: Gráfico de faixa etária.
Fonte: autora.

A primeira pergunta, referente à faixa etária à qual pertence o entrevistado revelou que, da amostra de

frequentadores utilizada, se destacam como maioria pessoas na fase adulta entre 21 e 60 anos, que somam 37 dos 50 entrevistados, ou seja, mais de 70% dos entrevistados são adultos.

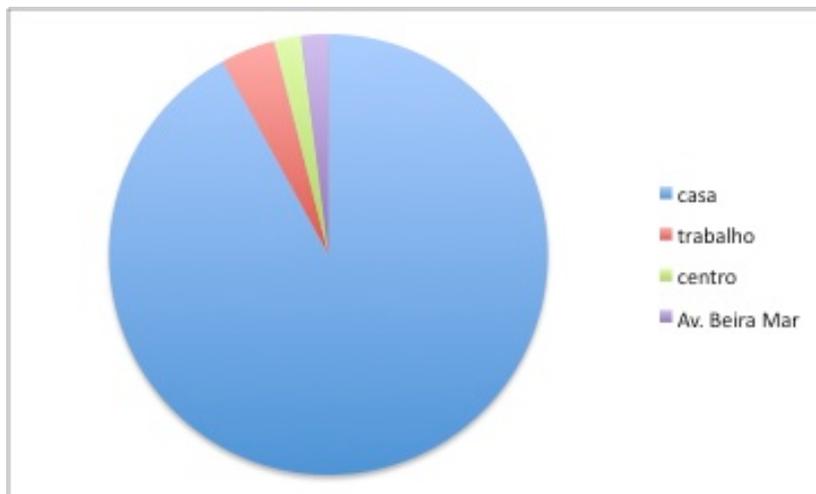


Figura 63: Gráfico de Procedência.

Fonte: autora.

O segundo item do questionário, que pergunta de onde vem o entrevistado, revela que 94% dos entrevistados saíram de casa para ir ao Parque da Luz, enquanto os 6% restantes saíram do centro (comércio e serviços), trabalho e Avenida Beira Mar.

Dessas quarenta e sete pessoas, vinte e seis residem no centro de Florianópolis e vinte e uma em outros bairros de Florianópolis e até mesmo de São José como Carvoeira, Trindade, Jardim Anchieta, Canasvieiras, Estreito, Kobrasol, Coqueiros e Abraão.

Portanto, percebe-se que a maior parte das pessoas que frequenta o local parte de casa rumo ao Parque da Luz e que,

entre esses usuários mais de 50% moram no centro de Florianópolis.

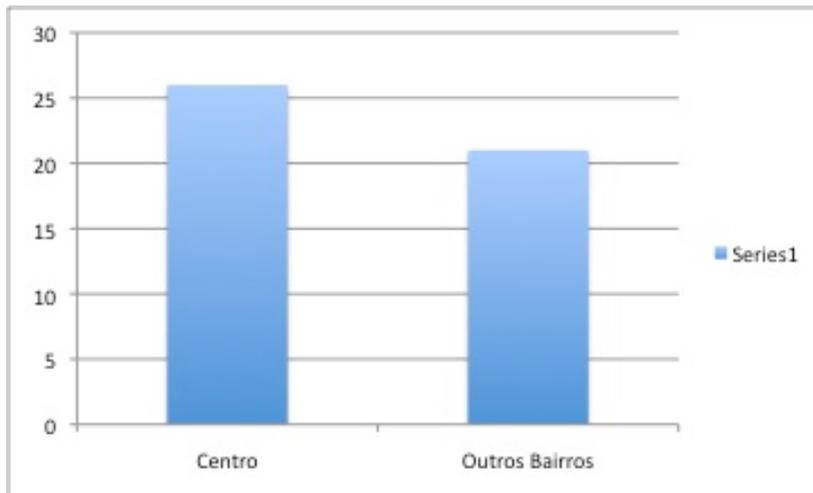


Figura 64: Gráfico de bairros de procedência.
Fonte: autora.

Diante deste número percebe-se que o Parque da Luz pode ser considerado um parque de vizinhança, mas que também recebe grande número de pessoas de bairros mais distantes.

Quando perguntados sobre com qual frequência costumam visitar o Parque da Luz, 18% dos entrevistados revelaram que o fazem parque diariamente, e 44% disseram que vão ao local de duas a três vezes por semana. Mesmo sendo minoria, as pessoas que admitiram visitar o parque raramente ou que estavam no parque pela primeira vez, somaram 38% dos entrevistados, o que mostra que o Parque da Luz ainda é um local pouco explorado pelo público.

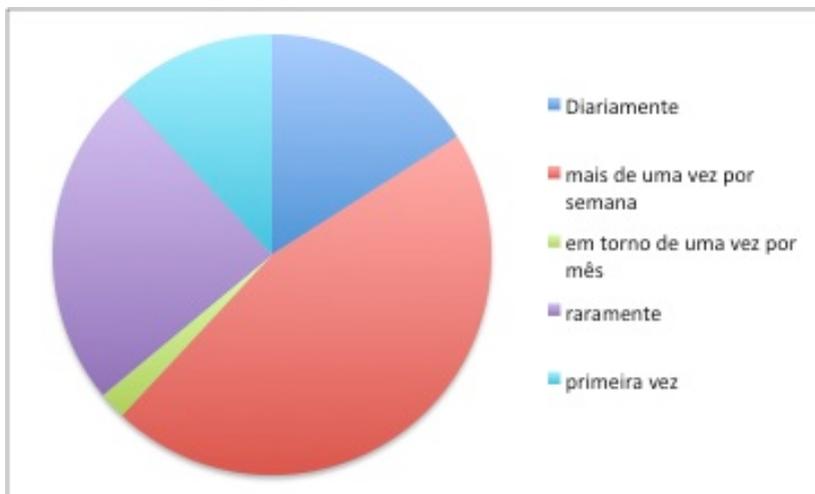


Figura 65: Gráfico de frequência da visita.
Fonte: autora.

O quesito “frequência da visita” foi, mais tarde, dividido em três grandes grupos: os freqüentadores assíduos do parque, somando os que vão diariamente ou semanalmente, os que raramente o fazem, somando aqueles que vão mensal ou raramente e os freqüentadores novos, aqueles que estavam fazendo a primeira visita no dia da entrevista.

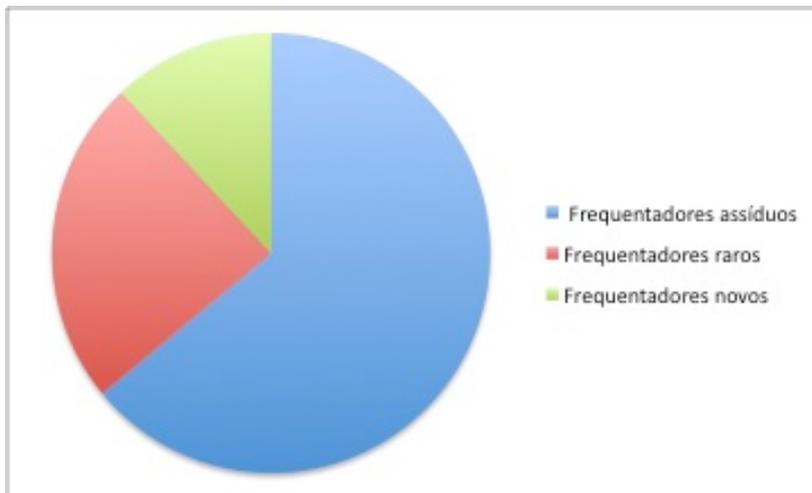


Figura 66: Subdivisão por frequência da visita.
Fonte: autora.

O gráfico explicita que mais de 60% dos entrevistados frequentam o parque assiduamente e que 12% da amostra estavam conhecendo o local no dia da entrevista.

Com base nessas subdivisões podemos cruzar algumas questões aplicadas aos usuários a fim de saber em que nível a leitura do parque e de seu entorno se difere entre aqueles que frequentam o parque com assiduidade e que, portanto, o conhecem melhor e aqueles que chegam ao parque com uma imagem pré-concebida, como faremos a seguir.

O item seguinte pretende descobrir qual a intenção da visita ao parque e, neste item, as pessoas poderiam assinalar mais de uma alternativa.

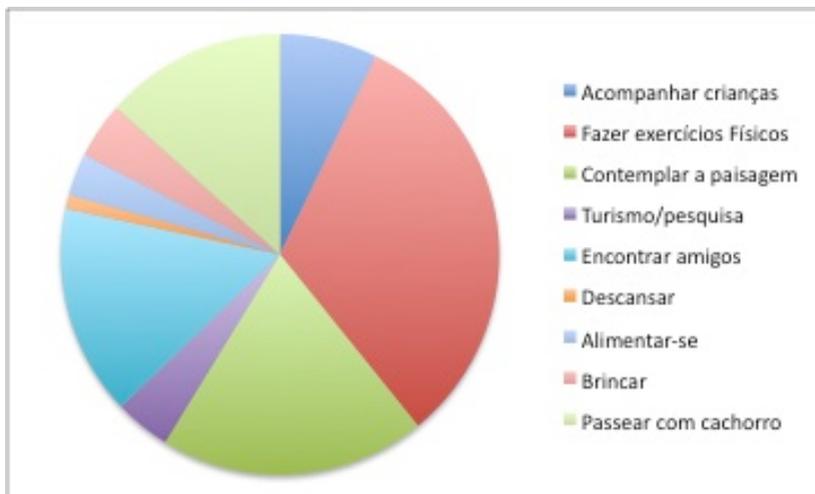


Figura 67: Gráficos de motivo da visita.
Fonte: autora.

Entre os motivos mais citados estão fazer exercícios físicos, contemplar a paisagem, passear com cachorro e acompanhar crianças.

Outras atividades citadas foram fazer piquenique, brincar, fazer turismo, pesquisar as plantas, desenhar, comer frutas do pomar e cortar caminho.

Entre os exercícios físicos realizados no parque os mais citados foram caminhada e tai-chi-chuan. Lembrando que somente foram entrevistados quatro pessoas que esperavam para jogar futebol enquanto percebeu-se que cerca de dez pessoas estavam em campo, bem como aconteceu com as aulas de tai-chi-chuan onde foram contabilizadas cerca de 20 pessoas por aula.

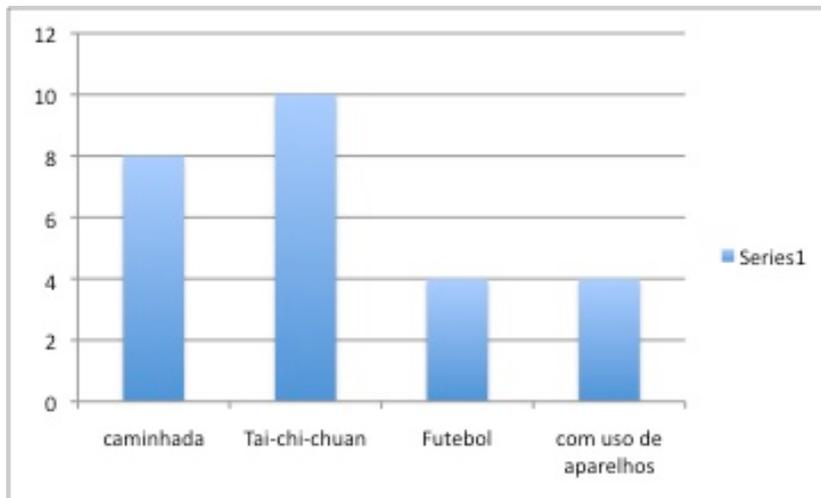


Figura 68: Exercícios físicos mais realizados no parque.

Fonte: autora.

Opinião dos usuários quanto as características do parque

Na segunda parte do formulário procurou-se descobrir qual a imagem do parque apreendida pelos usuários e o que mais e menos apreciam em seu interior.

Quando perguntados quais as características mais apreciadas do local os usuários poderiam marcar quantas alternativas quisessem.

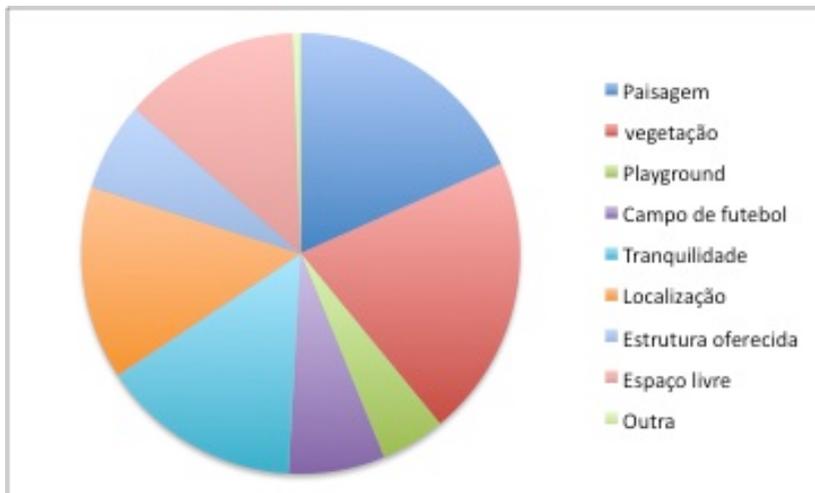


Figura 69: Características mais apreciadas.
Fonte: autora.

Entre os mais citados, a vegetação é muito apreciada pelos usuários e, por mais que as árvores não estejam dispostas de maneira ideal, com mais espaço entre as árvores, proporcionando sombreamento em locais necessários como vimos anteriormente, o contato com a natureza atrai muitas pessoas que parecem necessitar desse convívio. A vegetação é também responsável pela paisagem do local, outra característica bem aceita pelos entrevistados e que poderia ser mais favorecida se a vista para o mar e para as pontes não estivesse obstruída pela vegetação.

A tranquilidade foi bastante citada, pois, também devido à vegetação, o Parque da Luz representa uma espécie de “oásis”, como aponta Marcus e Francis (1998), próximo ao agitado centro da cidade. Esta combinação parece agradar os entrevistados, já

que para a grande maioria a localização do parque também é um ponto favorável.

Quanto às características do parque que menos apreciam, 14% dos entrevistados deixaram todos os itens em branco, alegando que, para eles, o parque não desagrada em nenhum dos aspectos citados. Este fato surpreende quanto ao nível de envolvimento dos usuários com a história do parque, parecendo que quanto mais participam da sua construção mais contentes são com a estrutura oferecida.

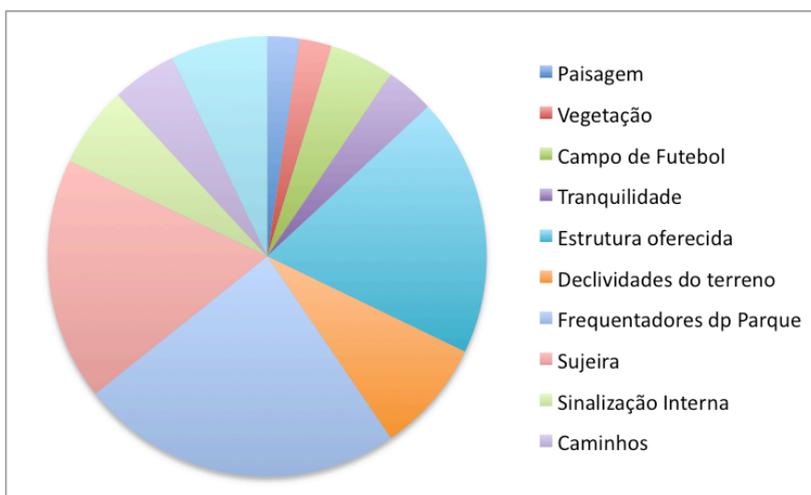


Figura 70: Gráfico das características menos apreciadas.

Fonte: autora.

Entre as características menos apreciadas no parque, a mais voltada foi os frequentadores do parque, com 40%. Destes, muitos citaram que se referiam aos usam o parque durante a noite, já que, segundo os entrevistados, neste turno existe movimentação de usuários de drogas e prostituição no interior do parque.

Cerca de 32% dos entrevistados disseram não apreciar a estrutura oferecida pelo parque, como bancos, lixeiras e iluminação e o mesmo número de pessoas apontou a sujeira no interior do parque como um item não apreciado por eles.

A opinião dos usuários quanto a essas características encontra-se de acordo com o diagnóstico técnico realizada neste trabalho. Esta parcela de usuários do parque parece bastante exigente quanto ao estado de conservação dos equipamentos e do parque propriamente dito.

Na sétima pergunta do formulário, quando perguntados como descreveriam o Parque da Luz a um amigo, 76% dos entrevistados, que puderam marcar mais de uma alternativa, descreveriam como um lugar bonito e 54% como um local tranquilo.

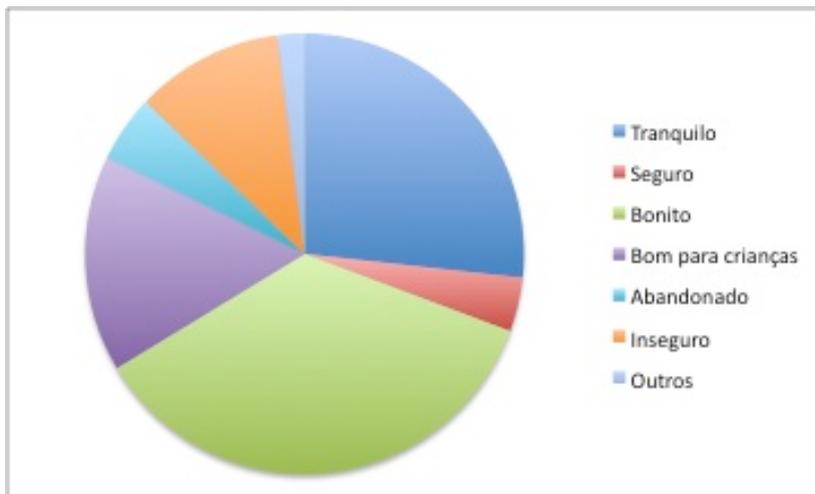


Figura 71: Como os usuários descrevem o parque.
Fonte: autora.

Alguns entrevistados descreveriam o parque por suas características negativas, 22% alertariam um amigo quanto à insegurança do local e 10% o consideram um local abandonado.

Com base nessas respostas percebe-se que os usuários, em sua maioria, percebem o parque de forma positiva e que aconselhariam aos amigos que frequentassem o local.

Dessa forma, vale a comparação da forma como se descreve o parque entre aqueles frequentadores assíduos e os que raramente ou nunca vão ao parque.

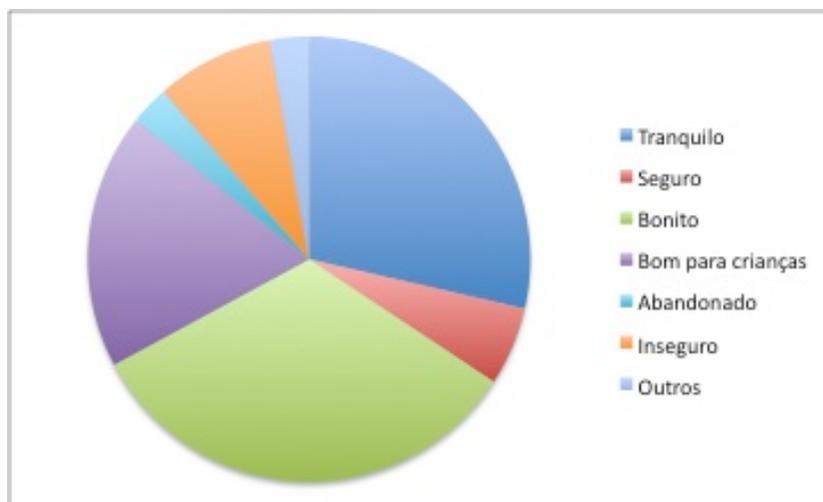


Figura 72: Como os frequentadores assíduos descrevem o parque.
Fonte: autora.

Os frequentadores assíduos, em sua maioria, descreveriam o parque como um lugar bonito e tranquilo. Entre as características negativas, 18% dos entrevistados marcou a opção inseguro e 6% a opção abandonado. Com base nestes dados podemos dizer que um numero significativo de

frequêntadores assíduos do Parque da Luz tem uma imagem positiva do local e a transmitiriam para seus amigos.

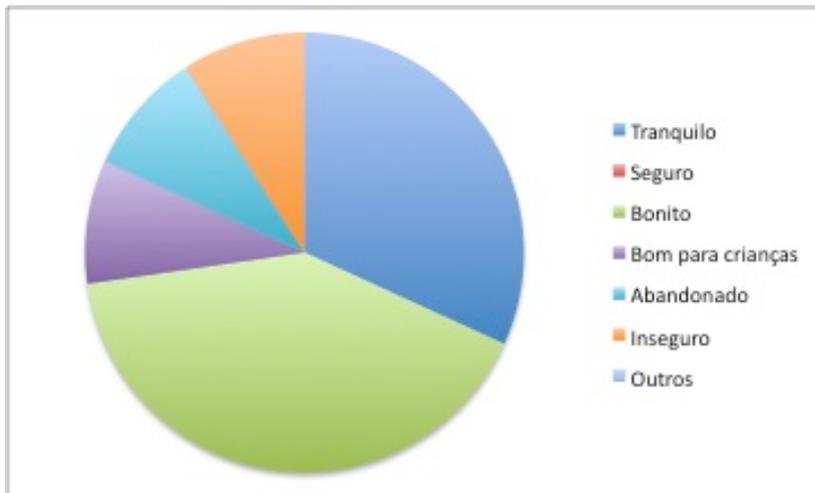


Figura 73: Como os frequentadores raros descreveriam o parque.
Fonte: autora.

Já a maioria dos frequentadores raros descreveriam o parque como bonito e tranquilo em primeiro lugar, enquanto que as características negativas como “abandonado” e “inseguro” tiveram 16% das menções cada.

Por último, observando como os visitantes novos descreveriam o Parque da Luz a um amigo pode-se perceber que o local é considerado por sua beleza em primeiro lugar, com 66% de menções.

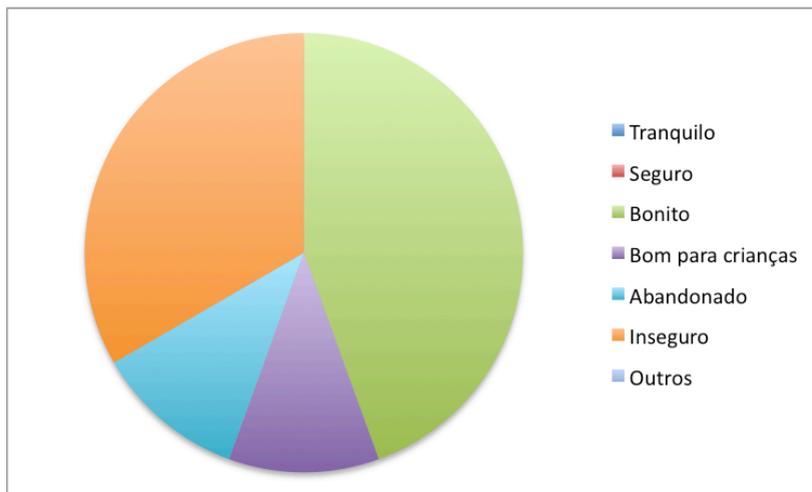


Figura 74: Como os novos frequentadores descreveriam o parque.
Fonte: autora.

Quanto às características negativas podemos perceber que para os visitantes novos, que não conhecem bem o Parque da Luz a característica “inseguro” ganha destaque com 50% dos votos entre esta característica de usuários.

Assim, percebemos que, motivados talvez por um pré-conceito, as pessoas que não costumam frequentar o parque são aquelas que mais o temem, enquanto que pessoas que conhecem bem o local o visitam e o recomendam sem medo.

A oitava questão do formulário de entrevistas pergunta ao entrevistado o que alteraria no parque se pudesse. O entrevistado podia assinalar quantas alternativas julgasse necessário.

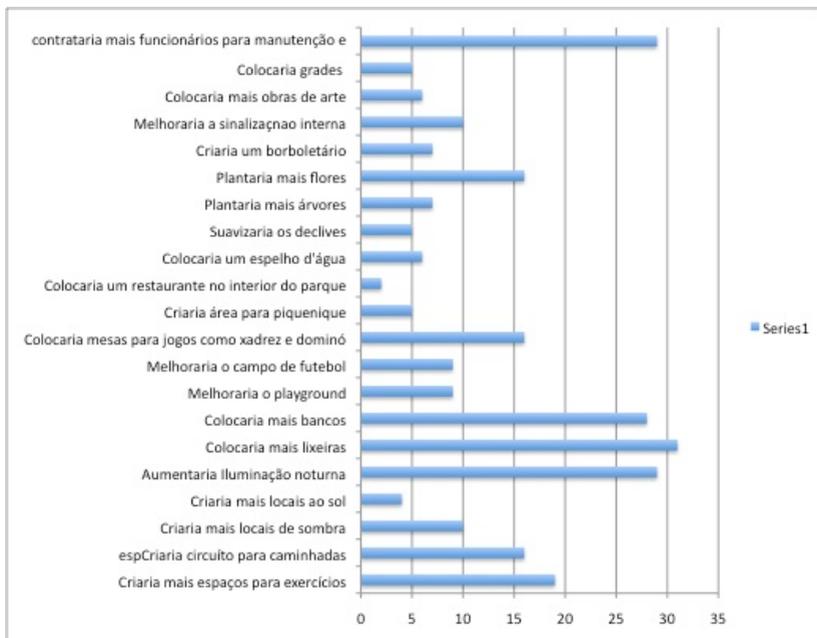


Figura 75: O que os entrevistados alterariam no parque.
Fonte: autora.

Entre as mudanças mais votadas ficaram a colocação de lixeiras e bancos no interior do parque, com cerca de 60% das menções cada.

Como já vimos na análise técnica, o Parque da Luz tem uma carência muito grande de iluminação e essa característica também parece ser bastante sofrida pelo usuário, já que quase 60% dos entrevistados citaram a iluminação noturna como uma mudança necessária para o sucesso do parque.

Ainda relacionado com a segurança no parque, a contratação de funcionários para segurança e manutenção do parque seria meta para 58% dos entrevistados, ressaltando o desejo da maioria pela prática de atividades físicas e sociais.

Este desejo também foi ressaltado pela manifestação de 40% dos entrevistados, que criariam mais espaços para exercícios físicos, sendo que 32% criariam caminhos para prática de caminhadas no interior do parque.

Das intervenções menos mencionadas recebem destaque a colocação de grades para fechamento do parque durante a noite, por 6% dos entrevistados, a construção de um borboletário, projeto da AAPLuz para o parque, por sete entrevistados. Esta característica é importante de ser mantida pois garante o caráter público do local.

A construção de um restaurante no interior do parque foi defendido apenas por dois entrevistados e assinalada de forma negativa por muitos outros que não concordam com a ideia. A criação de mais locais ao sol foi rejeitada por unanimidade, o que vai contra o resultado da análise técnica, que apontou que o local receberia sombra em excesso devido à quantidade de prédios altos no seu entorno e de árvores justapostas em seu interior e que, portanto careceria de mais áreas de sol.

Opinião dos usuários do parque quanto as características do entorno

Os itens 9, 10 e 11 trazem questionamentos relativos ao entorno do Parque da Luz. Quando perguntados o que acham do entorno do parque, os 66% dos entrevistados, que poderiam marcar mais de uma alternativa, disseram que consideram uma área privilegiada, 24% consideram que a área é diversificada em

seus usos, 22% consideram uma área perigosa e 16% pensam que a área é dominada por hotéis.

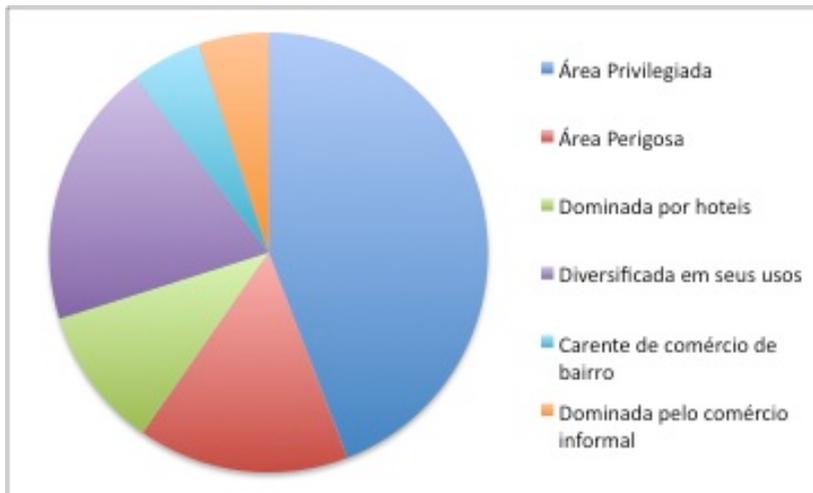


Figura 76: O que os usuários acham do entorno do parque.

Fonte: autora.

Apenas 10% dos entrevistados pensam que falta mais comércio de bairro, como padarias, farmácias, mercados e escolas, na região e nenhum entrevistado disse pensar que a área é dominada pelo comércio informal. Estes números provam que os usuários do parque, em sua maioria, estão satisfeitos com a região de entorno do Parque da Luz, mas que provavelmente não consideraram, ao responder, algumas áreas menos cuidadas e utilizadas do entorno como a Rua Jornalista Assis Chateaubriandt, onde existem algumas edificações em péssimo estado de conservação, ausência de calçamento e muito entulho.

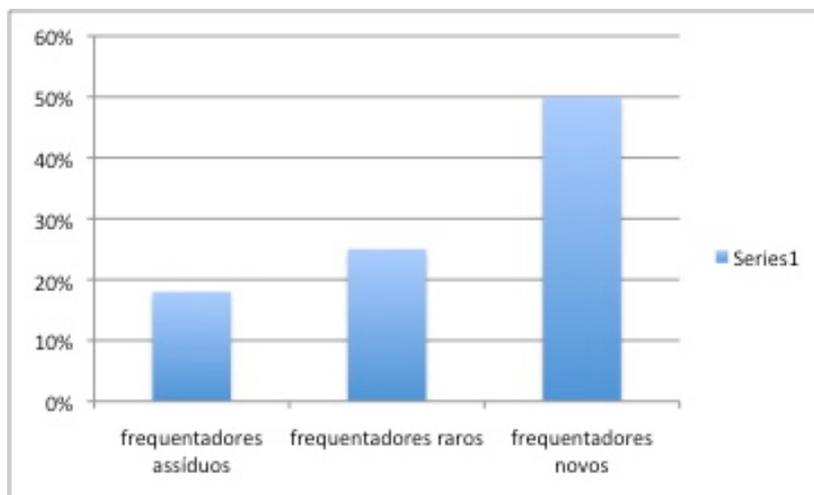


Figura 78: Tabela comparativa dos frequentadores que acham o entorno do parque perigoso.

Fonte: autora.

Quando cruzadas esta questão com a periodicidade de visitas destacou-se um número. Pela tabela acima, vemos que os frequentadores novos, que não conhecem tão bem o local quanto os frequentadores assíduos, pensam que a área oferece perigo com 50% das menções enquanto que, dos frequentadores assíduos, apenas 18% consideram que o entorno do Parque da Luz é uma área perigosa.

Na questão de número 10, que pergunta aos entrevistados o que acham do estado de conservação dos prédios do entorno do parque, 76% consideram que a maioria dos prédios estão bem conservados, 22% pensam que existem prédios com boa e má conservação em equilíbrio e apenas 2% pensam que os edifícios são mal conservados.

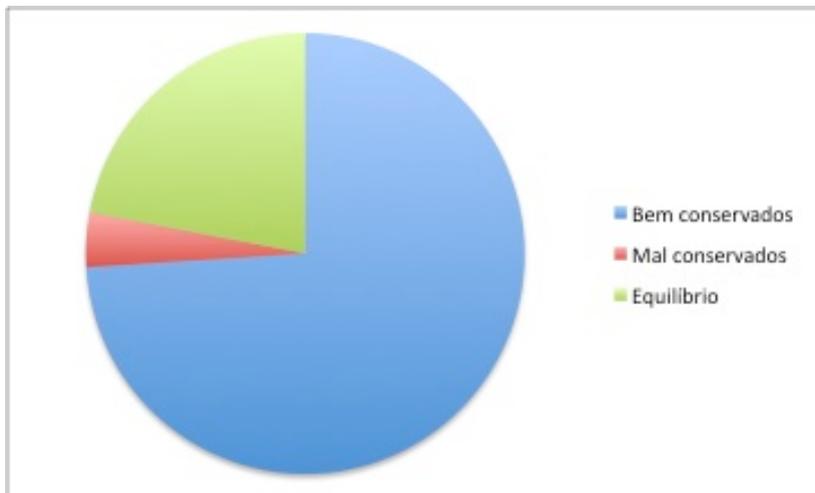


Figura 78: Opinião sobre estado de conservação dos prédios.
Fonte: autora.

Já na questão que pergunta o que falta no entorno do parque, 46% dos entrevistados, mesmo podendo marcar mais de uma alternativa, optou por não marcar nenhuma alternativa, declarando que estão satisfeitos com o entorno. Isto prova, mais uma vez, o nível do envolvimento afetivo que muitos usuários têm com o parque, visto que muitos não se sentem à vontade de apontar problemas ou realmente acham o entorno do parque totalmente satisfatório.

Dos entrevistados que apontaram defeitos, a alternativa mais citada foi a falta de comércio, como farmácias e padarias que atendam os moradores do entorno, com 46% dos votos.

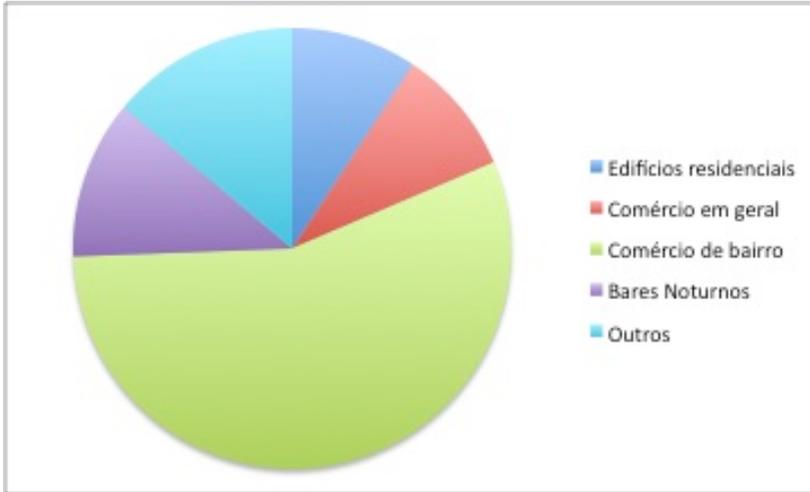


Figura 79: O que falta no entorno do parque segundo os usuários.
Fonte: autora.

Nenhum dos entrevistados optou pela existência de mais hotéis no entorno do Parque da Luz e houve algumas sugestões de ocupação dos prédios como museus (citado por 4% dos entrevistados) e posto policial (citado também por 4%).

Tais respostas dão a entender que, apesar de a maioria dos entrevistados estarem satisfeitos com a região de entorno do parque, gostariam que a área sofresse melhorias quanto a ocupação dos edifícios, principalmente pelo comércio, o que vai de encontro com a teoria de Jacobs (2007) de que a diversidade de usos atrai as pessoas para as ruas, principalmente os moradores do bairro.

Na questão 12, quando perguntados o que esperam que aconteça com o parque e seu entorno quando a Ponte Hercílio Luz reabrir para circulação de veículos e pedestres 62% gostariam que o Parque da Luz recebesse o tratamento

necessário para ser o “portal de entrada” de Florianópolis, 46% esperam que a área receba mais investimentos em segurança e 32% gostariam que a área fosse revitalizada.

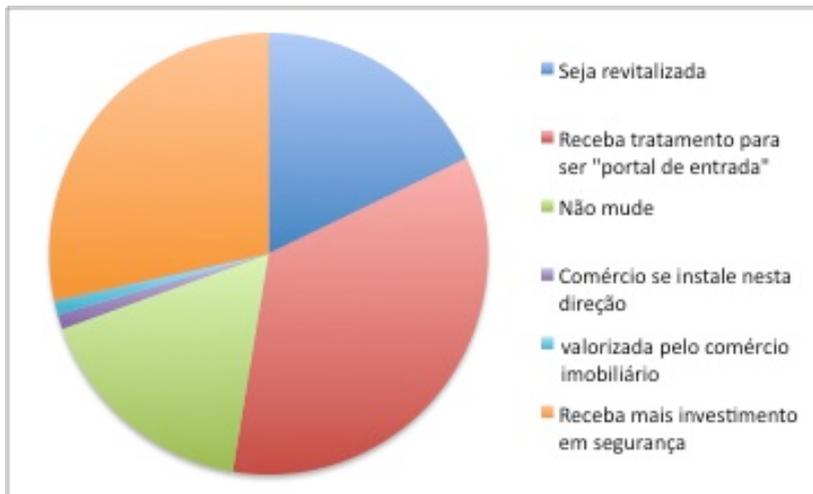


Figura 80: o que os usuários esperam do futuro da área.
Fonte: autora.

Apesar de muitos entrevistados desejarem que a área sofra alterações e melhorias quando a ponte reabrir para circulação, 34% disseram que gostariam que nada mudasse na região.

Assim, percebemos que a segurança é a maior necessidade dos entrevistados em relação à área, mas que muitos têm a esperança de que o entorno do parque, com a abertura da ponte, receba mais atenção e volte a ser irrigado com novos usos e usuários.

As questões 13, 14 e 15 foram sugestões de Lúcio Silva Filho, da AAPLuz e questionam sobre a consciência do

entrevistado quando ao tombamento da ponte, à existência da AAPLuz e sobre tratamento recebido pelas cabeceiras da ponte.

Dos entrevistados, 52% têm conhecimento de que a Ponte Hercílio Luz foi tombada como patrimônio histórico, cultural e paisagístico como área legalmente protegida. Os outros 48% desconhecem este fato, o que mostra que existe certo equilíbrio na parcela de usuários do parque que conhecem e que não têm conhecimento do processo de tombamento da ponte Hercílio Luz.

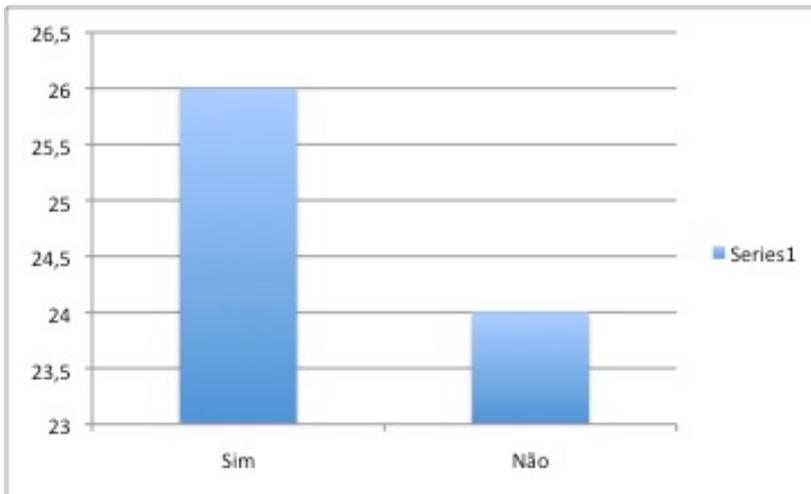


Figura 81: Conhecimento sobre o tombamento.

Fonte: autora.

Quando perguntados se acham que os órgãos públicos estão dando a devida atenção e tratamento para as cabeceiras da ponte, 86% responderam que não consideram que este tratamento seja efetuado, enquanto 14% pensam que sim, que os órgãos públicos estão agindo em prol destas áreas. Portanto,

a maioria entende que, se dependesse dos órgãos públicos, o parque não apresentaria as características e atrativos que hoje possui.

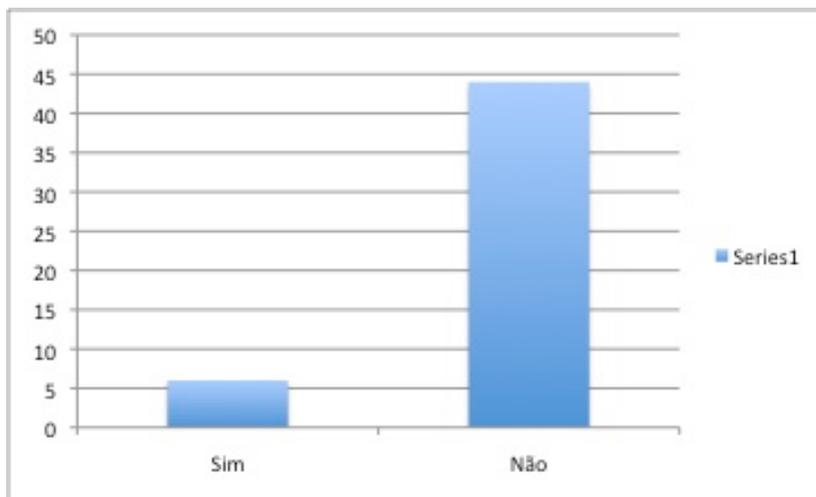


Figura 82: opinião sobre a atenção dos órgãos públicos.

Fonte: autora.

Segundo respostas dadas pelos entrevistados na última pergunta do formulário, 40% dos usuários entrevistados não sabiam da existência da AAPLuz enquanto 60% já sabiam que a associação vem se esforçando para implementar melhorias no parque.

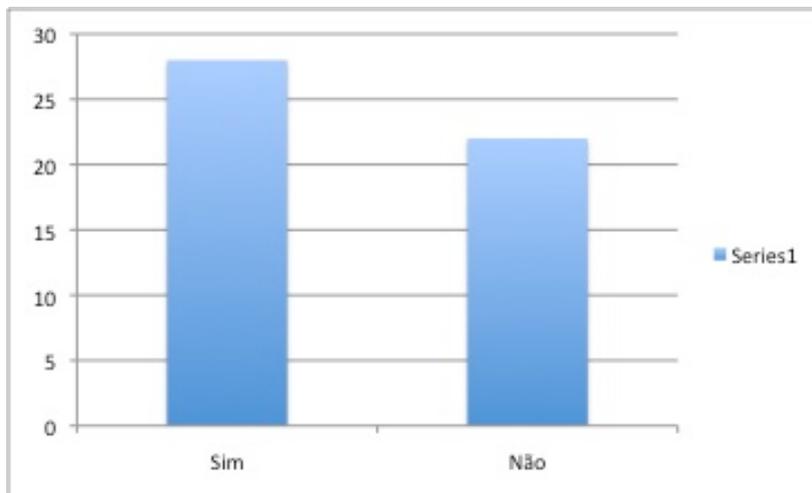


Figura 83: Conhecimento do trabalho da AAPLUZ no parque.

Fonte: autora.

Assim, com base nas respostas dadas pelos entrevistados, percebemos que muitos dos fatores que qualificam um espaço público, segundo os autores, são entendidos da mesma forma pelos usuários do Parque da Luz.

CONCLUSÕES

Como vimos anteriormente, os espaços públicos são aqueles que, na cidade, possibilitam acesso e uso irrestrito e a realização de diversas práticas e trocas sociais. A convivência entre pessoas de diferentes classes sociais, escolaridade e condições físicas e econômicas é uma experiência que, na maioria das vezes, só acontece nas ruas e nos espaços públicos das cidades.

Percebe-se que, hoje, os espaços públicos não são mais tão utilizados como antigamente e que a vida social, ao invés de ocorrer nos espaços públicos, tem se dado mais em locais semi-privados, como clubes e shopping centers.

Dentre as diversas causas desse afastamento entre pessoas e espaços públicos, destacamos a falta de identificação com os espaços e seus possíveis usuários, conflitos, sentimento de insegurança nestes locais e falta de atrativos em muitos destes espaços.

Os espaços de lazer e permanência, como parques e praças públicas possibilitam uma alta complexidade de atividades e, talvez, por isso, seus problemas e conflitos também podem ser bastante complexos.

Com a finalidade de entender como esses problemas e conflitos podem ser minimizados, garantindo uma boa relação entre espaço público e usuário, foram destacados neste trabalho alguns fatores capazes de interferir na qualidade desta relação e

auxiliando o espaço em questão na conquista de usuários e no consequente sucesso que o bom uso proporciona.

Algumas qualidades físicas foram destacadas dentre a obra de vários pesquisadores do assunto. Jacobs (2007), Lynch (1999), Carr et al. (1992), Abbud (2006), Mark Francis (2003) e Marcus e Francis (1998) e a organização não lucrativa americana Project for Public Spaces são alguns dos autores pesquisados com o intuito de entender como tornar espaços públicos como praças e parques bem sucedidos.

Com base nessas teorias entendemos que, para o bom funcionamento da cidade como um todo, que integra espaços privados e públicos, calçadas e vias, parques e ruas, é importante que o espaço em questão, seu entorno e seus possíveis usuários se relacionem de maneira satisfatória. Esta relação de dependência não deve ser esquecida na hora de analisar, projetar ou administrar qualquer espaço público.

Assim, características do entorno de um espaço público, como qualidade das calçadas, existência de atrativos e pontos de transporte público e diversidade de uso e ocupação dos edifícios entre outras, somadas a qualidades do parque ou praça, propriamente ditos, como atividades que possibilitam, diversidade de usuários nas diversas horas do dia, insolação, vegetação, estrutura física e até mesmo material dos pisos e superfícies podem, e muito, interferir na qualidade da relação entre um lugar e as pessoas que o utilizam e, portanto, devem ser sempre levadas em consideração.

Florianópolis apresenta diversos espaços públicos de larga utilização como é o caso da Praça XV de Novembro, das ruas do centro, do calçadão da Avenida Beira Mar, do Parque do Córrego Grande, das praias, entre outros. Mesmo o Parque da Luz, objeto de estudo deste trabalho, pode ser considerado um local bem sucedido quanto ao seu uso, visto que é muito utilizado por uma significativa parcela da população da cidade.

Este parque, localizado no centro de Florianópolis, é um espaço que nasceu da iniciativa popular e possui uma história ímpar de lutas e ações. Este espaço, onde hoje existe um parque, com vegetação adulta e estrutura que possibilita diversas atividades populares, já foi sede do cemitério da cidade, depósito de lixo e um grande vazão urbano, uma área residual conformada pelas ações do tempo e do desenvolvimento da cidade.

O trabalho da Associação de Amigos do Parque da Luz (AAPLuz) merece ser aqui destacado e louvado. Nos últimos 25 anos esta associação vem lutando pela garantia do local como área verde de lazer (AVL), plantando árvores, construindo mobiliário, planejando e administrando um espaço que hoje é bem da cidade e de todos que o frequentam.

Apesar da estrutura oferecida pelo parque, conquistada a partir da iniciativa e do trabalho realizado, ao longo destes anos pela AAPLuz e pela população, entendemos que o parque ainda não apresenta sua estrutura definitiva e ideal e por meio da análise realizada no local e da opinião de seus usuários entrevistados, podemos chegar perto do que seria o caminho

para que o Parque da Luz seja um parque bem querido não só por seus atuais usuários, mas por toda a população da cidade e, portanto, totalmente bem sucedido.

Este fato é confirmado pela iniciativa pública de melhorias para o local, visto o novo projeto que está sendo implementado no local, como vimos anteriormente.

O Parque da Luz se encontra em um local bastante valorizado de Florianópolis. Próximo à Avenida Beira-Mar Norte, ao calçadão da rua Felipe Schmidt e tendo como vista um dos mais importantes cartões postais da ilha: a Ponte Hercílio Luz. Com tudo isso, pode-se imaginar que a área de entorno do parque seja ideal, mas, com base na análise realizada, percebemos que nem tudo no entorno é satisfatório para o sucesso do parque.

Primeiramente o parque, com o fechamento da Ponte Hercílio Luz para tráfego, não recebe o fluxo de pedestres que receberia com sua abertura e que, agravados pela barreira decorrente de sua localização geográfica (no alto do morro onde existe um talude íngreme e intransponível de cerca de 75 metros) e pela falta de diversidade de atrativos nas ruas Jornalista Assis Chateaubriandt e Alameda Adolfo Konder, acaba formando um espaço de pouca circulação, um hiato de uso. O tamanho das quadras do entorno do parque também influencia a pouca circulação, já que por serem bastante extensas não facilitam a execução de caminhos alternativos pelos pedestres, como aponta Jacobs (2007).

Os pontos de interesse próximos ao parque, como a rodoviária Rita Maria, a Beira Mar Norte e o calçadão, apesar de serem bastante procurados pela população, também não são capazes de garantir fluxo de pedestres no parque e nas calçadas ao seu redor, visto que a localização geográfica do parque (uma espécie de “península”) faz com que muitas vezes os pedestres façam desvios, encurtando caminho e evitando a área.

A partir da relação entre cheios e vazios do entorno do parque percebe-se que as áreas de edificações mais altas e concentradas (nas ruas Felipe Schmidt e Hoepcke) formam uma espécie de “paredão” que proporciona ao parque áreas de sombreamento excessivo e a pouca visualização do parque por aqueles que estão nas ruas. Quanto à percepção da área entende-se que existem fortes limites, marcos e nós, o que facilita a apreensão do espaço pelos que ali circulam.

Ainda no entorno do Parque da Luz, a diversidade de usos dos edifícios é entendida como insuficiente para gerar alta movimentação na área. Ali, existem muitos hotéis e condomínios residenciais, o que de fato é positivo, mas faltam na área comércios de bairro e escolas, que tendem a atrair a circulação de pedestres pelas calçadas, gerando mais movimentação e acréscimo da segurança. A diversidade de tempos de construção dos prédios de entorno do parque, que segundo Jacobs (2007) gera diversidade de ocupação, é existente na área, que possui construções novas e antigas em equilíbrio. Porém, quanto ao estado de conservação, percebe-se um enorme contraste visto que na rua Felipe Schmidt e Hoepcke os prédios possuem alto

padrão de construção, enquanto que nas quadras das ruas Jornalista Assis Chateaubriandt e Adolfo Konder existem edificações em péssimo estado de conservação, algumas vezes construídas em terreno irregular e com presença de entulhos e lixo nas calçadas.

As calçadas do entorno do parque, quando existentes, se encontram bastante irregulares quanto à largura, inclinação e diferenciação do piso, o que impossibilita o acesso e locomoção de portadores de necessidades especiais pela região.

Já a iluminação artificial nas ruas do entorno do parque é satisfatória, porém, no interior do parque esta é inexistente, o que gera desconforto e insegurança no uso do parque, principalmente à noite.

No interior do parque encontram-se estruturas que possibilitam diversas atividades como a quadra de futebol, onde também ocorrem práticas de tai-chi-chuan, o playground e o equipamento de ginástica. As áreas onde se encontram estes equipamentos, junto à área onde se localizam as mesas próximo a rua Felipe Schmidt e a área com bancos próxima ao Totem da Paz são as áreas mais utilizadas do parque e também as de mais fácil acesso. Estas funções e características do parque são bastante favoráveis, pois atraem um grande número de usuários e, sendo assim, devem ser mantidas ou apenas melhoradas em futuras intervenções que venham a ocorrer no local.

Os caminhos no interior do parque são geralmente formada por pisoteios, o que denuncia as áreas mais utilizadas e percorridas do parque. Estes pisoteios geralmente levam aos

equipamentos e mobiliários e se encontram em maior concentração do meio do parque em direção à rua Felipe Schmidt.

Já a área próxima à Alameda Adolfo Konder é a que possui maiores barreiras ao acesso, o que se deve à topografia acentuada da área e ao excesso de vegetação, combinação que forma zonas de uso indesejado, como consumo de drogas, mesmo à luz do dia.

O Parque da Luz apresenta, apesar da falta de um projeto e tratamento estético apurado, sua identidade, que é garantida por meio de uma vegetação em abundância e alguns elementos e obras de arte presentes em seu interior. Esta identidade conquistada é um ponto favorável para o parque e deve sempre ser relevada em novos projetos.

Já a vista, que poderia atuar como elemento “âncora”, tem sua visibilidade cortada pela massa de vegetação, o que não deveria acontecer. Pelo contrário, deveria ser exaltada e privilegiada fazendo da contemplação da paisagem um de seus fortes atrativos.

A vegetação presente no parque é muito apreciada e diversificada mas, como foi dito, muitas vezes é excessiva e forma nichos fechados e de pouca visualização ainda gerando sombra em demasia em certos pontos. Como é resultado de diversas atividades de plantio realizadas pela AAPLuz essa vegetação foi, em muitos casos, plantada sem estudo prévio e hoje as árvores se encontram muito próximas umas das outras trazendo problemas de raízes em muitas e formando massas

muito densas no interior do parque. A vegetação do parque, portanto, possui características positivas e negativas ao mesmo tempo, o que pode ser melhorado com o mínimo de intervenção.

Os mobiliários existentes no parque foram conquistados por meio de oficinas e doações e encontram-se em ruim estado de conservação e fora dos padrões de acessibilidade. Por serem muito utilizados estes equipamentos sofrem inúmeros desgastes e é indispensável para seu bom uso que sofram reparação, manutenção e reposição quando necessário.

Assim, segundo a análise técnica realizada neste trabalho, podemos concluir que o Parque da Luz conquistou, nos últimos anos, uma estrutura capaz de atrair usuários e sediar algumas atividades físicas, lúdicas e, sobretudo, sociais mas que, para se tornar um espaço público bem sucedido em sua plenitude, deve ocorrer uma série de intervenções e melhorias, sempre considerando e, se necessário, mantendo suas características favoráveis.

Quanto à opinião dos usuários pode-se perceber que quanto maior o grau de envolvimento com o processo de apropriação do parque maior é a satisfação. Muitas vezes estes usuários não quiseram responder as questões do formulário de entrevista alegando que, para eles, o parque era perfeito e que nenhuma mudança deveria por lá acontecer.

Esta reação prova que o envolvimento afetivo com o Parque da Luz muitas vezes impossibilita os usuários de revelarem seus problemas e ajudar na pesquisa para melhorias. Muitos são contra qualquer projeto de melhoria para o parque

que não parta da AAPLuz o que se pode perceber quase como um sentimento de posse pelo local.

Apesar desses fatos, muitos frequentadores entrevistados apontaram os problemas do parque. Entre eles a falta de segurança e os conflitos entre usuários (devido ao uso de drogas recorrente no local) são os mais graves e urgentes problemas no local.

A vegetação, a paisagem, a tranquilidade e a vegetação são as características do parque mais apreciadas pelos usuários, que, se pudessem, fariam melhorias na infraestrutura do parque, colocando mais espaços para sentar, pistas de caminhadas, iluminação e lixeiras.

Quanto à área de entorno do parque muitos a consideram privilegiada e gostariam de mais comércio de bairro no local e, quanto à reabertura da ponte Hercílio Luz, prevista para o prazo de dois anos, a maioria gostaria que a área recebesse investimento na segurança e um número considerável deseja que nada altere na área.

Com base em toda essa análise entende-se que o Parque da Luz é, para muitos usuários, um espaço público bem sucedido, mas estes têm a esperança de que, com novos projetos e ações, o espaço possa melhorar e se tornar um lugar ainda mais agradável, seguro e atrativo.

Também segundo a análise técnica conclui-se que o presente do parque, devido as dificuldades de seu processo, é bastante positivo, mas que ainda falta um longo caminho para o sucesso. Neste caminho, deve-se levar em consideração os

fatores expostos neste trabalho, e mais alguns, se assim for percebido, sempre priorizando a relação com os usuários e com seu entorno.

O futuro do Parque da Luz reserva duas mudanças fundamentais: a reabertura da ponte Hercílio Luz e a execução do projeto de José Tabacow para o parque.

A reabertura da ponte, dependendo do tipo de circulação que possibilitará, poderá desfazer uma enorme barreira no local, trazendo novos fluxos e irrigando a área com a movimentação de pedestres. O fechamento da ponte para trânsito, há quase três décadas, influenciou no “isolamento” sofrido pela área do Parque da Luz e, sua reabertura, não só irá conectar de novo a área às principais vias do centro como também irá trazer uma nova comunicação da área com a parte continental da cidade.

Já o novo projeto para o Parque da Luz, citado neste trabalho, é também previsto para os próximos anos e deve trazer ao parque novas e melhores condições de uso e, com isso, novos usuários.

Por último, recomenda-se aos planejadores e administradores de parques urbanos a análise da ocupação do local, seja ela anterior ou posterior à execução do projeto, pois se acredita que por meio destas análises poderá se entender os problemas e conflitos existentes no parque e os caminhos mais acertados para seu sucesso.

BIBLIOGRAFIA

ABBUD, Benedito. **Criando Paisagens:** Guia de Trabalho em Arquitetura Paisagística. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.

ABRAHÃO, Sérgio L. **Espaço Público: do urbano ao político.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ADAMS, Betina. **Preservação Urbana:** gestão e resgate de uma história. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

AGOSTINHO, Maria da Graça. **Espaço Público Urbano e Cidadania nas Cidades contemporâneas:** o caso do Parque da Luz em Florianópolis/ SC. Florianópolis: UFSC, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

ALEX. Sun. **Projeto da Praça:** Convívio e Exclusão no Espaço Público. São Paulo: editora SENAC, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Adequação das edificações e do mobiliário urbano a pessoa deficiente.** Rio de Janeiro:1994.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **A ideologia do "Lugar Público" na Arquitetura Contemporânea (um roteiro).** In: o lugar da Arquitetura Depois dos Modernos. São Paulo: EdUSP, 2000.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 2007.

BARROS, Laura Xavier. **Design e Cidade:** O Papel do Design como mediador da relação entre o espaço público e seus usuários. Florianópolis: UDESC, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Design Industrial, Universidade do Estado de Santa Catarina.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: editora Perspectiva, 1998.

BRASIL. Lei número 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de dezembro de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm. Acesso em 27 de janeiro de 2009.

CARR, S.; M. FRANCIS, L; RIVLIN ; A, Stone. **Public Space**. New York: Cambridge University Press, 1992.

CARTA DE ATENAS. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&retorno=paginaLegislacao>. Acesso em Março de 2008.

DUARTE, Ana Cristina Pinto Braz Duarte. **Avaliação Pós Ocupação do Parque Urbano dos Moinhos de Sant'Ana em Lisboa**. Disponível em: <http://www.eventos.uevora.pt/cpea/CristinaDuarte.pdf>. Acesso em Janeiro de 2009.

FRANCIS, Mark. **Urban Open Space: Designing for user needs**. Washington: Island Press, 2003.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para Trabalhos Científicos: Elaboração e Formatação**. Porto Alegre: Editora Brasul, 2007.

GHIRARDO, Diane. **Arquitetura Contemporânea: Uma história Concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOLDSMITH, Selwyn. **Universal Design**. Oxford: 2004.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA. Disponível em <http://www.ihgsc.org.br/destaque3.htm>. Acesso em: 20 de Abril de 2009.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

A CIDADE COMO ARQUITETURA. Disponível em http://www.unb.br/fau/cidade_arquitetura/. Acesso em: 15 de Julho de 2008.

KLIASS, Rosa Grena. **Desenhando Paisagens, Moldando uma Profissão**. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

KOHLSDORF, Gunter. **Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização**. Brasília: 1995.

KOHLSDORF, Gunter; KOHLSDORF, Maria Elaine. **Dimensões Morfológicas dos Lugares: Dimensão Topoceptiva**. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~cec/arquivos/referencias/Texto%20Maria%20Elaine.doc> > Acesso em: 20 de Julho de 2008.

KOSTOF, Spiro. **The city shaped: Urban Patterns and Meanings through History**. Londres: Thames & Hudson, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

LAUANDE, Franciso. **O Uso dos Pilotis em Brasília: do protótipo ao esteriótipo**. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc171/mc171.asp>. Acesso em 21 de Janeiro de 2010.

LAVALLE, Adrian Gurza. **As Dimensões Constitutivas do Espaço Público**. Em: Espaço & Debates 46 - Espaço Público: o conceito e o político. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MARCUS, Clare Cooper; FRANCIS, Carolyn. **People Places: Design Guidelines for Urban Open Space**. Nova York: John Wiley & Sons, 1998.

MASCARÓ, Lúcia. Desenho da Cidade e Iluminação Natural. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador: UFBA, n.7, 2006a.

MASCARÓ, Lúcia. A Iluminação do Espaço Urbano. **Revista ARQTEXTO**. Porto Alegre: UFRGS, n.8, 2006b.

ORNSTEIN, Sheila. **Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído**. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

PEREIRA, Gabriel. **Ilhas de Calor em Ambientes Urbanos: o caso do Kobrasol, São José, SC, Brasil**. Disponível em [http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/arquivos_publicacoes/Ilhas%20de%20Calor%20no%20Bairro%20Kobrasol%20\(Pelotas\).pdf](http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/arquivos_publicacoes/Ilhas%20de%20Calor%20no%20Bairro%20Kobrasol%20(Pelotas).pdf). Acesso em: 28 de Abril de 2009.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. Disponível em: <www.pps.org>. Acesso em: 8 de Outubro de 2007.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

REIS, Almir Francisco. **Forma e Apropriação dos Lugares Públicos: Um estudo sintático do centro de Florianópolis-SC**. Brasília, UNB, 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano), Universidade de Brasília, 1993.

REIS, Antônio Tarcísio; LAY, Maria Cristina. **As Técnicas da APO como Instrumento de Análise Ergonômica do Ambiente Construído**. Apostila do curso ministrado durante o III Encontro Nacional e Latino-Americano de Conforto na Ambiente Construído em Gramado, 1995.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

SAVER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Campânia das Letras, 1998.

SILVA, ROSIMÉRI JORGE. **Parque da Luz: fazer pequeno, forte e enraizador.** Florianópolis, UFSC, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SITTE, Camillo. **A construção da Cidade Segundo seus Princípios Artísticos.** São Paulo: Editora Ática, 1992.

SUGAI, MARIA INÊS. **As Intervenções Viárias e as Transformações do Espaço Urbano . A Via de Contorno Norte-Ilha.** São Paulo, USP, 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, 1994.

TÂNGARI, Vera; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica Bahia (orgs.). **Sistemas de Espaços Livres: o cotidiano, apropriações e ausências.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós Graduação em Arquitetura, 2009.

TEIXEIRA, Luís Eduardo. **Espaços Públicos da Orla Marítima do Centro Histórico de Florianópolis: o lugar do mercado.** Florianópolis, UFSC, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

VAZ, Nelson Popini. **O Centro Histórico de Florianópolis: Espaço Público do Ritual.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1991.

WALL, Ed; WATERMAN, Tim. **Urban Design.** Londres: AVA academia, 2009.

ZEIZEL, John. **Inquiry by Design.** Nova York: W.W.Norton & Company, 2006.

ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ANEXO 1

Entrevista com freqüentadores do Parque da Luz

1. A qual das seguintes faixas etárias você pertence:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 0 a 5 anos. | <input type="checkbox"/> 40 a 50 anos. |
| <input type="checkbox"/> 5 a 10 anos. | <input type="checkbox"/> 50 a 60 anos. |
| <input type="checkbox"/> 10 a 15 anos. | <input type="checkbox"/> 60 a 70 anos. |
| <input type="checkbox"/> 15 a 20 anos. | <input type="checkbox"/> 70 a 80 anos. |
| <input type="checkbox"/> 20 a 30 anos. | <input type="checkbox"/> mais de 80 anos. |
| <input type="checkbox"/> 30 a 40 anos. | |

2. De onde você vem:

- De casa. Em que bairro reside:.....
.....
- Do trabalho. Em que bairro trabalha:.....
- Do Hotel. Onde fica seu hotel:.....
.....
- Do centro de Florianópolis (comércio ou serviços).
 da avenida Beira Mar.
 Outra opção.
 Qual?.....

3. Com que freqüência você costuma utilizar o Parque da Luz?

- Diariamente.
- Mais de uma vez por semana. Quantas em média?.....
- Mensalmente. Quantas vezes por mês?.....
- Raramente.
- É a primeira vez que venho.

4. Qual o motivo de sua visita ao Parque da Luz?

(Se necessário marque mais de uma alternativa)

- Acompanhar crianças.

Fazer exercícios físicos.

Qual?.....

.....

Contemplar a paisagem.

Turismo.

Encontrar amigos.

Descansar.

Alimentar-se.

Brincar.

Outro.

Qual?.....

.....

5. Quais são as características do Parque da Luz que você mais aprecia?

(Se necessário marque mais de uma alternativa)

A paisagem.

A vegetação.

O playground.

O campo de futebol.

A tranqüilidade.

A localização.

A estrutura oferecida pelo parque (bancos, lixeiras, etc.)

O espaço livre.

Outra.Qual?.....

.....

6. Quais as características do Parque da Luz que você menos aprecia?

(Se necessário marque mais de uma alternativa)

A paisagem.

A vegetação.

O playground.

O campo de futebol.

A tranqüilidade.

A localização.

A estrutura oferecida pelo parque (bancos, lixeiras, etc.)

As declividades do terreno.

Os freqüentadores do parque.

A sujeira.

A sinalização interna.

Os caminhos no interior do parque.

Outra.Qual?.....

.....

7. Como você descreveria o Parque da Luz a um amigo?**(Se necessário marque mais de uma alternativa)**

- Como um lugar tranquilo.
 Como um lugar seguro.
 Como um lugar bonito.
 Como um bom lugar para crianças brincarem.
 Como um lugar abandonado.
 Como um lugar inseguro.

Outro?.....

.....

8. Que alteração você faria no Parque da Luz?**(Se necessário marque mais de uma alternativa)**

- Criaria mais espaços para exercícios físicos.
 Criaria caminhos para caminhada.
 Criaria recantos de descanso.
 Criaria mais locais de sombra.
 criaria mais locais de sol.
 Aumentaria a iluminação noturna.
 Colocaria mais lixeiras.
 Colocaria mais bancos.
 Melhoraria o espaço de playground.
 Melhoraria o campo de futebol.
 colocaria mesas para xadrez, dominó.
 Criaria um espaço para piquenique.
 Colocaria um restaurante/ lancheria no interior do parque.
 Colocaria um espelho d'água (laguinho).
 Acabaria com as declividades do terreno.
 Plantaria mais árvores.
 plantaria mais flores.
 Construiria um borboletário.
 Melhoraria a sinalização interna.
 Colocaria mais obras de arte no interior do parque.
 Colocaria grades ou muros para fechar o parque durante a noite.
 Contrataria funcionários para manutenção e segurança do parque.

9. O que você acha do entorno do parque?**(Se necessário marque mais de uma alternativa)**

- Considero uma área privilegiada.
 Considero uma área perigosa.
 Considero uma área dominada por hotéis.
 Considero que a área é diversificada em seus usos (hotéis, comércio, residências, escolas)
 Penso que falta comércio de bairro (padaria, farmácia, mercado, escola)
 Penso que esta área é dominada pelo comércio informal.

10. Quanto a conservação dos edifícios do entorno do parque.**(Se necessário marque mais de uma alternativa)**

- Estão bem conservados em sua maioria.
 Estão mal conservados em sua maioria.
 Existem edifícios em boa e má qualidade de conservação em equilíbrio.

11. Para você, o que falta no entorno?**(Se necessário marque mais de uma alternativa)**

- Mais edifícios residenciais.
 Mais hotéis.
 Mais comércio.
 Comércio de bairro (padarias, farmácia, mercados e escolas que atendam os moradores da região)
 Mais bares noturnos.
 Outros.

Quais?.....

12. O que você espera desta área quando reabrirem a Ponte Hercílio Luz para circulação?**(Se necessário marque mais de uma alternativa)**

- Espero que a área seja revitalizada.
 Espero que o Parque da Luz receba o tratamento necessário para ser o "portal de entrada" da cidade de Florianópolis.
 Espero que não mude muito de como esta hoje.
 Espero que o comércio se instale nesta direção.
 Espero que a área se torne mais valorizada em relação ao mercado imobiliário.
 Espero que a área receba mais investimentos em segurança.

13. Você sabia que o Parque da Luz pertence ao tombamento histórico, cultural e paisagístico como área legalmente protegida?

- Sim. Não.

14. Você considera que a os órgãos públicos estão dando a devida atenção às cabeceiras da ponte Hercílio Luz?

- Sim. Não.

15. Você sabia que existe uma associação se esforçando para implantar melhorias no Parque da Luz , como brinquedos, iluminação e museus?

- Sim. Não.

Para uso do entrevistador:

Dia da semana em que ocorreu a

entrevista:.....

Horário da

entrevista:.....

.....

Local em que se encontrava o

entrevistado:.....

.

.....

.....

ANEXO 2

Parecer do IPUF sobre o Projeto de Ruy Othake



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS
 Praça Getúlio Vargas, 194 - Florianópolis-SC 88.120-030 Fone: (48) 3212.5701 - CGC: 03.469.965/0001-55
 http://www.ipuf.sc.gov.br - e-mail: ipuf@ipuf.sc.gov.br



SEPTIL

Processo:	IPUF - 00820 / 2006
Número do Parecer:	2123/2006
Requerente:	JARDIM DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA
Inscrição Imobiliária:	
Destino:	FLORAM
Endereço do Imóvel:	PARQUE DA LUZ, Florianópolis, SC
Assunto:	JARDIM DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA a ser instalado no PARQUE DA LUZ - Cabeceira Insular

Senhor Superintendente,

Em reunião realizada na FLORAM, em 04 de dezembro de 2006, com a presença do superintendente Francisco Rzatki, Arq. Marisa Fonseca, Eng. Agrônomo Edelberth Adam, Biol. Luiz Pazini, Diretora de Planejamento do IPUF, Arq. Jeanine Mara Tavares e Arq. Enio Martins, foi apresentado, pelo primeiro, o estudo preliminar do Jardim do Centenário da Imigração Japonesa.

O Jardim Japonês foi localizado na extremidade oeste do Parque da Luz, próximo a cabeceira da Ponte Hercílio Luz e foi ofertado à Prefeitura Municipal de Florianópolis pela Associação Nipo-Catarinense para a comemoração do centenário da imigração japonesa em Santa Catarina.

I - CONSIDERAÇÕES QUANTO A IMPORTANCIA HISTÓRICO CULTURAL DA ÁREA

A proposta em pauta apresenta um empreendimento situado em área de grande visibilidade - tanto paisagística como cultural - em vista da localização geográfica e pela importância do conjunto urbano para a memória da cidade de Florianópolis. Trata-se de uma área que apresenta características peculiares, quer seja àquelas relativas ao ambiente natural (morfologia do relevo), quer seja pela morfologia construída representada pelos marcos históricos e culturais da área, a saber:

- a Ponte Hercílio Luz, tombada nas três esferas administrativas e que se constitui no monumento símbolo do Estado de Santa Catarina;
- o Forte Santana, elemento partícipe do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, construído no século XVIII, e marco fundamental do limite meridional da Colônia portuguesa nas Américas;
- o conjunto tombado Rita Maria, elemento identificador do período tecnológico portuário e fabril (Complexo fabril da Rita Maria e estaleiro Arataca)

A Ponte Hercílio Luz, construída em 1926, para fazer a ligação rodoviária entre a ilha e o continente, garantiu que Florianópolis mantivesse sua condição de capital do Estado de Santa Catarina, representando um marco decisivo para o desenvolvimento da cidade. Trata-se de uma construção pioneira e de grande expressão no campo da engenharia, reconhecida internacionalmente. Atualmente é considerada a única ponte pênsil existente no mundo, sustentado pelo sistema de corrente com "barras de olhal", anéis de aço interligados por um grosso pino no lugar de cabos.

A construção da Ponte Hercílio Luz exigiu a retirada do Antigo Cemitério Municipal, construído em 1841 e transferido em 1925 para o bairro do Itacorubi. Considera-se a referida área como local de memória e de espaço sagrado, referência marcante para a formação multi-cultural da cidade.

Esta área constitui-se no portal de entrada rodoviário mais antigo da cidade. Trata-se de um marco referencial da colonização de Florianópolis até o início do século XX. A Ilha de Santa Catarina foi basicamente colonizada no século XVIII por imigrantes portugueses, sendo acrescida, no século XIX, com a contribuição cultural de imigrantes alemães e gregos. Ora, a cultura japonesa se constitui em uma importante e significativa corrente migratória para a região de Frei Rogério, situada a oeste do Estado de Santa Catarina, mas está vinculada ao século XX. Neste sentido, esta localização está descontextualizada em termos espaciais e históricos.

[Handwritten signature]

cont parecer técnico IPUF 2123/2006

II - QUANTO AOS ASPECTOS LEGAIS:

a) NOS ÂMBITOS FEDERAL E ESTADUAL:

O Parque da Luz localiza-se no entorno dos tombamentos federal e estadual da Ponte Hercílio Luz. Assim sendo, qualquer interferência na área necessita da consulta prévia, por parte do interessado, ao IPHAN/SC (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) e à FCC (Fundação Catarinense de Cultura), respectivamente, que farão a apreciação da mesma. Os Pareceres Técnicos do IPHAN e da FCC são condicionantes para a aprovação final em âmbito municipal, de projeto nesta área.

b) NO ÂMBITO MUNICIPAL:

O parque situa-se na vizinhança da Ponte Hercílio Luz, monumento tombado pelo Decreto Municipal nº 637/92. Em vista das considerações arroladas no item "I – importância histórica cultural da área", o conceito do Parque Japonês está inadequado quanto à escolha do local. Paralelamente, em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 6486/2004, as intervenções físicas na área, a exemplo da escultura e do "Tori", não poderão impedir ou reduzir a visibilidade deste monumento. Portanto, sob os aspectos da preservação do patrimônio cultural, face ao exposto e à importância simbólica da área somos de parecer pela relocação da proposta de instalação de Jardim Japonês para as alternativas abaixo assinaladas.

III – SÍNTESE DA ANÁLISE PRELIMINAR E RECOMENDAÇÕES

Na análise preliminar com os técnicos participantes da reunião de 04/12/2006 foi observado que:

- O local definido para a implantação do jardim japonês é a área mais nobre do Parque pelas suas características histórico-culturais, de localização, dos elementos ali contidos e da ligação com o belvedere e a Ponte Hercílio Luz com visual panorâmico singular.
- A proposta apresentada fará uma interrupção desta seqüência, através da introdução de um forte simbolismo - um jardim de linguagem voltada à cultura nipônica - e fora de contextualização ambiental, paisagística e cultural da área.
- As intervenções paisagísticas devem ser implantadas em conjunto, isto é em toda a área do Parque da Luz, e não de forma pontual, como a proposta apresentada, no sentido de evitar a fragmentação da área. Fica ressaltado que atualmente o Parque já vem sendo construído de modo espontâneo, e não há uma unidade plástica mais ampla e contextualizada com o local.

Recomendamos que seja escolhido outro local para implantar o jardim sugerindo-se como alternativas:

- Um módulo do aterro da Via Expressa Sul destacando-se que o IPUF desenvolveu proposta de urbanização para o Parque da Via Expressa Sul e que o estudo apresentado enriqueceria enormemente o principal eixo de chegada de turistas a partir do Aeroporto Internacional Hercílio Luz;
- Em outro local do Parque da Luz, em frente à Rua Felipe Schmidt, mais precisamente na área onde havia sido projetada a Sede da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com uma superfície de 5000m². Neste caso, o jardim japonês deverá estar inserido no contexto mais amplo do Parque da Luz, observando a visibilidade e contextualização dos elementos históricos culturais da área;
- No eixo da Via Contorno Norte, na direção Centro - UFSC, onde já se localizam as Praças de Portugal e da Grécia, em local a ser definido (por exemplo, a área de acrescidos de marinha).

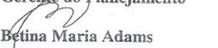
Aproveitamos a oportunidade para parabenizar a Associação Nipo-Catarinense pela iniciativa que representará o estreitamento dos laços culturais com o Japão.

É o parecer

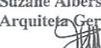
Florianópolis, 12 dezembro 2006

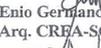

 Jeanine Mara Tavares
 Diretora de Planejamento


 Marcia M. de Oliveira Silveira
 Gerente do Planejamento


 Betina Maria Adams
 Arquiteta


 Suzane Albers Araujo
 Arquiteta Gerente do SEPHAN


 Enio Germano Martins
 Arq. CREA-SC 4.782-8


 Maria Anitta Nunes
 Restauradora

ANEXO 3

PARQUE DA LUZ: Entre o Agradável, o Belo e o Sublime.

César Floriano

A área da cabeceira da ponte, hoje reconhecida como Parque da Luz, vem se configurando como um dos principais marcos de resistência da população em direção a garantir espaços públicos qualidade e áreas de lazer na ilha de Santa Catarina. Como marco da construção coletiva, hoje ele apresenta uma estrutura espacial que o configura como lugar de trocas sociais e um verdadeiro patrimônio da ação participativa na cidade de Florianópolis. Neste espaço foram plantadas inúmeras árvores frutíferas e arbustos dentro da concepção de criação de “Bosque” e implantados canteiros de flores formando um desenho de jardim intimista e doméstico. Cada árvore, cada flor, cada escultura esta marcado por um gesto simbólico de tomada de posse, de SITUAR um desejo de espaço público construído coletivamente.

Como lugar construído historicamente pela ação popular, entendemos que qualquer intervenção que venha a ser feita na área deva dar continuidade e estimular esta ação participativa. Os dois projetos que hora apreciamos apresentam méritos e são merecedores de algumas considerações que julgamos ser pertinente.

O grande mérito do Projeto do Tabacow é apresentar uma estrutura biomórfica pouco intervencionista, possibilitando uma flexibilização do desenho em função do já implantado. Somos de parecer que o projeto paisagístico e plano de plantio deva levar em consideração o conceito de Bosque e jardim intimista presente no local. Entendemos que o projeto garante os marcos visuais e trabalha de forma positiva com o magnífico cenário paisagístico oferecido pelo conjunto.

Quanto ao jardim do Centenário da Imigração Japonesa somos de parecer que trata-se de uma intervenção exógena, de pouca referencia ao “Espírito-do-Lugar”, no entanto apresenta algumas qualidades que podem ser incorporadas na proposta do TABACOW. Manter a inserção da escultura de Tomie Ohtake, rever a dimensão do jardim de pedra que está demasiado grande e inserir a proposta dentro do projeto do Tabacow é uma ação

necessária, isto sem eliminar o jardim rupestre e a ponte que considero um ponto forte do projeto. Entendemos que a escultura pública proposta é uma obra de significativa expressividade e dará ao conjunto um referencial artístico de grande qualidade plástica, quer pelo domínio da escala, quer pelo inusitado e contemporaneidade de suas formas. Estas duas novas propostas somam ao jardim existente uma possibilidade artística altamente enriquecedora para a cidade de Florianópolis, onde as categorias do AGRADÁVEL do BELO e do SUBLIME poderão estar presentes construindo um jardim obra de arte. A categoria do “agradável” poderá ser facilmente alcançada neste lugar se for mantido o plano do sensível e do simbólico ali implantado, se for respeitado a escala do corpo, da ação intimista e dos elementos de identidade que configuram a este lugar um caráter de espaço construído coletivamente, o agradável é fundamentalmente dado pela escala do singular, do que é particular e único, e todo o processo cinérgico que leva ao acolhimento e o desejo de permanência. A categoria do “belo” será implantada por meio dos marcos visuais e de uma estrutura que revele a intencionalidade estética, neste sentido o traçado de Tabacow desenha planos visuais e parte do agradável em direção ao belo, tanto no domínio da escala pública quanto na intencionalidade estética de ir além do funcional. Quanto ao “SUBLIME”, sem querer polemizar em torno a este conceito e fazer um retorno a Kant, diria que ele seria atingido pela relação Terra/Céu, pelo enquadramento do POR-DO-SOL, pela LUZ que será refletida no lago, pelas dobraduras da Escultura de Tomie Onhtake que ajudará com sua escala monumental a configurar o enquadramento da paisagem e dotar o caráter do lugar.

Diante do exposto acredito que existe a possibilidade de juntar as propostas hora em discussão e construir de forma participativa uma Parque Obra de Arte Pública, que se torne uma de nossas principais referências paisagísticas e cultural da Ilha de Santa Catarina.

Florianópolis 13 de outubro

César Floriano dos Santos

Doutor em Teoria da Arquitetura pela Escola Superior de Arquitetura de Madri, Pós- Graduação em Teoria e Crítica da Arte. Pesquisador da Obra de Roberto Burle Marx e o Jardim

como Arte Pública. Professor de Estética e História da Arte Contemporânea da Escola de Arquitetura da UFSC. Membro do GRUPO SITUS, e da Comissão Municipal de Arte Pública de Florianópolis.

ANEXO 4

O Projeto da AAPLuz para o Borboletário

